

PROBLEMAS DA COOPERATIVA

Quinze associados fazem uma análise crítica da Cooperativa e dos serviços que ela presta. Vale realmente a pena capitalizar, não desviar a produção e participar integralmente de uma estrutura que foi montada para 18 mil pessoas?



— Página 12 —

O COLONO FAZ AS CONTAS

— Última página —

Cooperativismo:

UM SISTEMA ENDIVIDADO

— Página 4 —

O GAÚCHO VÊ O MATO GROSSO

— Página 3 —

QUAL O PAPEL DOS SINDICATOS?

— Página 18 —

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswaldo Olmiro Meotti, Werner Ervin Wagner, Eduardo Augusto de Menezes, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e Walter Soliman Duarte.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo Roverno Roos, Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinholdo Luiz Kommers, Ido Marx Weiller, João Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior. Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob n. 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 n. 022.775 de 13.11.1973 e figurativa M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, Porto Alegre.

Ao leitor

Quando o Cotrijornal resolveu convidar vários associados da Cooperativa para falar sobre os problemas que eles estavam sentindo na sua estrutura, sabia que corria, pelo menos, dois riscos. O primeiro do pessoal não querer falar a fundo as coisas, temendo que suas palavras, principalmente as de críticas, não seriam publicadas. O outro de não conseguir esmiuçar o assunto bem como seria necessário para uma análise profunda da relação do associado com a sua Cooperativa. Quanto ao primeiro não houve qualquer problema. O pessoal abriu o peito — e a boca — e foi colocando aquilo que lhe parecia mais importante. O segundo, infelizmente, acabou se concretizando. De tão amplo o assunto, muita coisa ficou de fora. Mas aquilo que foi dito pelo menos está bem detalhado.

O que ficou de fora foi por absoluta falta de espaço. Afinal, depois de três horas e meia de conversa, só com umas 20 páginas do jornal para reproduzir tudo na íntegra, palavra por palavra. Os 15 participantes da mesa, porém, ao ler as seis páginas que publicamos — a partir da de número 12 — poderão confirmar que nada, na sua essência, foi eliminado. Ali estão os principais problemas da Cooperativa: a comercialização do produto, as reclamações de desconto, as queixas de falta de informação sobre o que acontece e porque acontece, o desvio de produção, as necessidades financeiras . . .

Ali ficaram bem claras, também, as diferenças que separam a Região Pioneira, onde a Cooperativa existe há 22 anos, de Dom Pedrito, por exemplo, onde ela está há três anos. Um dos associados que veio de lá chegou a dizer que, para eles, a Cooperativa é vista como um mero negócio. Isso para o espanto do pessoal da Região Pioneira. Os problemas que apenas hoje Dom Pedrito está começando a sentir já foram há muito superados por aqui.

Muito da discussão ficou em relação aos serviços prestados pela Cooperativa. Veja como eles concluem

se vale a pena, ou não, entregar a produção no comércio em troca de alguns cruzeiros a mais — se eles existem — do que na Cooperativa, onde alegam serem maiores os descontos. E como não poderia deixar de ser, parte do tempo foi tomado em pensar nos problemas financeiros. Sua opinião: se eles existem, em grande proporção, é porque a Cooperativa está investindo demais. Aham que chegou a hora de parar de “comprar” paradas perdidas ou que só tragam resposta a um prazo mais longo. Não que a cooperativa pare de crescer. Mas que cresça mais aqui, onde ela começou a ser a Cotrijuí.

As cooperativas gaúchas estiveram reunidas durante dois dias do mês passado, em Panambi, buscando soluções para o problema que exige uma solução mais urgente: o financeiro. Ali apareceram críticas abertas à política econômica do Governo, à distribuição do crédito rural, às instituições ditas de apoio ao Cooperativismo, como é o caso do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, etc. No final, nenhuma das soluções propostas parece que será colocada em prática em pouco tempo. Não que as Cooperativas não queiram. É que será necessária uma mudança mais profunda, até de legislação, para que a dependência financeira do sistema (tanto estatal como de instituições privadas) seja eliminada ou pelo menos reduzida substancialmente. Na página 4.

Os próprios colonos estão fazendo os cálculos de quanto precisam colher para obter uma renda verdadeira sobre seu trabalho. Eles têm, na ponta do lápis, todos os números de quanto gastam para formar um hectare de lavoura, seja de trigo, de colza, pastagens e outras culturas de inverno. E também de quantos sacos serão precisos para pagar os investimentos e a formação da lavoura. É o próprio agricultor planejando sua produção e definindo o que e quanto precisa plantar e mais tarde colher. Veja na última página.

Do leitor

UM JORNAL PARA NÓS

Gostaria de cumprimentá-los pelo jornal que estão fazendo para nós que somos associados da Cotrijuí. É o melhor meio de ficarmos por dentro de tudo o que acontece na Cooperativa.

Eu e o meu pai somos sócios da Cotrijuí, vinculados à unidade de Santo Augusto. Até agora estamos recebendo o jornal da unidade mas é muito difícil a gente ir a Santo Augusto. Acontece que ficamos muitas vezes sem receber o jornal do mês.

Gostaria que vocês mandassem os nossos jornais pelo correio. Estou mandando os endereços, com a esperança de ser atendido. Um abraço para todos.

Carlos Arthur Penno
Humaitá - RS

CHEIRO DA TERRA

Pelo presente quero agradecer pelo recebimento do COTRIJORNAL durante 3 anos na Austrália, onde fui leitor assíduo do mesmo. Um exemplar demorava 2 semanas ou 4 meses para chegar a Brisbane, dependendo da via postal, mas cada jornal era um contato real com o Rio Grande do Sul, pois o conteúdo tinha verdadeiro “cheiro de terra”. Meus cumprimentos aos responsáveis pelo COTRIJORNAL. Desejo continuar recebendo o COTRIJORNAL no meu endereço atual.

Arnildo Pott
Porto Alegre - RS

EMPOLGAÇÃO

Sendo estudante de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Viçosa e necessitando de um bom informativo agrícola, faço-me da presente para tomar a liberdade de pedir-lhes que, caso seja, possível, me remetam sempre as edições deste informativo mensal.

Lendo uma das mais recentes edições deste jornal, fiquei realmente empolgado com a qualidade das reportagens.

Marco Túlio Cunha Teixeira
Viçosa - MG

O FUNRURAL EXPLICA

Com relação à reportagem contida no COTRIJORNAL de junho do corrente ano sob o título “CANSADO DE ESPERAR”, inserida na página 6, cumpre-nos informar, de acordo com esclarecimentos da Assessoria de Assistência Médica dos Rurais, que:

Através da Representação local do ex-FUNRURAL de Ijuí, deu entrada em 29.7.79 o pedido de reembolso de despesas médico hospitalares decorrentes da internação da Sra. ERNA MARIA KRUGER, dependente do Empregador Rural CARLOS KRUGER, ocorrida no período de 20.7.79 a 29.7.79 no Hospital de Caridade de Ijuí.

O pedido foi protocolado nesta Superintendência Regional sob o n°

6753/78, em 17.11.78, tendo tramitado e sido autorizado o pagamento em 01.12.78, através da AP/RSMP n° 1112/78, no valor de Cr\$ 3.500,00, tendo sido creditado na Agência do BRADESCO - GAL. CÂMARA - nesta Capital, em 20.2.79, para crédito na Agência do citado Banco em Ijuí, município de residência do segurado.

Efetivado o crédito em 20.2.79, a Assessoria de Assistência Médica aos Rurais, oficiou a Representação local do ex-FUNRURAL de Ijuí pelo expediente n° 519-004.2/184/, a realização do crédito em favor do segurado, norma esta adotada para todos os processos de pedido de reembolso.

Pelo exposto, solicitamos a divulgação do presente esclarecimento, com o destaque atribuído à referida reportagem.

Ary Reginatto de Bernardi
Coordenador de Comunicação Social
INAMPS

NR: O sr. Carlos Krüger efetivamente recebeu a importância devida pelo Funrural. Só que o aviso para procurar seu reembolso chegou apenas depois de publicada a matéria na qual ele lamentava as correrias que precisou fazer para encaminhar todos os papéis sem ainda ter recebido seus Cr\$ 3.500,00, pagos com dois anos de atraso, sem juros e sem correção monetária.



QUE TAL O MATO GROSSO?

Os associados da Região Pioneira estão conhecendo o Mato Grosso e olhando o que a Cooperativa faz por lá.

O João Cassavara voltou sem voz da excursão que fez, junto com outros 33 agricultores da Região Pioneira, ao Mato Grosso no início de agosto. A voz se perdeu depois de tanto comentar, na viagem de volta, tudo o que pode ser visto nos seis dias em que ela durou.

A excursão em que foi Cassavara não foi a única organizada mês passado pela Cooperativa. Alguns dias mais tarde aconteceu outra, da qual participaram 24 associados. Agora, para o mês de setembro, está sendo preparada uma terceira viagem de pequenos agricultores desta Região com o objetivo de que eles conheçam o que é a Cooperativa no Mato Grosso do Sul e como é, afinal, a estrutura de produção e as condições com que se pode trabalhar na terra naquele Estado.

O interesse da grande parte do pessoal que participou das duas primeiras viagens, foi também o de ver mais de perto a possibilidade de arrendar ou mesmo de comprar um pedaço de terra. Isto, porém, não aconteceu com o Cassavara:

— Sempre que a gente sai do lugarzinho da gente é mais por curiosidade. Eu acho que na atual circunstância deste problema de minifúndio que se vive nesta região, eu não me sinto bem se vou resolver o meu problema de ter pouca terra para trabalhar se os outros continuam com ele.

LATIFÚNDIO MESMO

Por esta razão, Cassavara foi ao Mato Grosso pensando seriamente em ver como é a distribuição da terra por lá:

— E é ao contrário do que eu pensava: ela pertence a poucos. Aqui nós falamos em latifúndio, mas latifúndio mesmo são as grandes propriedades que se encontra no Mato Grosso. E os donos são gente que nem mora por lá. Estão em Campo Grande, Brasília, São Paulo...

As observações de Cassavara não tiraram, em todo caso, o ânimo de um de seus companheiros de viagem em arrendar um pedaço de terra. Pois foi isto mesmo o que fez o João Luiz Kerpel, lá de Coronel Bicaco, que mal chegou da excursão e já embarcou de novo para o Mato Grosso. No Sul ele é proprietário de perto de 200 hectares e acertou no Mato Grosso o arrendamento de 400.

O Kerpel vinha comentando com os companheiros da viagem que ele já conhecia o Mato Grosso antes da excursão. Solteiro, sem maiores compromissos por aqui, ele vai tentar a lavoura no Mato Grosso e, quem sabe, até ficar morando por lá.

Já o seu Walmir Dobrachinski, de Rincão do Tigre, em Ijuí, mesmo acreditando que o Mato Grosso é, como muita gente diz, a terra do futuro, pensa que "cada brasileiro deve estar na cinza onde nasceu". Mesmo assim não deixa de lembrar que para alguns agricultores possa ser uma saída a mudança para o Mato Grosso:

— A gente que está aqui com uma lavourinha mais ou menos não deve se arriscar. Mas quem está prensado, em pouca terra, deve ir,

e logo, porque daqui a quatro anos, não tem mais terra por lá.

DIFICULDADE

Walmir, proprietário, junto com o pai e um irmão, de 200 hectares, gostou do que viu. Em casa, por sinal, a viagem foi o comentário de muitos dias:

— A gente foi ver a pecuária, que lá é melhor do que aqui, e também a lavoura. Pena que não era época de planta. Outra coisa que eu estava interessado era em saber como a Cooperativa está trabalhando e fazendo com o nosso dinheiro por lá. Nós estamos sendo o boi de canga do pessoal do Mato Grosso. A gente de lá é boa mas o plantador não é tão fiel como nós somos com a Cooperativa.

Esta observação foi feita também pelo Cassavara. Só que ele olhou ainda mais um lado das coisas:

— Acho que não é fácil a gente se habituar muito ligeiro. Aqui se consegue as coisas com muito mais facilidade. A educação, por exemplo, foi uma coisa que me chamou atenção: não vi uma escola a não ser nas cidades. Aqui em cada núcleo tem escola. Também não vi para fora um bolicho, uma farmácia e mesmo ônibus como têm por aqui. As propriedades são tão grandes que a gente viaja 50 quilômetros até encontrar uma casa.

O Walmir já notou também outra coisa: as áreas pequenas são muito caras para se comprar, enquanto as grandes são mais baratas. O único problema é que pelo seu tamanho é preciso também muito dinheiro para fechar o negócio.

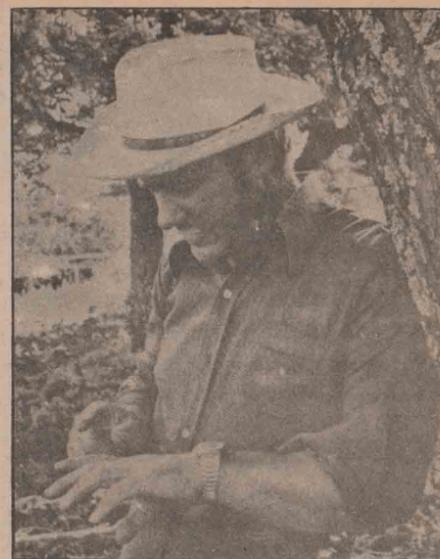
CONTAR COM A COOPERATIVA

Foi observando isto que um outro participante da primeira viagem, o Theobaldo Roth, de Alto da União, conta uma idéia que apareceu durante a excursão:

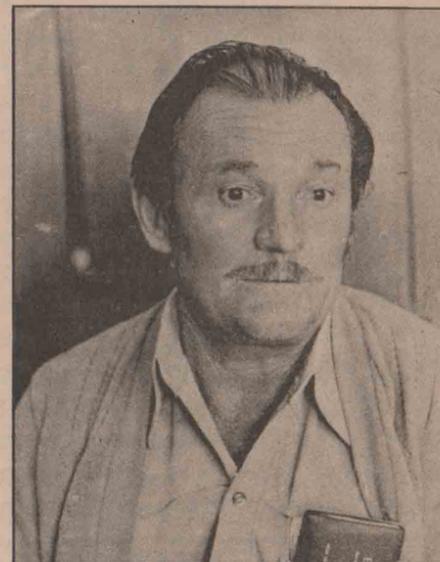
— A Cooperativa podia intermediar um negócio para a gente que está interessado em comprar terra. Já que ela está lá podia comprar alguns mil hectares e depois repassar isto para os associados.

A mesma opinião têm o Walmir, que foi na segunda excursão:

— A Cotrijuí tem muito sócio que tem vontade de ir para o Mato



Walmir



Cassavara



Theobaldo

Grosso mas que não tem nenhuma garantia para dar.

Ele conta que aqui não está apertado de terra, mas também não dá para aumentar muito a propriedade. No Mato Grosso ainda é mais barato um hectare:

— Só olhando não dá para dizer se a terra de lá é boa. Precisa plantar para descobrir. Agora, se eu tivesse mais dinheiro, que desse para comprar uma área boa — uns 1.000 hectares — quem sabe até eu ia ver este negócio mesmo. Metade eu plantava e na outra metade criava boi.

Já o Cassavara acha que não vale a pena:

— Eu não trocava meu 12,5 hectares por 50. Acho que nem por 500. Aquilo é um futuro não garantido para mim. Talvez para gente nova seja bom. Mas é preciso ir bem preparado para aquilo lá.



Uma parada para esticar as pernas e tirar uma foto do grupo.

A BRIGA POR UM BANCO

Para cada Cr\$ 1,00 de capital numa cooperativa gaúcha, Cr\$ 4,50, em média, não pertencem a ela e nem aos seus associados. É um dinheiro que ela buscou fora para poder continuar operando no recebimento e comercialização de produtos e na prestação de serviços aos seus associados. É um índice tão alto de endividamento que por si só já justificava toda a discussão em torno de apenas um assunto durante os dois dias do 5º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado em agosto, na cidade de Panambi: problemas financeiros.

E será que existe solução para isto? Já no ano passado, quando as cooperativas gaúchas realizaram um encontro para discutir seus principais problemas, ficou claro que o maior desafio era superar suas dificuldades financeiras. Entre as proposições aprovadas, na ocasião, estava a aquisição de um banco próprio do sistema cooperativista. Mesmo agora, depois deste Seminário, onde o crédito foi o assunto principal, não parecem ter surgido soluções fáceis e possíveis

de serem executadas a curto prazo. A descapitalização das cooperativas está ligada não apenas à situação financeira dos produtores mas também, e talvez principalmente, à própria estrutura financeira e à política econômica do País.

Além do crédito, os quase 350 participantes do 5º Seminário analisaram os temas provisão interna de recursos financeiros (capitalização e outros) e autonomia financeira, buscando mecanismos que reduzam, ao máximo possí-

vel, a dependência que existe em relação aos recursos estatais e ao sistema financeiro privado.

UMA TRANSFORMAÇÃO

Uma idéia, que não é nova, mas voltou a ser apresentada, é a transformação das seções de crédito das cooperativas de produção em cooperativas de crédito. Esta experiência já foi feita por uma cooperativa brasileira, a de Cotia em São Paulo, e relatada por Hiroshi Nishioka, um



350 pessoas falando só de dinheiro

dos diretores da Cooperativa Regional de Crédito Rural - Cotia. Não foi fácil esta transformação, conforme ele contou, levando quase dois anos para se consolidar dentro da própria cooperativa de Cotia. Tanto que depois de 10 anos de existência ela ain-

da não está atuando da forma para a qual foi criada.

É preciso explicar, neste ponto, que a Cooperativa de Cotia, uma das maiores do Brasil, é uma central de produção e comercialização que engloba oito cooperativas regio-

Chegou Penncap-M®, o inseticida que rende mais por hectare tratado.



PENNCAP-M®. Maior eficiência
Rende mais porque tem ação prolongada. É o efeito das microcápsulas, pequeninas esferas porosas que têm dentro o ingrediente ativo que vai sendo liberado gradativamente, prolongando a ação do inseticida.

PENNCAP-M®. Mais economia
A presença prolongada na planta faz com que PENNCAP-M® necessite menor número de aplicações. A liberação lenta do inseticida aumenta o seu período de controle efetivo de insetos, em média duas vezes e meia, comparado com o mesmo ingrediente ativo em formulações convencionais.

PENNCAP-M®. Mais seguro
Graças à formulação em microcápsulas, PENNCAP-M® é 6 vezes menos tóxico por via oral, e 12 vezes menos tóxico por via dermal quando

comparado com o mesmo ingrediente ativo na sua formulação comum. Se você planta algodão ou soja, vá conhecer PENNCAP-M® no seu Distribuidor Elanco ou na sua Cooperativa. Um inseticida que oferece mais segurança para quem aplica, e mais lucros para quem planta.

Campanha do uso correto dos defensivos agrícolas
Use os defensivos corretamente. Retire o folheto de instruções básicas de segurança nos Distribuidores Elanco.



PENNCAP-M® é marca reg. da PENNWALT CORP. - USA

Uma proposta

A criação de um Sistema Nacional Integrado de Crédito Cooperativo é a proposta enviada pela OCERGS (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) a Brasília no mês passado, como uma contribuição ao Grupo Interinstitucional de Estudos que está encarregado pelo Governo de encontrar melhores formas de distribuir o crédito rural.

Este estudo foi elaborado em conjunto pela Fecolã, Fecovinho, Cooperativa de Crédito Nova Petrópolis, Cotrisa e Cotrijuí, com o objetivo de canalizar recursos próprios, eliminar a dependência dos financiamentos bancários e dinamizar ainda os diversos modos de prestação de serviços às comunidades rurais.

Ele é apresentado já como um ante-projeto de lei de um sistema cooperativo de crédito, que tem como base de sua estrutura as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas. Através dele, se procura regulamentar a problemática das seções de crédito, buscando uma ação efetiva do crédito rural, principalmente entre os mini, pequenos e médios agricultores e também regulamentar as cooperativas de crédito rural. Acontece que pela própria lei, tanto as seções de crédito como as cooperativas de crédito estão autorizadas a atuar como agentes de crédito rural. Só o que falta é uma definição mais clara do Banco Central do Brasil - que distribui os recursos e fiscaliza sua aplicação - para que elas possam efetivamente desempenhar este papel.

O ante-projeto propõe medidas legislativas, regulamentos, etc, com a finalidade de disciplinar o funcionamento do cooperativismo de crédito rural. São feitas várias proposições, como: a participação nas câmaras de compensação de cheques, para que o agricultor possa saldar seus compromissos em qualquer localidade, com o cheque de sua cooperativa; a criação de uma caderneta de poupança rural, como atribuição exclusiva das cooperativas de crédito, estimulando assim a poupança do agricultor; a criação de postos avançados pelas cooperativas, como uma descentralização dos serviços de atendimento, ajudando também a evitar a duplicidade de financiamento para um mesmo agricultor; a permissão de receber depósitos, tanto de associados, como de funcionários da cooperativa ou de terceiros.

Todas proposições têm a finalidade de tornar mais eficiente o sistema de crédito rural, aproveitando uma estrutura já montada - a das cooperativas - que hoje são meras repassadoras de recursos insuficientes, limitando seu efetivo desempenho como agente promotor do desenvolvimento rural.



Ribamar: o BNCC é a salvação

nais. Os associados destas cooperativas regionais optam pela vinculação com a cooperativa de crédito, que atende ainda produtores não associados a estas regionais da Cotia, mas também de outras cooperativas paulistas.

Entre os maiores obstáculos ao trabalho da cooperativa de crédito apresentados por Nishioka, está a impossibilidade da cooperativa de crédito ampliar seus setores operacionais fora de sua sede social. Esta é uma imposição legal que não permite a implantação de postos da cooperativa nas unidades regionais, por exemplo. Outro problema é a inexistência de um órgão central para as cooperativas de crédito e mesmo seções de crédito, o que as torna dependentes da captação de recursos nas instituições financeiras, obedecendo assim um mesmo esquema de tratamento dos bancos. Outro entrave é a dificuldade em buscar recursos nos associados, pois a falta de circulação deste dinheiro impede que a Cooperativa receba maiores depósitos. Isso tudo sem contar a dificuldade de que a Cotia seja aceita nas câmaras de compensação para descontar os cheques e outros papéis emitidos pela cooperativa:

A inclusão nas câmaras de compensação do sistema financeiro realmente é vital para a consolidação da cooperativa como instituição financeira, permitindo, assim, um número maior de operações. Outra coisa que é proibida pela legislação é que as cooperativas de crédito recebam depósitos em caderneta de poupança. Assim o associado de uma cooperativa retira seu dinheiro e vai aplicá-lo num banco estranho ao sistema.



Campos Filho: que influência temos no BNCC?

E UM BANCO, RESOLVE?

A maior discussão ocorrida durante o 5º Seminário foi exatamente a respeito de um banco próprio do sistema. O fortalecimento das seções de crédito das cooperativas é uma necessidade. Só que isto não basta para acabar com a dependência de recursos externos ao movimento cooperativista.

O José Ribamar de Mello, presidente do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e também um dos palestrantes do Seminário, é da opinião de que as cooperativas devem assumir o controle acionário do banco. Para ele esta pode ser a salvação. Mas não é bem esta a opinião das cooperativas.

O presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), José Pereira Campos Filho, lembrou que não serão os Cr\$ 190 milhões que as cooperativas devem integralizar no BNCC que o tornarão realmente um banco das cooperativas. É que em princípio o maior acionista do BNCC é o Governo, que tem 54% das ações. Os 46% restantes são das cooperativas, que só integralizaram até agora menos de 25% do capital. Mesmo aplicando estes Cr\$ 190 milhões e completando assim os 46% de ações a que têm direito, o banco continuará sendo mais do Governo que das cooperativas, que não poderão escolher a maioria dos diretores e influir decisivamente na política do BNCC.

AS LIMITAÇÕES DO BNCC

Se só isto não fosse o suficiente existem ainda as limitações do próprio BNCC. Uma delas é o impedimento de fazer operações comerciais, com cadernetas de poupança e

outras atividades que captem mais recursos. Outra é que ele só atende a 17% das necessidades de financiamento das cooperativas brasileiras (58% vêm do Banco do Brasil e o restante de bancos privados) e ainda por cima de uma forma mal distribuída. As cooperativas de consumo, de prestação de serviços e de trabalho, por exemplo, recebem quase ou absolutamente nada. É por isto que diz o Ribamar:

— É até uma maldade criticar um banco que só atende 17% do crédito das cooperativas. Em termos de assistência é realmente muito pouco.

Ele insiste no fato de que o BNCC deve ser das Cooperativas, e que elas devem suprir de recursos a instituição, para que ela realmente possa atender as necessidades do sistema. Já os líderes cooperativistas que participaram do Seminário dizem que o BNCC deve procurar uma defi-

nição. O Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí, por exemplo, afirmou:

— O BNCC é um banco que depende totalmente do Governo mas que não tem nenhum peso junto ao Governo. Ele não participa nem do Conselho Monetário Nacional.

Se o BNCC não adquirir um peso financeiro maior — o que seria possível no momento em que se tornasse um banco comercial — resta como alternativa a compra de patente de um banco privado por parte das cooperativas. Nisso a maioria concordou, menos alguns mais reticentes como o João Batista Marchese, de Encantado, que pensa o seguinte: "no momento em que as cooperativas tiverem dinheiro para comprar um banco, não precisam mais de banco".

Tertuliano Boffil, que foi presidente da Fecocarne (Federação das Coope-

rativas de Carne do Rio Grande do Sul) e agora diretor do BNCC, acha que é mais fácil lutar pelo controle acionário deste banco. Pelas suas contas, custariam uns Cr\$ 2 bilhões a compra da patente de um banco privado. Enquanto isso, depois de integralizar os 46% de capital, as cooperativas deveriam lutar para modificar a legislação e assumir o controle acionário do banco, bastando para tanto Cr\$ 50 milhões.

Nem modificar a lei e nem conseguir comprar um banco próprio parecem ser soluções que as cooperativas consigam viabilizar em pouco tempo. Que o BNCC precisa se definir, disto não há nem dúvidas. E nem de que os problemas financeiros das cooperativas exigem uma solução. Se ela não veio especificamente no Seminário, pelo menos sua realização valeu pela importância dos debates.

A Montedison entra em campo com a sua linha de ataque.

Rogor

Inseticida fosforado sistêmico de baixa toxicidade.

Cidial

Inseticida fosforado de contato e ingestão de baixa toxicidade.

Rogodial / Rogofene

Inseticidas co-formulados destinados ao combate de insetos sugadores e mastigadores.

Em defesa do agricultor brasileiro, a Montedison apresenta a sua linha de ataque: Rogor, Cidial, Rogodial e Rogofene.

Quatro eficientes inseticidas que acabam com os adversários do campo, em dois tempos.

Desenvolvidos por quem é técnico no assunto, alcançam excelentes resultados para as suas plantações.

E o resultado final é aquela renda após cada colheita.

Para maiores esclarecimentos, consulte a Montedison ou o Departamento Técnico da sua Cooperativa.

MONTEDISON DO BRASIL LTOA

Montedison Divisão Agrícola
Av. República do Líbano, 1.921 - São Paulo - SP
Fones: 70-4016, 549-9333. Telex 011-22731
Av. Vereador José Diniz, 3.465 - Fone: 240-6411

Colucci & Associados

UMA MUDANÇA INEVITÁVEL

Sem uma mudança no sistema de transporte de leite a situação pode ficar preta. A culpa de quem é? Da alta do óleo diesel. Mas não só dela. O maior problema é o baixo preço pago ao produtor por cada litro de leite. Junto com os freiteiros, os produtores procuraram algumas soluções imediatas. Uma delas foi a eliminação das tabelas de frete. Agora todo mundo paga um preço só. Outra é tentar reduzir as linhas de coleta.

Até ameaça de greve apareceu no negócio do leite neste mês de agosto. A situação chegou a um ponto tão insustentável que os freiteiros pensaram seriamente em parar de puxar o leite se o valor do frete não fosse reajustado. E até mesmo alguns produtores estavam quase chegando a conclusão que, com este preço pago pelo litro de leite, seria quase melhor deixar de produzir.

A situação acabou sendo acertada só depois de duas reuniões do Conselho de Produto-

res de Leite de Ijuí. A primeira aconteceu no dia 17 e a outra no dia 21. Se tornaram necessárias estas duas reuniões porque se chegou num impasse: os freiteiros e os produtores não se acertavam quanto ao valor a ser pago por cada litro de leite.

Os freiteiros chegaram, inclusive, a fundar, alguns dias antes, uma Associação, elegendendo como presidente José Hedlund, que foi até a reunião relatar as condições com que eles estão trabalhando. Com a alta de 50% no óleo diesel ficou to-

talmente impraticável continuar trabalhando como freiteiros. Se já antes, em alguns casos, eles vinham acumulando prejuízos, agora a situação ficou mais do que difícil.

E eles tinham na ponta do lápis os cálculos de seus custos. O próprio Hedlund, no mês passado, tinha sofrido um prejuízo de Cr\$ 741,00, enquanto um outro colega perdeu Cr\$ 3.782,00 depois de pagar a prestação e consertos do carro, pneus, combustível, etc.



Duas reuniões para chegar a uma definição

Os freiteiros contaram toda sua situação. Aí foi a vez dos produtores começarem a falar mais seriamente da sua. O seu Leonir Diespcel, de Campo Belo, perguntou:

— Alguém já fez os cálculos de quanto nós gastamos para produzir um litro de leite? Vamos calcular o custo de nossa propriedade primeiro.

Aí foi a vez de Jaime Wender, do Parador, falar:

— O que não podemos é colocar o produtor contra o freiteiro. Ele não tem culpa se nós ganhamos pouco com o que produzimos. E nem nós somos culpados se não podemos pagar mais pelo frete e acontece isto com eles.

CAI A TABELA

Desde o início da primeira reunião os produtores de Ijuí começaram a discutir a validade de existir uma tabela de frete com preços diferenciados de acordo com a produção entregue. Quem entregava menos pagava mais. Muita gente não concordava com isso, lembrando que, para o pequeno produtor, o frete sempre representava mais do que para o grande. Já outros argumentavam que isto poderia ser um estímulo para que muito produtor aumentasse sua entrega diária de leite, tentando pagar menos de frete. Outra coisa que se dizia era que, numa cooperativa, não deveriam existir estas diferenças, pois o mais importante é o total da produção entregue pelos associados, sem individualizar os casos.

No final da discussão, acabou vencendo uma proposta de eliminar a tabela e estabelecer um preço único para o frete. Isto por um período de um ano, pelo menos, para permitir que os pequenos produtores consigam se organizar melhor e aumentar sua produção. O preço proposto era de Cr\$ 0,75 por litro.

Os freiteiros foram pegos de surpresa. Eles já haviam, inclusive, calculado os preços da nova tabela (de 1 a 50 litros, Cr\$ 0,95; 51 a 150 Cr\$ 0,80 e mais de 151 litros, Cr\$ 0,65) que acreditavam resolver, por um tempo, sua situação. Quando ficaram sabendo da decisão de um preço único, pediram Cr\$ 0,85 por litro. E aí que se chegou num impasse, sendo convocada a segunda reunião dos produtores.

No final, a decisão da maioria foi a seguinte: pagar Cr\$ 0,80 por litro até que as linhas sejam refeitas, buscando uma redução nos percursos, para então rebaixar para os Cr\$. . 0,75. Nas linhas em que os produtores preferirem manter o esquema atual, com grandes quilômetros e diversas paradas, não haverá redução no preço do frete. O leite ácido, tanto individual como coletivo, custará Cr\$ 0,40 o litro para ser transportado.

O GRANDE AJUDA O PEQUENO

Pela tabela que estava vigorando até aquele momento, por litro de leite transportado os freiteiros ganhavam uma média de Cr\$ 0,62. Desta forma, Cr\$ 0,80 representam um aumento de 30%, conforme era pedido por eles. Já os produtores viam o outro lado da moeda: já houve um aumento de 9% no frete, enquanto o Governo deu 30% de aumento para o leite. Só que destes 30%, 8% ficaram retidos para a indústria, restando, assim, só 22% de aumento efetivo para o produtor. Ao concordar com mais estes 30% de aumento para o frete, os produtores vinham, então, acumulando um prejuízo de 17% (com o aumento do leite, veja a matéria abaixo que foi de 11,1%, o prejuízo fica um pouco menor: 6%).

O caso é que a situação do transporte de leite exigia uma solução. Afinal, os freiteiros estavam ameaçando não puxar o leite para não acumular prejuízos. O aumento para o frete, os produtores se deram conta disso, era inevitável.

É claro que esta solução não satisfaz todo mundo. Quem produz mais leite e vinha pagando um frete menor é quem vai sentir mais violentamente este aumento. Afinal, as entregas superiores a 151 litros por dia, tinham um frete de Cr\$ 0,45. Mas é como disse o seu Jaime Wender:

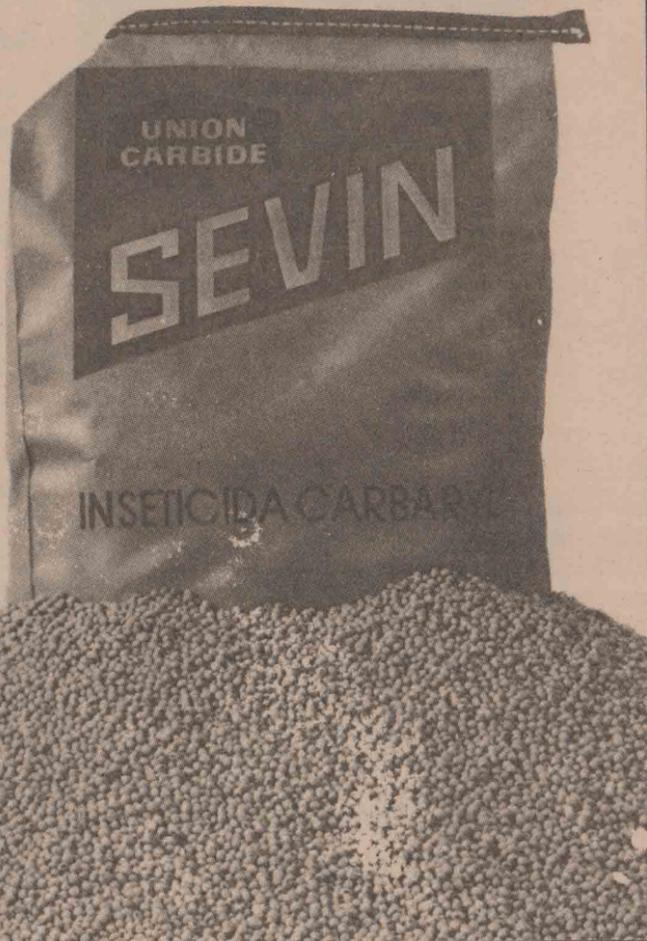
— É uma ajuda que nós vamos dar para quem quer se organizar. Um subsídio de quem produz mais.

O pessoal também acabou entendendo a situação dos freiteiros, que explicavam ser este seu único meio de ganho. Falou o José Hedlund:

— Vocês têm outras alternativas: a soja, o milho, o porco. Nós, só a de puxar o leite.

SEVIN-MANEIRA INTELIGENTE DE CONTROLAR AS PRAGAS DA SOJA.

No controle das pragas da soja SEVIN é a melhor opção. SEVIN protege a lavoura, aumenta a produção e garante a colheita. Combate as pragas e preserva os inimigos naturais. É econômico. É fácil e seguro de aplicar. É a escolha certa para o Controle Integrado ou para o Controle Convencional. SEVIN dá ao lavrador a opção de formulação mais adequada às suas necessidades: pó seco, pó molhável, e líquido. Pode ser aplicado por polvilhadeiras e pulverizadores manuais ou motorizados, aviões e helicópteros. A alto e baixo volume. SEVIN é a maneira inteligente de controlar as pragas da soja. SEVIN é biodegradável. Não poluente. É um produto da Union Carbide.



UNION CARBIDE

Divisão de Produtos Agropecuários

UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153 - CEP 04543
Tel.: 531-0977 - Caixa Postal 30.362 - São Paulo - SP.

SEVIN® é marca registrada da UNION CARBIDE CORPORATION, USA, para o inseticida Carbaryl.

Quando se acaba o serviço, com tudo entregue na plataforma da CCGL, nós ainda vamos lavar o carro, fazer os consertos que precisa. Não sobra tempo para nenhum carro extra

MAIOR PROBLEMA: PREÇO

Em trabalhos de grupo, o pessoal identificou como o maior problema que se está enfrentando o baixo preço do leite. Quando estavam sendo realizadas estas reuniões ainda não havia acontecido o aumento, quando o litro valia para o produtor, antes dos descontos de capitalização e frete, Cr\$ 5,30 (com o aumento ele passou a Cr\$ 5,90 a partir de 24 de agosto e de Cr\$ 6,44 a partir de 1º de novembro).

Além do preço há mais coisa ainda: a falta de estímulo, por parte do Governo, à produção; os altos preços dos adubos, da ração e dos próprios animais; o fato do produtor ter reservado apenas uma área para se dedicar à pecuária leiteira, sem poder aumentá-la pois já comprometeu o resto de sua propriedade com os financiamentos para a lavoura; as pequenas entregas de leite em grandes quilometragens.

E como resolver o principal problema, que é o baixo preço do leite pago ao produtor? Adianta reivindicar? É capaz de adiantar, como concluíram os produtores, só que jamais se pode esquecer que o

preço do leite é político. Assim como ele é tabelado para o produtor, tem seu preço tabelado a nível de consumidor. Foi aí que o seu Frederico Casali, se lembrou de uma coisa muito importante:

— Como é que a carne recebe tantos aumentos seguidos enquanto que no leite não acontece isso?

Então o pessoal mesmo se deu conta das diferenças: o produtor de gado de corte geralmente possui uma grande propriedade, é rico e tem po-

der de influência. O de leite não vive a mesma situação. Só dizendo isso, já se explica muita coisa. O difícil, então, para o produtor de leite, é encaminhar suas reivindicações por um preço mais justo.

A ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR

Alguns produtores, é claro, concordaram com a solução mas fizeram seu protesto. Este é o caso de Armin Arlindo Seifert, da Aula 21 de Abril:

— Quer dizer que nós, os

produtores, somos os prejudicados novamente. Para quem nós vamos trabalhar agora? Não tem muito o que escolher, Estoura sempre no colono.

Mais uma vez, então, eles se deram conta que seria preciso estar organizado — e bem organizado mesmo — para definir a situação como seria mais justo: remunerando adequadamente o produtor por seu trabalho. Alguns se mostravam um pouco desanimados com este negócio do leite. Mas nem

por isto, como é o caso de seu Helmuth Guth, um dos que se mostravam mais contrários ao preço único, irão deixar de produzir.

No final da segunda reunião ficou definida a criação de uma comissão, formada por cinco dos produtores que participaram das reuniões (Jaime Wender, Leonir Diespcel, Waldir Winter, Waldemar Krampe e Carlos Daniels) e mais o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí, Carlos Karlinski, do Sindicato Patronal. Reinholdo Kommers, o presidente da Associação dos Produtores de Leite, Harri Stretter, o presidente da Associação dos Freiteiros, José Hedlund, e de elementos da Cotrijuf.

A comissão já se reuniu uma vez. Foi no dia 27, exatamente quando foram divulgados os novos preços do leite. Isto atrapalhou, em parte, seu trabalho, que é exatamente o de procurar formas de encaminhar a reivindicação por um preço melhor e mais justo. Mesmo assim a comissão já conseguiu definir alguma coisa. A primeira delas foi a necessidade de realizar um estudo bem detalhado sobre os custos de produção do leite. Com estes números na mão será mais fácil provar que o leite não está sendo, absolutamente, uma atividade rendosa em relação ao trabalho que dá ao produtor que se dedica à pecuária leiteira.



Nos grupos, a conclusão: o problema é preço

Isso é aumento?

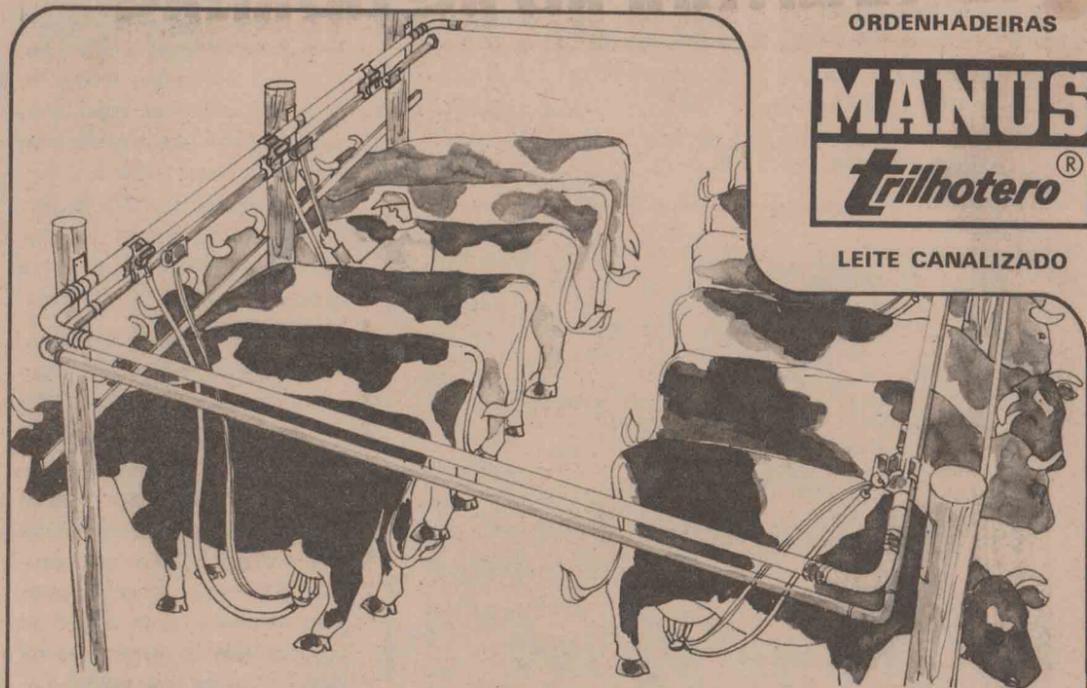
Se os novos preços do leite forem examinados com atenção, será bem fácil constatar que o aumento concedido nem de longe alcança os valores necessários para equilibrar os custos e as receitas do produtor. De Cr\$ 5,30 o litro, o produtor passou a ganhar a partir de 24 de agosto Cr\$ 5,90. São 11% de aumento que somados aos 30% já concedidos durante este ano daria um total de 41%. Só não se pode esquecer que, no primeiro aumento, as indústrias ficaram com 8%, restando, portanto, ao produtor, apenas 33%. E durante este ano tudo subiu muito mais do que isso: adubo, ração, preços dos animais, etc.

O aumento no preço do leite foi dado em duas etapas: Cr\$ 5,90 agora e Cr\$ 6,44 a partir de 1º de novembro. Nas capitais e nas cidades maiores do Brasil, os preços são mais elevados: Cr\$ 6,30 e Cr\$ 6,84. Esta diferença é uma coisa que não se entende. Afinal, será que o produtor que mora por perto das grandes cidades paga mais pela ração, pelos adubos?

A portaria da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento) que autorizou este aumento, modificou também o preço do leite excessivo. Antes ele era calculado em 80% do preço do litro do leite (então a Cr\$ 5,30 o leite, o excesso era pago a Cr\$ 4,24). Mas agora ele tem um preço fixo: Cr\$ 3,60 a partir de agosto e Cr\$ 3,90 a partir de setembro. No lugar de um aumento de preço, houve uma redução.

O cálculo da formação do leite cota continua inalterado, tomando ainda como base os meses de abril a julho, podendo superar em 20% a média de produção obtida naqueles meses. Assim, quem entregou 120 litros em abril, 80 em maio, 90 em junho e 110 em julho, alcançando uma média de 100 litros, pode entregar nos demais meses até 120 litros a preço normal. O que for mais do que esta quantidade será o leite excessivo.

Pela nova portaria, como se vê, mais uma vez as indústrias foram protegidas e sacrificados os produtores. Como a CCGL não pode fugir da portaria — que, inclusive, deixa bem clara a obrigação de obedecer o sistema de cota e excesso — ela procurará pelo menos estudar uma maneira de aplicar a portaria de maneira menos drástica para o produtor. Para isto fará uma reunião com suas cooperativas filiadas, buscando obedecer a portaria e, ao mesmo tempo, não prejudicar o produtor. Meio difícil. Mas vamos ver como é que fica.



ORDENHADEIRAS



LEITE CANALIZADO

VOCÊ SABIA QUE UMA INSTALAÇÃO DE "LEITE CANALIZADO" MANUS/TRILHOTERO CUSTA BEM MENOS DO QUE VOCÊ PENSA?

Veja porque:

- Você dimensiona a instalação de acordo com o número de vacas a serem ordenhadas e o sistema a ser utilizado.
- Em uma pequena sala de ordenha você pode ordenhar um grande número de animais em pouco tempo.
- O leite é transportado do úbere até os tarros ou tanque resfriador através da tubulação de vidro pirex, eliminando os problemas de contaminação.
- O equipamento é extremamente simples de ser operado e a higienização final é totalmente automatizada.

POR TUDO ISSO É QUE SE DIZ QUE A MANUS/TRILHOTERO É A ORDENHADEIRA QUE LHE PROPORCIONA MAIS LEITE E MAIS LUCROS.



TRILHOTERO

TRILHO OTERO INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Rua Dona Teodora, 1461 - Caixa Postal, 1125
90000 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL
Telefone: (0512) 42-3366
Telex: 051-1035 OTER BR
End. Telegráfico: TRILHOTERO

Consulte-nos hoje mesmo sem compromisso:

- Fornecemos plantas de estábulos.
- Assessoramos na construção.
- Garantimos assistência técnica realmente permanente.

NO CONTROLE DA SEMENTE,

É muito comum o pessoal que produz semente se queixar da falta de financiamento bancário para semente própria. Mas, como diz o agrônomo Sidnei Gervini de Souza, responsável pelo setor de sementes de trigo e soja da Cooperativa, a verdade é que nos últimos cinco anos subiu muito a qualidade deste produto. E subiu exatamente porque se começou a fazer um controle de padrão. E a se pagar as bonificações, é claro. E Sidnei não está se referindo apenas às sementes de trigo e de soja — desde há três anos as sementes de forrageiras também vem sendo produzidas com mais qualidade e em maior quantidade por associados da Cotrijuí.

Tanto que tem gente, que mal estava entrando mais a fundo no negócio da pecuária de leite e já está pensando em se dedicar, no futuro, quase por completo à produção de forrageiras. O que não está sendo incentivado pelos técnicos da Cooperativa nem por ninguém que pense um pouco mais longe: pois o agricultor que fizer isso vai cair de novo na monocultura, o que todo mundo já viu que é muito perigoso. Além do mais, a idéia de partir para a produção de leite surgiu exatamente como uma maneira de diversificar a produção, e plantar



Ceslau e Salti: a lei é injusta

semente de forrageiras veio como consequência da criação deste gado.

Agora, se o agricultor não cair na tentação desta armadilha que é a monocultura, é claro que nada impede que ele se concentre bastante na produção de semente. As forrageiras, por exemplo, hoje em dia só enfrentam um problema, que é o da comercialização. Quem diz é outro agrônomo, Rivaldo Dhein, que cuida do setor de sementes de forrageiras na Cooperativa. "A produção já está maior do que nós precisamos na região", diz ele. Ou melhor: a produção de semente de inverno foi maior do que o necessário. Até sobrou. Mas a de verão é provável que vá faltar.

A semente de inverno

não teve problema de produção porque ela concorre com a produção de trigo, e não de soja. Sem falar que a falta de pasto no inverno, aqui na região, é maior do que no verão. Mas de qualquer jeito tanto as forrageiras de inverno como do verão têm tido muito mais saída, nos últimos anos, pois não falta colono que esteja se dedicando à produção de leite, depois da frustração das últimas safras de soja.

Mas com tudo isso, aconteceu que este ano a Cotrijuí vendeu só 470 toneladas de semente de forrageiras de inverno, contra 855 toneladas no ano passado. Rivaldo Dhein explica que isto se deu porque este ano o produtor segurou as sementes em casa — preferindo plantar semente própria e vender o excesso para algum vizinho. Além do que, o financiamento do Banco do Brasil para semente forrageira foi mais baixo do que o do trigo.

Já a semente das forrageiras de verão vendeu mais em 78 do que em 77: 218 toneladas contra 182. Mas o aumento foi pequeno, isso porque nem a própria Cooperativa se preocupou em estimular esta produção. Mas mesmo os técnicos se surpreenderam com a grande procura que as variedades da estação quente vêm tendo. Tudo por causa do desenvolvimento da pecuária. Por isso que este ano a previsão da Cotrijuí é vender entre 280 e 300 toneladas de sementes de verão.

Atualmente, também, está valendo a pena, financeiramente, produzir semente de forrageiras. O seu Helmuth Guth é um que desde o ano passado vem produzindo aveia e milho. "O milho me deu uma renda boa. Em 7.500 metros plantados, deu 1.150 kg de milho, a Cr\$ 12,00 o quilo", diz ele. Agora ele já está pensando em deixar um corte de alfafa para semente. E com a produção própria, este ano ele



Arlindo: vender semente vale a pena

já não precisou comprar semente de forrageira.

GADO TAMBÉM GOSTOU

E se o agricultor está contente com o preço que a semente de forrageira vem alcançando, o gado também não fica atrás. Ano passado, seu Waldemar Krampe produziu semente de pânico, milho e setária. "Este ano", ele conta "plantei pânico e milho já com semente própria. E precisa ver como o gado está gostando!" De futuro, seu Waldemar está com planos de produzir também semente de alfafa. O que significa diversificar ainda mais a produção da sua granja e dar mais opção de pasto para o gado leiteiro que ele tem.

Outro que produz semente de forrageiras é o seu Achyles Buzetto. Ele produziu semente de centeio, no ano passado, e de aveia, este ano. E acha que compensou, apesar da lagarta que bateu no centeio e deu trabalho. Mas seu Achyles planta em separado: "A forrageira que é pra semente, eu não deixo o gado pastar". Bem ao contrário do que fazem os irmãos Ari e Romeu Garzella: "Plantamos milho e aveia. A aveia, antes de colhermos a semente, o gado ainda deu duas ou três pasteadas".

Eles esperam que este ano as forrageiras dêem boas como as do ano passado. É que como a terra deles é pequena — 12 hectares — estão querendo ficar mais concentrados na produção de semente de forrageira, além da produção de leite. E até nem se inscreveram este ano para entregar sementes de trigo e soja. Mas eles têm uma reclamação: acham errado a Cooperativa estar pagando para o produtor Cr\$ 5,50 por quilo de aveia, enquanto ela vende a Cr\$ 9,00. Por isso Ari Garzella é de opinião que devia vir uma bonificação boa. "Mas acho que a Cotrijuí devia vender a semente mais barato", diz ele. "Porque quem compra também é associado. Talvez se-



Alfredo: azar com a seca

ja demais a margem de lucro da Cooperativa aí na questão da semente".

O esclarecimento quem faz é o Rivaldo Dhein, do setor de sementes forrageiras da Cooperativa. Ele diz que o fato do agricultor não ter recebido uma bonificação maior este ano foi porque houve sobra de sementes da estação fria. E diz que mesmo assim a Cooperativa teve prejuízo, só com os adiantamentos que deu. Por causa disso, daqui para a frente as bonificações deverão ser menores, proporcionalmente aos valores atuais.

SOL SECOU TUDO

E o consumidor, o comprador das sementes de forrageiras, o que ele está achando de tudo isso? Varia muito, como no caso do seu Alfredo Germano Gieseler. Ele comprou sementes de aveia e de pastagem perene, no ano passado. É ele quem conta: "A aveia cresceu bem, mas a perene me falhou. É verdade que eu plantei meio tarde, no início de outubro, porque o financiamento do Banco também saiu tarde. Mas estava germinando bem, até que deu 25 dias de sol e desapareceu tudo". Mais sorte teve o seu Aleixo Copetti, que no ano passado comprou semente de azevém e de pânico, sem maiores problemas. Este ano ele plantou 200 quilos de aveia, para vender semente para a Cooperativa. E pretende se inscrever para produzir também semente de trigo.

Seu Ceslau Wierzbicki e o genro, Salti Ledermann, também compram semente de forrageira da Cooperativa. "Compramos pouco, mas tem dado bem", eles dizem. Sobre a qualidade das sementes de trigo e soja, entre a semente crioula e a analisada, seu Ceslau e o genro afirmam que a diferença é só uma: a da Cooperativa é mais regular, mais parelha. Os dois são de opinião, como muita gente, que a qualidade entre a semente crioula e a selecionada é quase a mesma.



Imagine, agora, passar a grade mais duas vezes para incorporar o herbicida...

Defenda sua terra. Use Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

Dual, a opção que faltou ao agricultor brasileiro nos últimos 10 anos.



CIBA-GEIGY



O SEGREDO DA QUALIDADE



Helmut: produção própria

É por isso que eles não concordam com a justiça desta lei que autoriza os bancos a dar financiamento só no caso da semente ser selecionada. "Acho que o financiamento devia atingir também a semente própria, para que se pudesse plantar pelo menos uns pedaços com ela", diz seu Ceslau.

Sidnei Gervini de Souza, responsável pelo setor de sementes de trigo e soja da Cooperativa, diz que o produtor está certo quando fala que não há muita diferença entre a semente analisada e a crioula. "A diferença está no método de controle", afirma o técnico. Mas segundo ele, o controle feito pela Cooperativa está dentro de um programa técnico, que é para ver a possibilidade de manutenção das variedades ou da sua troca por outras mais produtivas. Quer dizer: nem a Cooperativa nem o governo têm interesse em estimular a produção da semente crioula. Porque, apesar de todas as variações, a semente selecionada é mais segura, e se pode fazer um planejamento de produção com menos riscos.

Mas o técnico avisa que nada impede que o agricultor use a semente própria, se tiver. Por outro lado, a comercialização da semente sem dúvida dá bom dinheiro, tanto para o produtor quanto para a Cooperativa. E se não for a Cooperativa a tomar conta do setor, quem vai mandar e desmandar nesta questão serão as multinacionais, que não prestam qualquer serviço para o agricultor, só querem lucrar cada vez mais, de qualquer jeito.

Um problema que aconteceu no ano passado foi que faltou semente de trigo, e foi necessário comprar sementes de fora, para poder atender aos associados. Para complicar ainda mais, sobrou semente de soja. Por isso tudo é que as bonificações foram menores. Mas Sidnei Gervini de Souza também tem uma reclamação. Ele diz que alguns produtores, se



Achyles: gado não pasta quando é para semente

estão ganhando bem, têm estímulo para caprichar na lavoura e produzir semente da boa. Agora, se o dinheiro não é tão bom, eles já não cuidam tanto. "É uma questão de mentalidade", afirma Sidnei. "O cara não se lembra que está ganhando mal aquele ano mas antes ganhou bem pela sua semente dois ou três anos..."

FALTOU SEMENTE

Reclamação por reclamação, sempre há o que falar. O Arlindo Prochomow, por exemplo, acha que valeu a pena vender semente para a Cooperativa. Mas depois precisou e não conseguiu comprar as sementes que precisava. E ficou sem, pois não tinha guardado. Seu Arlindo diz que a Cooperativa precisa dividir melhor o recebimento de semente, para que o pequeno e o médio proprietário não fiquem sem.

Reclamação parecida com a do Jacy Fernandes de Vargas e do pai dele, o seu Oscar Fernandes de Vargas. No entendimento deles, que também são pequenos proprietários, "a lavoura grande tem preferência, mas às vezes a lavoura pequena é melhor cuidada, exatamente por ser pequena. Mas não se consegue vender a semente, quando chega a nossa vez a cota já está preenchida".

Ainda falando de coisas que estão erradas, o técnico Sidnei Gervini de Souza diz que o agricultor agora perdeu o costume de vir à Cooperativa para acompanhar a classificação de sua semente — "só vem depois, na hora de receber a bonificação". Ele também aponta uma questão perigosa: tanto a semente Maringá, de trigo, como a Bragg, de soja, tem produção disparado na frente das outras. O que representa muito perigo, pois se der qualquer problema com as duas, boa parte das safras vai se perder.

Sidnei ainda aponta outro problema, que é ligado a esse: "O produtor deve produ-

zir semente não só pra ele ganhar, mas pra atender as necessidades de sementes, que não podem ser de um tipo só. Tem que ter várias opções". Uma idéia que está na cabeça de muita gente na Cooperativa é criar um fundo de bonificação para a semente condenada. Com esse fundo se poderia levar o agricultor a conhecer a produção pelo aspecto técnico,



Jacy e Oscar: lavoura pequena é melhor cuidada

de fiscalização e classificação, em outras regiões, dentro e fora do Estado.

Esse fundo — que seria criado pelos próprios produtores — teria ainda outra função: a de adiantar parte da bonificação, antes mesmo de ser comercializado o lote da semente. Mas o mais importante seria que ele ajudasse a conscientizar o produtor do aspecto técnico

da questão. Se bem que, lá no fundo, todo mundo termina concordando com o seu Walter Sauer, que compra semente na cooperativa mas também tem suas sementes crioulas, para o caso de precisar. É como ele diz: "Nossa agricultura depende do clima em quase tudo. Dez por cento é a parte do homem, mas 90 por cento é o clima".

Amendoim Bravo ou Leiteiro, Joá, Carurú, Corda de Viola, Beldroega, Carrapicho de Carneiro, Trapoeraba, Picão Preto e Picão Branco.

Se a carapuça
serviu para você,
vista
e vire a página.

UMA PLANTA DE IMPRESSIONAR

A novidade que chega nas lavouras e pode salvar as indústrias

"É a coisa mais linda que se pode ter". Isso, pelo menos, é o que conta o seu Bruno Schneider, lá de Coronel Barros, em Ijuí, quando começa a falar da colza.

Pois a colza é uma cultura nova aqui por esta região e também por todo Brasil, que é cultivada no mesmo período do trigo e pode ser aproveitada para a produção de óleo comestível, óleos lubrificantes e farelo. Agora, pelo segundo ano, surgem algumas lavouras de colza que estão ocupando uma área de 250 hectares divididos pelos municípios de Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba.

Bruno é um dos 40 associados da Cotrijuí que está participando desta experiência de multiplicação de sementes que a Cooperativa começou a desenvolver, a nível de lavoura, no ano passado. Naquela época seis agricultores se mostraram interessados em plantar uns trechos de suas lavouras com esta planta, semeando um total de sete hectares na região.

O trabalho com a colza na Cooperativa, porém, já é bem mais antigo. Ele iniciou há cinco anos atrás com a observação do comportamento da planta na região e a seleção de variedades que poderiam ser usadas industrialmente na produção de óleo comestível. Desta forma, além de representar uma lavoura substituta do trigo — que muito agricultor já não arrisca plantar — a colza ainda pode proporcionar o aproveitamento da capacidade ociosa das indústrias de óleo, que passam alguns meses do ano paradas por absoluta falta de soja para esmagar e extrair óleo e farelo.

ROTAÇÃO DE CULTURA

O seu Bruno, por exemplo, plantou a colza porque estava interessado em fazer algum tipo de rotação de cultura:

— Eu plantava trigo aqui nesta área e não dava mais. De sete hectares, no ano passado, colheu mal o mal Cr\$ 1 mil, o que não deu nem para um ran-

Ele está impressionado com a colza. Além de achar a planta bonita — é parecida com couve antes da floração, o que em que estava sua lavoura na metade de agosto — ele tem quase certeza que a colza é capaz de "segurar" a erosão:

— É muito impressionar o modo como as raízes. Uma quantidade. É muito bom, pois elas absorvem de nutrientes estas raízes baixas.

— Também é bem na



Na formação da lavoura vão apenas 10 quilos de semente por hectare.

hora de mudar deste negócio de só plantar trigo e soja:

— A gente já estava se vendo na bancarrota. A terra não pode agüentar sempre a mesma planta um ano atrás do outro. É a mesma coisa que se a gente comesse feijão e arroz e um tipo de carne todo dia. No dia em que fosse experimentar uma sopa, umas batatas, ia ver a diferença e se sentir melhor.

PLANTA RESISTENTE

Se o seu Bruno achou linda a lavoura antes mesmo de florescer, deve ter ficado maravilhado quando ela começou a se encher de flores amarelas, com a planta alcançando a altura até de um metro e meio. Assim estava a área de 30 hectares plantados por Joaquim Desordi, em Rosário, Augusto Pestana.

Este foi o segundo ano que parte da propriedade de Desordi é semeada com colza. Ano passado foi só um trechinho, pouco mais de um hectare, plantado por pura curiosidade. É que lhe perguntaram, lá na Unidade da Cooperativa, se ele não estava interessado em experimentar uma planta nova, a tal de colza:

— Não que eu seja muito curioso. Mas bem que a gente gosta de ver como é que fica uma novidade.

E tanto ele ficou satisfeito que aumentou bastante a área de plantio:

— Achei mesmo muito bom, porque é uma planta que não aparece, pelo menos por enquanto, nenhuma doença. Além disso é rendosa e o preço é compensador.

Desordi colheu 18 sacos de colza para os 13 quilos de semente que usou. E isto que muita coisa ficou na terra perdida com a debulha da vagem. Acontece que ele demorou um pouco para colher porque estava ocupado com a colheita do trigo e teve ainda o azar de vir um vento forte e debulhar muita coisa.

O rendimento esperado por hectare, segundo o agrônomo Luiz Volney de Mattos Viau, que está conduzindo as pesquisas com a colza na Cotrijuí, fica entre 1.300 e 1.500 quilos por hectare (o que dá de 21 a 25 sacos). Mas ele pode ser até superior, em torno de 2.000 quilos como se tem obtido nas experiências realizadas no CTC (Centro de Treinamento Cotrijuí). E o preço regula com o da soja, sendo comercializada aos mesmos níveis do preço do

dia que estiver vigorando para a soja.

O seu Desordi pode observar que a colza se mostra resistente às doenças provocadas por fungos, exatamente uma das maiores dores de cabeça dos plantadores de trigo. O Volney confirma que durante todos estes anos de experiência no CTC as lavouras não sofreram prejuízo por causa de doenças:

— Talvez isto possa ser, por enquanto, explicado porque não existe o cultivo extensivo de nenhuma planta da mesma família da colza — as chamadas crucíferas — em nossa região. Desta forma, ainda não foi criado um meio ambiente favorável para o desenvolvimento de moléstias.

Já a situação não é tão boa em relação às pragas, pois a cultura pode sofrer ataques de pulgões e até mesmo, às vezes,

de lagartas. Mas este é um problema que pode ser controlado com a aplicação de defensivos recomendados pelos técnicos.

NOVIDADE

Tanto a colza é novidade aqui no Brasil que só agora, este ano, ela entrou na experimentação oficial, com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul fazendo testes de avaliação do comportamento da cultura. As primeiras sementes foram trazidas da Alemanha pela Cotrijuí e logo em seguida, em 1974, se começou no CTC este mesmo trabalho. Quem explica é o Volney:

— O trabalho de experimentação foi iniciado com sete variedades de colza alemãs e duas canadenses. Em função de problemas provocados pela presença, em algumas delas, de altos níveis de ácido erústico e glucosinolat, nós eliminamos algumas variedades, ficando apenas com uma canadense e duas alemãs.

Mas o que será este ácido erústico e glucosinolat? Eles são dois elementos indesejáveis que estão presentes em algumas variedades de colza e que impedem seu aproveitamento na produção de óleo comestível. O ácido erústico, por exemplo, quando em altos níveis, provoca uma diminuição do apetite e até mesmo lesões no coração. O glucosinolat atrapalha o funcionamento da tiróide, que é uma glândula que existe no organismo humano e que controla seu correto funcionamento. Isto, é claro, sempre em altos níveis, que podem perfeitamente ser controlados através da se-

A produção mundial

Depois da soja, do algodão, do girassol e do amendoim, a colza é a mais importante oleaginosa (planta que permite a extração de óleo) produzida no mundo. Mesmo estando em quinto lugar em termos de volume de produção, sua participação é ainda muito pequena em relação as demais culturas (em torno de seis por cento da produção total).

Mas ela é uma cultura em franca expansão, devendo atingir perto de 10 milhões de toneladas no ano agrícola 1978/79. Até agora os volumes de produção de colza vinham se mantendo bastante estáveis, superando em pouco sete milhões de toneladas anuais.

O Canadá é atualmente o maior produtor mundial, superando tradicionais produtores co-

mo a Índia e a China. É também o Canadá o grande responsável por este aumento mundial da produção, pois ali praticamente será dobrada a safra deste ano em relação à do ano passado. Ali a colza é a segunda cultura em importância econômica depois do trigo. Além do Canadá, Índia e China, também a Polônia, a França, as Alemanhas Oriental e Ocidental, o Paquistão e Suécia são tradicionais produtores.

Aqui na América do Sul a colza é cultivada apenas na Argentina e no Chile, mas em proporções muito pequenas se comparadas às de outras culturas. É, em princípio, no Brasil, onde ela agora está sendo introduzida, que se encontra a melhor possibilidade de produção em grandes volumes.



leção de variedades que não apresentem estes elementos.

Por isto todo trabalho no CTC se desenvolveu em cima destas três variedades para se poder criar, através de seleção, variedades mais adaptadas para o cultivo na região. Conta Volney:

— Hoje temos sete variedades, chamadas de CTC, que são apropriadas para o cultivo pois apresentam baixos teores de ácido erúscico e glucosinolat.

UM INÇO?

Alguns vizinhos do seu Desordi duvidaram que a colza fosse coisa boa:

— O pessoal diz que é inço. Até falam que é parecido com a mostarda, esta sim um inço brabo. Acho que não é, mas mesmo que fosse, pela produção que dá, merece ser plantada.

E ele ainda está enxergando outra vantagem. Na pequena área onde plantou a colza ano passado resolveu semear o trigo nesta safra para ver se a colza dava mesmo inço e se, de fato, enfraquecia a terra como alguns vinham dizendo:

— Mas que nada. O trigo nasceu bem. Melhor mesmo que o outro que plantei em terra do mesmo tipo e com a mesma adubação.

Isto que o seu Desordi está enxergando já foi comprovado nos outros países onde a colza é uma cultura de grande importância. Na Europa, por exemplo, o trigo semeado após a colza produz normalmente de 10 a 15 por cento a mais do que o trigo após o trigo. Conta o Volney:

— Como a produção média de trigo obtida na Europa fica em torno de 8.000 quilos por hectare, a rotação de trigo com colza permite colher mais uns 800 quilos por hectare. Aqui no Brasil para colher estes 800 quilos só quando a safra for considerada normal.

O Volney também explica este negócio do pessoal pensar que a colza é um inço:

— Se a gente for levar ao pé da letra, a aveia e o azevém também são inços. Mas têm uma grande utilidade como pastagens.



Bruno: hora de mudar.

Para evitar que realmente a colza se torne um inço é só o agricultor escolher bem a hora de lavar o solo depois da colheita. A colza debulha bastante se não é colhida no momento exato, ficando assim muita semente no solo. Quando sua umidade estiver abaixo de 10% as perdas são muito grandes. Mas também deve-se ter o cuidado de não colher enquanto a semente estiver muito úmida. O ideal é colher com 12 ou 13% de umidade:

— A terra deve ser lavrada só depois que as sementes que foram perdidas com a debulha tenham germinado. O melhor é deixar chover primeiro depois da colheita para só então lavar. Se isso não for feito, as sementes ficam enterradas no solo e depois começam a germinar.

A produção desta safra, na área da Cooperativa, deve alcançar umas 325 toneladas, considerando uma produtividade de 1.300 quilos por hectare, o que é relativamente baixo para o potencial da colza. Mesmo assim emparelha com a da soja. E isto que se usa bem menos semente: 10 quilos de semente de colza por hectare contra os 90 da soja. O custo da lavoura, portanto, é menor. Da quantidade a ser colhida umas 300 toneladas serão esmagadas pela indústria da Cooperativa em Ijuí, o que mal dá para operar um dia e meio toda a maquinaria. O restante fica para semente, permitindo ampliar a área de plantio com colza dos 250 hectares deste ano para até 20 mil hectares no próximo inverno.



Joaquim: depois da colza o trigo nasce melhor.

Importando para a indústria

Este ano, pela primeira vez, o Brasil está importando grãos de colza. O volume das compras no exterior — se fala em torno de 300 mil toneladas — será utilizado pelas indústrias que já estão praticamente sem soja para esmagar e produzir óleo comestível.

Assim, além de representar, a nível de produtor, uma alternativa de diversificação para o plantio no período de inverno, a colza pode permitir o total aproveitamento da capacidade de produção de óleo das indústrias brasileiras. Estas importações serão o início de uma experiência totalmente nova para as indústrias que já vem, desde o ano passado, testando a produtividade desta oleaginosa.

Acontece que as fábricas foram construídas para esmagar toneladas e toneladas de soja. Mas com as recentes frustrações de safra, elas chegam a ficar paradas durante alguns meses por absoluta falta de matéria prima para esmagar.

Este ano, por exemplo, as fábricas de óleo da Cotrijuí (em Ijuí e Rio Grande), vão simplesmente parar no final de outubro. Quem conta é o Gilberto Luiz Padoin, gerente das fábricas de

óleo e ração em Ijuí:

— Normalmente não se têm soja desde a metade de dezembro até o mês de março, quando então se inicia a colheita de uma nova safra. Agora, com esta frustração, o período de ociosidade da fábrica ficou maior ainda. Então a colza pode suprir esta capacidade de esmagamento que as indústrias têm, ainda mais que não é preciso, em princípio, qualquer alteração no processo de esmagamento e extração de óleo e farelo.

Isso sem contar que a colza produz até 45% de óleo enquanto que a soja alcança uma média de 18%. É claro que depende da variedade, segundo o Gilberto. Numa análise de laboratório se conseguiu apenas 36,37 de óleo, o que, mesmo assim, é o dobro do rendimento da soja. A colza perde, porém, em proteína bruta no farelo. Enquanto na soja ela chega até 46%, na colza se consegue 30%.

Mas ainda assim é uma grande vantagem. Principalmente porque a colheita da colza, que inicia no mês de outubro, coincide com o período em que as indústrias não têm mais soja para esmagar.

Herbicida Seletivo para Soja

Blazer

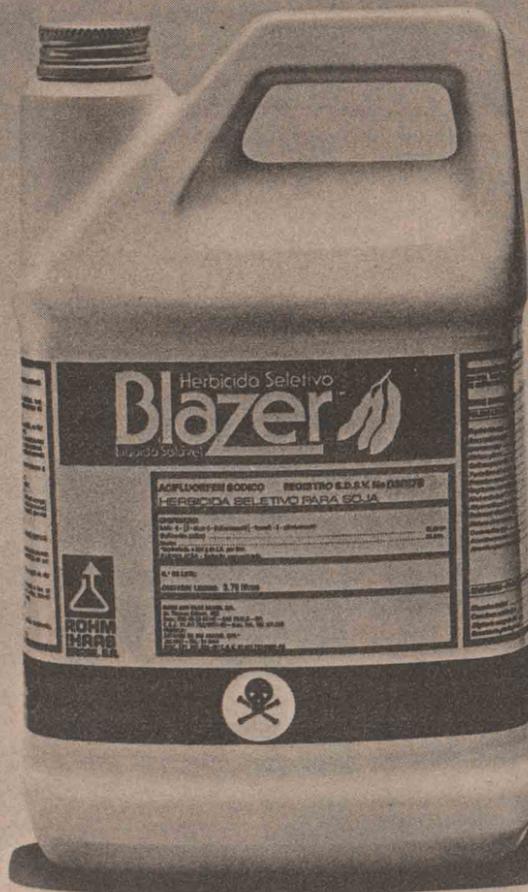


O carrasco das ervas de folhas largas.

Antigamente a gente plantava soja e esperava crescer. Ai então vinham as ervas daninhas de folhas largas e nhac! Comiam tudo. Não sobrava nada nem pra contar estória. Pra acabar com isso é que surgiu Blazer, o carrasco das ervas de folhas largas.

O que é Blazer:
Blazer - o carrasco - é um herbicida seletivo de pós-emergência com ação de contato, que não perdoa. Trocado em miudos, Blazer - o carrasco - mata o que tem que matar, na hora certa e deixa protegida a plantação, sem estragar a terra. Seus efeitos são muito rápidos e podem ser vistos um dia após a aplicação. Amendoim Bravo ou Leiteiro, Joá, Carurú, pode ser o nome mais complicado que existe, a erva mais dura de roer, que Blazer - o carrasco - mata sem piedade.

Como aplicar Blazer:
Blazer - o carrasco - é para ser aplicado com



pulverizadores terrestres ou através de aplicações aéreas. Blazer pode ser aplicado também nos campos já tratados com herbicidas pré-emergentes. Aliás, Blazer - o carrasco - deverá ser aplicado sempre sobre lavouras tratadas com graminicidas, pois sua ação sobre capins, é secundária. Blazer - o carrasco - é apresentado em formulação líquida, solúvel em água, contendo 224g de ingrediente ativo por litro. Você vai ver. Com Blazer trabalhando junto, a soja do homem erva daninha não come.



Fabricante de:
Blazer, Dithane, Stam, Kelthane e Karathane.

São Paulo, SP: Rua Padre João Manoel, 923 - 13º a., Fone: 280-3211 • Curitiba, PR: Rua Anne Frank, 3803 - Fone: 76-1693 • Novo Hamburgo, RS: Rua Pedro Adams Filho, 3102 - Fone: 95-1955

A COOPERATIVA NA BOCA DOS ASSOCIADOS

Numa manhã do mês passado, 15 associados da Cotrijuí reuniram-se em volta de uma mesa para falar sobre a Cooperativa. Só que de tão amplo o tema, depois de conversarem sem parar durante três horas e meia, não chegaram a comentar uma série de coisas: o relacionamento do associado e o funcionário, qualidade da assistência técnica, do serviço de comunicação e educação e até mesmo a tão badalada "estrutura do poder", assunto que dominou as reuniões de núcleos realizadas no início do ano. Na verdade é difícil esgotar o assunto. Bem como disse o pessoal: seria preciso pelo menos um dia para se falar de tudo. Mas as maiores preocupações foram colocadas durante o debate, que contou ainda com a participação de Danilo Trevisol e João Frantz, do Departamento de Comunicação e Educação: comercialização, desvio da produção, descontos, capitalização, a situação financeira do produtor e da Cooperativa. Num aspecto eles foram unânimes em afirmar: a Cotrijuí não pode parar de crescer. Mas deve parar de investir, de "comprar" paradas perdidas lá fora. Que sejam feitos investimentos na região onde ela nasceu e começou a crescer.

Cotrijornal — Como é que vocês estão vendo a Cooperativa?

João — Pelo que se vê, desde o começo, a Cooperativa vai bem. Agora, quanto a comercialização do produto, a falha é grande. Na comercialização da soja, o Preço Futuro agravou bastante a situação, porque quando foi feito o negócio e o associado se comprometeu a entregar o produto, o preço era um, e quando a soja foi entregue, o preço já havia ultrapassado. O associado não teve adiantamento e não pode dispor do produto, pois estava preso pelo compromisso.

Cotrijornal — Por que a Cooperativa instituiu essa modalidade de Preço Futuro?

João — Acreditava que no momento fosse um bom negócio, penso eu. Mas o mercado mudou. Acredito que no Preço Médio isso não aconteça.

Cotrijornal — Mas por que existe Preço Médio, Preço do Dia, Preço Futuro?

Ruy — Essa pergunta não cabe. Ele é que deveria fazê-la. Cabe a Cooperativa explicar o porquê.

Cotrijornal — E não foi explicado para ninguém? Parece então que nós estamos chegando num dos problemas da Cooperativa, que é o de não explicar o porquê das coisas. O que se diz na Cooperativa é que foi usado o Preço Futuro a pedido dos associados. Se ela entrou numa nova faixa de comercialização, talvez tenha sido por soli-

ciação de associados. Mas, então, a Cooperativa deveria explicar melhor, a todo o corpo de associados, o por que disso aí?

Elio — Para nós, eles explicaram. Muitos entraram e caíram. Outros sentaram pra trás e foram bem. Esperaram a colheita pra depois entregar no Preço Futuro.

Dionildo — É isso aí. Teria que se negociar depois da colheita, senão é muito arriscado. O associado não pode comprometer um produto que ele não tem. Muita gente não conseguiu colher essa cota e agora tem que pagar o que falta. Muitos assistem a reunião e não conseguem entender. Quando saiu esse negócio de soja futuro, negociaram.

Élio — Lá pra nós explicaram que se o sujeito não colhesse aquela quantidade exata tinha multa.

Paulino — É jogar no escuro. O tal futuro é um jogo.

Ruy — Na minha opinião, a Cooperativa não deveria permitir que o associado entrasse nesse risco.

Élio — Eu fui um associado que fui até a Cooperativa e voltei. Não entrei no negócio. Me explicaram e eu não aceitei.

Ruy — A Cooperativa deveria orientar o associado para que não incorresse nesse risco.

Élio — Mas o associado foi orientado. Aceitar ou não dependia dele. E isso não aconteceu só na Cooperativa. Aconteceu



no comércio também.

Ruy — Mas o senhor quer ver uma coisa? Eu vou citar um caso meu. Vendí para uma firma mil sacos de soja, antes de colher.

Élio — Esse que é o mal. Os culpados somos nós mesmos.

Ruy — Colhi 500 sacos. Antes de colher, já comuniquei que não poderia entregar os mil sacos. Aí eles me disseram que não teria problema, só não queriam que eu colhesse e vendesse pra outro, talvez por preço melhor, enfim que desviasse o produto. Entreguei apenas os 500 sacos sem o menor compromisso com o restante, nem para a próxima safra.

Élio — Lá um vizinho meu fez negócio com o comércio, não conseguiu cumprir e teve que pagar.

Ruy — Esta firma que fez esse negócio em Dom Pedrito deve ter comprado perto de 100 mil sacos de soja.

Paulino — A cooperativa, nesse negócio de Soja Futuro, ela joga o associado contra ela mesma. O associado entrega por Cr\$ 200,00 e depois vale Cr\$ 400,00.

Alfredo — É o seguinte. Quem botou a soja a Preço Futuro e tem compromisso com o Banco, eles vão chamar por letra para liquidar. Então o associado tem que esperar até o dia 15 de julho pra poder liquidar. No Banco a conta dele está aberta e correndo o juro. Se vai lá pra liquidar dia

primeiro, dizem "Não, tem que esperar a sua letra".

Alberto — É. E pagando juro no Banco. E outros tinham compromisso fora do Banco. As vezes tinham assinado letra para aquele dia certo e depois tinham que esperar pelo dia que chamassem. Às vezes até 15 dias.

Lourivaldo — Se é feito um Contrato, a Cooperativa executa se o associado não cumpre, não entrega aquela quantidade. Por isso eu acharia que o associado deveria executar também se a Cooperativa não cumpre um Contrato.

Dom Pedrito, um palco à parte

Edgar — A Cooperativa faz leis que beneficiam simplesmente para o lado dela. É claro que as leis são até bem feitas. O agricultor, que é associado da Cotrijuí, muitas vezes assina um Contrato que ele nem leu e depois vê que ele não tem nenhum direito para reclamar ou exigir alguma coisa. Às vezes ele nem entendeu direito o risco que corria.

Élio — Isso aí foi uma grande escola pra nós.

Ruy — Nós temos que pressionar a Cooperativa para que não faça esse tipo de negócio.

Lourivaldo — Não. Ela pode fazer. Mas o agricultor tem que ver a quantidade que vai colher. Fazer negócio depois que está com a soja na mão.

Ruy — Eu também concordo com o Preço Futuro. Agora, a Cooperativa tem que saber que se eu vou fazer o negócio com ela eu tenho que estar com o produto colhido. Ela não pode aceitar sem eu ter a soja. Senão eu vou colher amanhã. E amanhã pode chover uns 20 dias e eu perder tudo.

Élio — Do contrário, o senhor tem que arcar com as consequências.

Guilherme — Mas eu acho que a Cooperativa coloca isso como opção para o associado.

Élio — A Cooperativa diz que tem que executar o associado porque executam ela também. Não sei se é verdade.

João Frantz — Talvez só para esclarecer. Ninguém podia comercializar mais do que 30% da colheita anterior, nessa modalidade de Preço Futuro. Ainda tinha um risco de 70% para frustração.

Edgar — Me permite uma colocação. Nós agora estamos vendo que o Preço Futuro foi negativo porque o preço da soja su-

biu muito. Eu concordo que esse Preço Futuro seja uma opção, porque como agora está desfavorecendo, no caso, no outro ano pode favorecer. Porque, como nós, quase ninguém entende nada de bolsa. Pode vendendo logo a soja, a Cooperativa consiga um bom negócio e a gente vá bem. Disso nós não podemos discordar.

Daniilo — A questão aquela da Cooperativa ter colocado um limite de 30% da produção do ano anterior, não teria sido uma certa prevenção uma certa orientação para os agricultores? Não sei como os senhores vêm isso.

Élio — Se eu tivesse vendido os 30% que eu colhi o ano passado, que eu colhi mal que foi uma tristeza, teriam faltado 12 bolsas para entregar. Eu colhi 300 na outra safra e este ano colhi 48. Estou de acordo com o Preço Futuro. Se o senhor quer, o senhor vai lá, a Cooperativa lhe explica. O senhor acha que dá para arcar com as consequências, faz o negócio, senão... A Cooperativa fica livre.

Ruy — O produtor nunca tem condições de arcar com as consequências.

Cotrijornal — O produtor não tem que arcar com as consequências quando ele opta pelo Preço Médio. No momento em que ele opta pelo Preço do Dia ou Preço Futuro, ele está arriscando.

Ruy — A Cooperativa tem que preservar o associado. Não pode deixar que o

associado corra esse risco.

Cotrijornal — Me parece que ela preservaria no momento que não admitisse a comercialização em outra modalidade que não o Preço Médio.

Daniilo — A Cooperativa tem que preservar o associado. Agora, o associado não tem que preservar a sua empresa cooperativa?

Dionildo — É, porque se ela vai comprar soja a Preço Futuro, ela está contando com uma coisa que o associado não tem ainda.

Ruy — E ela já comprometeu.

Cotrijornal — Ela comprometeu na medida em que o associado se comprometeu com ela.

Ruy — Não vamos nos jogar uns contra os outros.

Daniilo — Eu me permitiria uma pergunta aqui. E se as outras empresas começam a negociar sem ter o produtor colhido o produto e elas aceitam o negócio, como é que fica então?

Ruy — Isso é uma questão comercial que não é nós que vamos resolver. Já que estamos dentro do assunto aqui e o nosso problema de Dom Pedrito é um palco à parte. Eu considero assim. Lá todo mundo está se queixando, não sei se acontece aqui. Do adiantamento que é feito da soja, na liquidação me é cobrado o juro da parte que me foi adiantada. Eu não vou dizer que esteja errado, que a Cooperativa não deva me cobrar juro, mas é um negócio que não me serve. Por que vou, na liquidação pagar juro de um dinheiro que é meu? Porque assim como eu entreguei, ela vendeu baseada em compromisso que eu fiz. E na liquidação me é cobrado juro. E não é juro barato. Isso é o que a maioria do pessoal de Dom Pedrito está descontente.

Guilherme — Dê-se o seguinte. Esse dinheiro é utilizado para os adiantamentos da soja, porque a soja que está em Preço Médio não vem sendo utilizada imediatamente. Ela será comercializada em cotas que a Cooperativa vende conforme achar conveniente. Então a Cooperativa não tem, logicamente, capital suficiente para fazer um adiantamento com seus próprios recursos. Então ela utiliza capital de terceiros e esse ela tem de pagar juros. E esse juro é cobrado do associado, porque ela não possui recursos próprios para fazer esse adiantamento. Ela usa capital de terceiros e capital de terceiros custa dinheiro. Isso aí é muito lógico.

Ruy — Eu estou vendo que aqui os senhores estão olhando a Cooperativa como os senhores têm interesse, têm necessidade de apoio em outros setores que nós, por enquanto — talvez por uma questão da nossa formação, do tipo da nossa lavoura, da nossa agricultura, da nossa pecuária — é diferente. Nós não temos interesse em exigir uma assistência maior da Cooperativa. Nós estamos vendo a Cooperativa como um negócio. Como negócio, pra nós, até aqui a Cooperativa não tem nos oferecido nenhuma vantagem, pelo contrário. Quer vem uma coisa? Nós mandamos soja para um

particular com 20% de impureza. Não deu problema nenhum. No ano passado eu fiz uma experiência. Eu tinha plantado arroz numa área e a gente muda as áreas. No outro ano plantei soja e não botei herbicida. E veio mato. Estou consciente porque quem estava mexendo na automotriz era eu. Num saco de 60 quilos, dentro do saco não tinha mais de 20 quilos de soja. O mais que me foi descontado foi 9%. Eu concordo que aquela empresa perdeu. O sistema de classificação, tanto de arroz como de soja da Cotrijuí é diferente das outras e é justamente que se dá a diferença, porque a Cotrijuí não tem nenhuma tolerância. E o que é mais grave, ainda nos descontam 1% de quebra técnica. Quer dizer que o senhor pega uma carga de soja, manda pra Cotrijuí, manda uma carga de soja para o comércio, o senhor vai encontrar uma diferença de 30 e poucos cruzeiros por saco. Tranquilo. Quer dizer que como negócio... Nós lá em Dom Pedrito queremos números.

Precisa tanto funcionário?

Daniilo — Nós sabemos que as multinacionais se instalam numa localidade. Elas não estão instaladas só em Dom Pedrito. Elas estão instaladas no país todo... O fato que para empresas como essa e outras multinacionais, pouco importa estar perdendo 10 ou 50 cruzeiros por saco durante X tempo para poder concorrer com outras empresas. Acho que isso aí é do conhecimento dos senhores. Então, os caras chegam até dizendo: nós vamos trabalhar tanto tempo com prejuízo. Eles podem, porque estão tirando o dinheiro de outros lugares onde eliminaram os concorrentes. Então aqui é uma questão de concorrência. Agora, está em nós decidir e saber se vamos nos organizar para fazer frente a esses grupos. E aí tem que todo mundo pegar meio



João de Deus — Santo Augusto



Ruy Adelino Raguzzoni — Dom Pedrito



Elio José Bottega — Redentora



parelho, porque se um pega e outro não, um prejudica o outro. Ou então vamos entrar no jogo dessas grandes empresas. E daí em pouco tempo elas serão donas exclusivas do mercado de soja e seus derivados. Eu não discuto aqui que tenha ou não problemas. Isso tem que se ver bem detalhadamente. Eu só chamo a atenção que existe esse problema aqui no Brasil. Em outras partes da América e do mundo mais ocidental, a coisa acontece mais ou menos assim.

Ruy — Essa briga vai durar quanto tempo? Eu vou ter condições de resistir? Enquanto me oferecerem vantagem, eu tenho que ir para o lado que me dão vantagem.

Guilherme — Aqui já está durando 20 anos a nossa briga.

Cotrijornal — Chegou o momento de se ver por que uma empresa desse tipo, pode dar uma vantagem assim. Afinal de contas que serviço ela está prestando ao produtor? Acho que é isso que nós estamos questionando aqui. Me parece que ela apenas tem a função de receber o produto. E mais nada. Ela não lhe fornece semente, adubo, não lhe vende herbicida. O princípio cooperativista não é o capital, é a pessoa. Não busca lucro em qualquer operação que faz. Então, por que a Cooperativa desconta impureza, quebra técnica? . . .

Paulino — Eu concordo. O comércio recebe o produto, mas não fornece. Se o senhor precisa alfafa, adubo, semente, inseticida, precisa um técnico imediatamente, precisa qualquer outra coisa, ele não fornece.

Ruy — É, não dá assistência nenhuma.

Carlos — Aqueles Cr\$ 40,00 ou Cr\$ 50,00 a mais que ele paga não vai recompensar o serviço que a Cooperativa nos presta.

Ruy — A Cooperativa tem uma mão de obra muito ociosa. Dom Pedrito recebeu aproximadamente 220 mil sacos de arroz. Essa quantia qualquer engenho de lá recebe com aproximadamente 15 empregados, sendo 10 ou 12 de salário mínimo. A Cooperativa recebeu mais um tanto de soja. Para receber esses 500 e poucos mil sacos de

grãos, os senhores olhem o número de gente que a Cooperativa tem. Não tem condições de acompanhar concorrência alguma. Só estou falando em cereal. Na carne não vou falar, porque aí então é fatal, é um desastre. Não sei se os senhores sabem, mas o funcionário mais barato para a Cooperativa em Dom Pedrito, custa no mínimo 6 mil por mês. O funcionário de salário mínimo. O mais barato, o varredor, aquele que faz limpeza. Agora, ainda tem o pessoal de escritório.

Danilo — Por que esse elevado custo do pessoal da Cotrijuí?

Ruy — É o que eu pergunto. O salário mínimo mais os encargos sociais.

Cotrijornal — Esses encargos sociais — férias, 13º salário, INPS, Fundo de Garantia — ocorrem em qualquer empresa.

Ruy — Até Cr\$ 4 mil é igual. O salário mínimo da Cooperativa é Cr\$ 500,00 acima do salário mínimo vigente, em primeiro lugar. A Cooperativa dá um rancho de Cr\$ 1.200,00 ao funcionário. Quem trabalha na safra e na entressafra tem um almoço de Cr\$ 0,60.

Cotrijornal — O que os outros acham?

Elio — Eu acho bom isso. O salário está certo.

Alfredo — O salário é uma força que o associado dá. Agora as outras coisas . . .



Guilherme Commandeur — Ijuí

Cotrijornal — Não sei se a gente está aqui para explicar alguma coisa. Mas o rancho não é dado pela Cotrijuí e sim pelos outros funcionários através da Afucotri, que é a Associação dos Funcionários. Acontece que cada funcionário desconta 0,5% do salário para a Afucotri e é com este dinheiro que se distribui rancho (que tem arroz, feijão, azeite, açúcar) para aquelas colegas que ganham menos e têm família grande. Quando a renda do salário do funcionário por pessoa de sua família é menor do que um salário mínimo ele ganha um rancho. Então os outros, que ganham mais, é que estão pagando por isto. Outra coisa: Cr\$ 6 mil é o salário médio da Cooperativa. Quem dera que fosse o mais baixo.

Carlos — Às vezes a gente não é sabedor.

Elio — Como é que uma firma, como o senhor diz que tem lá, compra produto igual a uma cooperativa e tem só dois funcionários, faz tudo, e a Cooperativa precisa 15?

Ruy — É o que eu pergunto. A Cooperativa sendo mais equipada, com mais graneleiros, precisa mais.

Elio — E a Cooperativa precisa 15 ou vinte só no escritório.

Ruy — O escritório eu não tenho ba-

se porque sou analfabeto nisso.

Danilo — A questão de escritório é outro papo, porque os senhores sabem que a Cooperativa presta serviços. No escritório tem a questão de repasse. É um serviço que o Banco teria que estar prestando, mas tendo em vista a necessidade dos pequenos produtores, as Cooperativas assumiram esse serviço. A Cooperativa botou isso pra dentro. Então, por isso, tem bastante gente.

Cotrijornal — Então quem sabe, vocês chegam a conclusão de que não vale a pena. Vamos demitir todo mundo e não prestamos mais serviços?

Carlos — Vamos que não tivesse o Repasse, nós teríamos que ir ao Banco para fazer o financiamento.

Lourivaldo — Eu não discordo quanto a necessidade de funcionários.

Elio — A Cooperativa, como está funcionando em Bicaco, precisa dos funcionários. Ela tem que fazer esses descontos pra manter esses funcionários. Ela não pode se igualar a outras empresas.

Lourivaldo — Inclusive em Portela também. Só às vezes tem algum funcionário que não agrada o freguês.

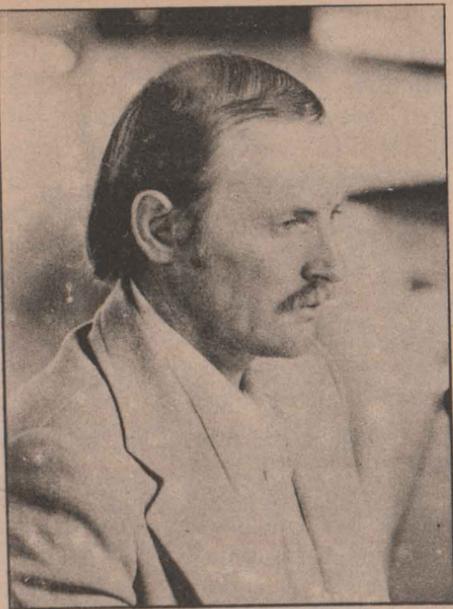
Dionildo — Na parte de quanto eles ganham não sei. Agora, o comércio só recebe o produto. A Cooperativa carrega semente, carrega adubo, carrega inseticida . . .

Valdomiro — Concordo que no escritório precise este número de funcionários. Mas em Dom Pedrito, não existe repasse ainda. Da parte exterior (que não é o escritório) já foi eliminado uma grande parte dos funcionários. Mas ainda tem gente que pode ser eliminado. Quando trabalhei lá em Independência, a Cooperativa estava cheia e havia 6 funcionários para atender. Eu pedi licença: me pesem o caminhão que eu descarrego. Em 9 minutos descarreguei 120 sacos. A maioria do pessoal lá, se dão licença e pesam, eles descarregam. Esse ano eu mesmo descarreguei meu reboque. A classificação uma pessoa faz. As vezes tem 6 até 7. Ficam 3 ou 4 parados.

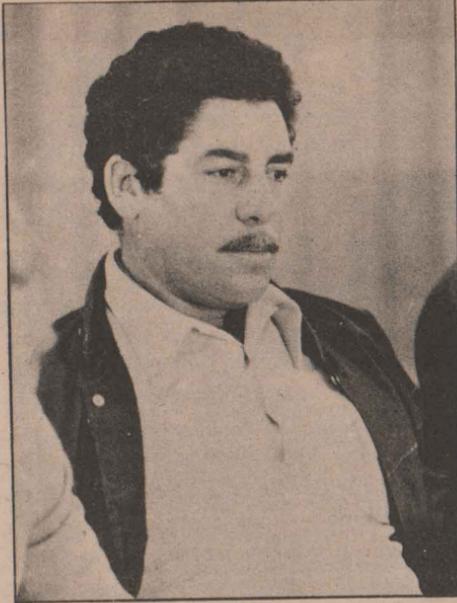
Elio — Neste ponto a Cooperativa atende muito bem. Bota o carro, carrega, descarrega, a gente recebe o carro prontinho.



Lourivaldo da Rocha — Tenente Portela



Dionildo Bandeira — Ajuricaba



Darcy Gonçalves — Tupanciretã



Valdomiro Ângelo Dall Asta — Dom Pedrito

Paulino — Não digo que tenha excesso de empregado, mas que a pessoa vai lá e se sinta satisfeito. Que tenha empregados eficientes pra que seja atendido rápido. Se tem pouco empregado a gente vai fazer a proposta de manhã e não é atendido e assim por diante.

drito, já briguei e vou continuar brigando: eu quero que tenham uma tolerância maior na questão da impureza, tanto no arroz, como no soja.

João Frantz — O senhor sabe qual é a solução pra isso? É aproveitar essa impureza, pra vender no mercado como outro produto. Tem muita impureza que pode ser aproveitada.

Lourivaldo — Mas isso já está sendo usado.

Ruy — O cereal como é classificado na amostragem não é nem parecido com o lote. No caso do arroz, 2% a 3% de impurezas permanecem no arroz. Nos engenhos não me descontam isso. Mas na Cooperativa é 3%, para um lado 3% pra outro, mais 1%. Não há condições Eu sento o pau na Cooperativa aqui junto com os associados, mas estou fazendo a maior força lá fora. Mas estou vendo que não consigo mais convencer os caras que a Cooperativa seja um bom negócio.

João — Agora a gente está vendo aqui na nossa região. A fuga do associado para o comércio, é coisa séria. E o financiamento também, saindo do repasse, para o Banco. Mas não entendem que o comércio só compra e não dá benefício.

Ruy — Afinal de contas, qual o benefício que os senhores recebem? Nós lá até agora não recebemos benefício nenhum.

Élio — Em dinheiro, nós não recebemos, mas em outras coisas nós recebemos.

Lourivaldo — Lá em Portela, depois que entrou a Cooperativa, nós temos a razão. Se formos comprar de um picareta, nós pagamos Cr\$ 150,00 mais por saca de razão. Na Cooperativa nós temos pago e até financiado por 90 dias, Cr\$ 30,00 a Cr\$. . . 40,00 menos. O negócio do mercado, a maioria dos produtos são bem mais baratos. A única coisa que não concordei, não votei, foi com os 2% de capitalização. Não concordei. Agora, desconto de umidade, de

impureza, eu concordo, porque a Cooperativa é nossa. Se nós não damos força pra ela, quando que ela vai voltar-se em benefício do associado?

Alfredo — Eu não concordo com o mercado numa parte. Ele está beneficiando o associado e o não associado também. Todo mundo compra no mercado. O próprio comerciante, na época de escassez de arroz, que ele fica sabendo antes de nós, vai até a Cooperativa e remata o arroz.

Orélio — O associado vai no mercado e, às vezes, só pode levar um pacote ou dois. E vem o pessoal do comércio, de fora, e se abastece.

Alfredo — O comércio de Miraguai (eu sou de Miraguai) não compra mais de viajante. Ele se abastece exclusivamente da Cotrijuí.

que aí é uma mão que ela nos dá.

Ruy — É por isso que eu digo. O nosso caso é um caso a parte.

Elio — Veja meu caso. Sou sócio, estou aqui participando e não vou poder vender soja para a Cotrijuí por que não me aceitou fazer o repasse. Faça a conta, o meu soja deu 1,5 por 1. Colhi em 4 vezes. Como é que ia pagar um caminhão pra trazer na Cooperativa? Vendi em Redentora mesmo. Não quiseram me fornecer semente, não pude fazer o repasse. Tive que fazer o repasse numa outra Cooperativa onde eu não queria. Tive que fazer na marra. Que é que eu vou fazer? E a uns quantos associados que entraram novos, disseram: É, mas o senhor não fez nenhuma vez Até virou uma farrá: "Mas, e quando é que vou pegar a primeira vez? Não tem nunca a primeira vez, então?"

Orélio — O que eu acho errado, também, sobre a semente, é o limite de 7 ou 8 sacos por um, quem entregou o ano passado Só tem direito a essa quantia. Mas, e quem colheu pouco esse ano?

Paulino — Eu concordo com isso. Se vão dar a vontade, chega o grande, pega tudo e o pequeno agricultor, como vai fazer?

Elio — No preço está bom. Concordo com o preço, mas não concordo em não ceder para o associado. No meu caso, o Luiz Carlos até queria que eu esperasse mais uns dias, que ele vinha até aqui na Cotrijuí falar. Aí eu disse: "Olha Luiz Carlos, vou arrumar semente em outro lugar". Vou dar um jeito de desviar um tanto de soja da outra e entregar aqui, no próximo ano. Já vou ter que fazer uma sujeirinha na outra. Desviar para poder entregar na Cotrijuí.

Dionildo — Tem um problema. Tem associado que desvia barbaridade de soja no bloco de outros e no dele não desvia. Então, ele consegue Cartão de Aptidão, financiamento normalmente. Outro às vezes não desvia, mas produziu pouco e não consegue nada.

Edgar — Quanto a isso aí, a própria Cooperativa e o Banco do Brasil devem tomar uma decisão também. Porque na medida em que estão indo as coisas, a própria Cooperativa e o Banco, juntos, estão forçando de uma maneira que não vai mais ter um colono honesto. Por força da lei ele vai ter que ser desonesto. O que ele entrega, automaticamente, tem que pagar o compromisso que ele tem. E tem agricultores que têm compromissos em outros bancos particulares, onde compraram, por exemplo, máquinas, implementos. Vejam, o agricultor que honestamente colheu 200 sacos de soja, se isso mal dá pra cobrir o compromisso e se ele não faz um planejamento antes, com que vai pagar os compromissos fora da Cotrijuí, se não desvia um pouco de soja?

Nosso benefício não é só dinheiro

Valdomiro — A descarga em Dom Pedrito é muito rápida. Não tem problema nenhum.

Danilo — A questão de Dom Pedrito é um problema à parte. A Cotrijuí já pegou Dom Pedrito andando. Portanto os problemas de lá são diferentes. Muitos já existiam. Para uma orientação, talvez, quanto a despesa. A despesa da Cotrijuí, no ano passado, com pessoal foi de 130 e poucos milhões de cruzeiros. A despesa financeira foi de 189 milhões. Foi a maior despesa. Como os senhores estão vendo, a Cotrijuí paga mais de juros do que com todo o pessoal.

Cotrijornal — Vejam então que o primeiro item despesas da Cotrijuí são os juros sobre o dinheiro que ela toma emprestado. O segundo item, são impostos. Em terceiro lugar vem a folha de pagamento dos funcionários.

Ruy — Exatamente aí o problema da Cooperativa não ter nunca condições de nos oferecer o preço que outras empresas oferecem. Não pode concorrer porque não tem dinheiro próprio. Tem que comprar dinheiro. Mas o pivô pra nós lá em Dom Pe-

As leis acabam como o colono honesto

Cotrijornal — Por lei, do total de suas vendas nas seções de consumo, as cooperativas não podem comercializar mais do que 30% aos não associados. Acontece que nas caixas, ninguém está exigindo número de matrícula para comprovar se o comprador é associado ou não.

Elio — O senhor nos perguntou antes o que ganhamos de benefícios. Nós viemos de duas safras frustradas. Eu fui um deles. O técnico da Cotrijuí esteve lá e nós entramos na produção do leite. Gente que não tinha possibilidade. Pouquinha terra, plantando pouco A nossa Cooperativa nos financiou, através do repasse. Quer dizer

Bayleton é Bayer.

Se é Bayer é bom.

Dia e noite, seu trigo é perseguido pelo fantasma da ferrugem e do oídio. Mas Bayleton não tem medo de assombração: ele é um fungicida sistêmico com Triadimefon, muito eficiente no controle do oídio e das ferrugens. Bayleton tem excelente ação preventiva, curativa e erradicativa, e seu efeito residual é de

causar inveja: ele é recomendado pela Comissão Norte Brasileira de Pesquisa de Trigo como preferencial para certas variedades, e o único produto citado como eficiente no controle da ferrugem do colmo. É também recomendado para ser usado nas 3 épocas de aplicação.

Recomendado pelas Comissões Norte e Sul Brasileira de Pesquisa de Trigo.

Bayer

Adianta ajudar uma multinacional?

Edgar — Eu vejo falar tanto neste pacote agrícola, tomaram tantas decisões, mas nenhuma que salva o agricultor. Então, é culpa do agricultor, da Cooperativa ou sei lá de quem? Não se toma uma posição certa. Por que nos altos postos do governo, não se decide? Todos sabem que houve uma frustração. Então que se decida cobrar apenas 50% das dívidas. Aí o agricultor pode entregar honestamente a sua produção.

Ruy — Seu eu quero desviar, se eu sou mal intencionado, dificilmente a Cooperativa tem condições de controlar.

Elio — É, mas essa desviação vai acabar. O senhor pode desviar da Cooperativa para o comércio, mas depois o senhor não pode desviar do comércio.

Ruy — Me digam uma coisa, qual é o compromisso que os senhores têm com a Cooperativa, quanto a entrega do produto? Se o senhor colhe 200 sacos de soja, tem compromisso de entrega total do produto?

Elio — Eu fiz um compromisso na Cooperativa, vamos dizer, de 50 sacos. Mais ou menos no valor da colheita. Aquele tanto que dá eu tenho que entregar.

Alfredo — O senhor falou em 200 sacos. Vamos ver o seguinte. Nós temos obrigação com 50 sacos. Vamos dizer assim, que nós devemos para a Cooperativa. Os 150 sacos restantes, nós temos uma obrigação moral de entregar. De nossa parte — vamos deixar Dom Pedrito fora — que queremos ver a Cooperativa crescer, nós temos essa obrigação moral, porque a Cooperativa depende disso.

Guilherme — Eu aqui vejo o problema social. O agricultor, com as últimas frustrações de safra, se vê forçado a certas jogadas. O próprio agricultor está numa situação muito triste.

Carlos — Mas me parece que o associado entregando o seu produto na Cooperativa, não desviando, mesmo que vá mal, pra sobreviver dá. Eu sou sócio há 15 anos e nunca desviei produto. E nunca pude me queixar que meus filhos iam passar fome. Eu venho na Cooperativa, vou pedir auxílio a ela. Se o agricultor é honesto, trabalha diretamente com a Cooperativa, ele tem forças. O que adianta nós estarmos ajudando uma multinacional, de fora, quando nós temos que levantar o que é nosso? Se não tivesse Cooperativa, nós estaríamos discutindo que eles nós pagariam menos, descontariam a metade e a gente entrava de acordo. Agora, os produtos vão mal, a safra vai mal, todo mundo vai pra cima da Cooperativa. Agora, vamos pensar: se não tivesse Cooperativa? Há anos atrás não tinha Cooperativa. Aqui no Gritz, eu era piá, eram pilhas e pilhas de trigo apodrecendo. Levava alguém trigo ou soja para vender, não recebiam. Agora, nós temos que combater as multinacionais e não a Cooperativa. O que está errado a gente deve combater.

Lourivaldo — Esse é um ponto que eu queria falar. Eu não desviei nem um saco de produto e acho que jamais vou desviar. Graças a Deus, tenho me defendido. Como o homem estava falando, existe o tal crédito de emergência. Está certo, que não é satisfatória aquela quantia. Mas dentro de

alguns dias, a Cooperativa larga o cus-teio . . . a gente vai se defendendo. Eu acho que algumas coisas são certas. O associado que é honesto deve ter alguma coisa a mais da Cooperativa.

Carlos — Ele tem o direito. Por isso acho certo o Cartão de Aptidão.

Lourivaldo — O senhor quer ver uma coisa? Antes que nós tínhamos essa Cooperativa, lá em Portela, ninguém pagava mais pela soja. E esse negócio do mercado que vai sair lá, agora? Tem só gente berrando. Mas quem? Os bolicheiros. Gente do comércio. Da onde que eles ganham? Das nossas paletas. Eles sabem que agora não podem concorrer com a Cooperativa. Mas também tem outras coisas que eu não concordo. Não vou tapar o sol com a peneira. O que está errado, está errado. A gente fala que a Cooperativa é isso, é aquilo, mas vejam por exemplo o caso do porco. Se a Cooperativa agisse nesse meio, e ela tem condições de estabelecer um frigorífico, será que o preço do porco estaria nessa base em que está hoje? Eu acho que ela deve agir nesse negócio do porco também. Porque eu não acredito a carne valendo esse preço e o suíno sair do chiqueiro por uma bagatela dessas. Garanto que se a Cooperativa entra no negócio, eles também aumentam. E depois terá muito sócio, que se o Frigorífico vai pagar Cr\$ 1,00 ou Cr\$ 2,00 mais, deixa de entregar na Cooperativa e entrega no Frigorífico. É esse o ponto, é isso aí que a gente estava falando antes . . .

Elio — Concordo. É o sócio que não é honesto. Porque quando ele precisa, ele não vai lá no Frigorífico pedir um empréstimo. Ele corre lá na Cooperativa pedir.

Ruy — Isso aí os senhores consideram que a Cooperativa está fazendo uma grande coisa pelos senhores?



Alfredo Mower — Miraguai



Alberto Klafke — Santo Augusto



Paulino Rosa — Chiapetta



Edgar Prauchner — Ajuricaba

Elio — Nesse ponto, está.

Ruy — Mas não é o nosso caso. Nós, por exemplo, se nos faltar dinheiro pra qualquer coisa, nós vamos no Banco e fizemos um desconto em crédito pessoal. Porque a Cooperativa não vai lhe dar o dinheiro de graça. Ela vai procurar fazer um empréstimo pra lhe dar o dinheiro.

Elio — Olha, esses dias precisei Cr\$ 15 mil pra comprar uma vaca. Eu entrego leite. Já tinha comprado 5 vacas financiadas pela Cooperativa. Tinha mais uma lá. Pensei: vou tentar. Fui na Cooperativa e falei. Me deram o financiamento e eu pago com o leite. Não precisei fazer toda aquela papelada de Banco. Não precisa de avalista.

Albino — Isso aconteceu pra mim, em Augusto Pestana. Seu eu vou no Banco, que papelama que tenho que fazer. Tenho que estar lá, lambendo 50 pra conseguir.

Carlos — Agora, se nós vamos começar a desviar produto, nós não temos mais confiança na nossa Cooperativa.

Albino — Pois é, nós que criamos ela.

Ruy — Bem, o nosso caso é bastante diferente. Nós lá em Dom Pedrito temos outro problema. Lá a Cooperativa tem 5 veterinários, tem 3 agrônomos e 2 técnicos agrícolas. A função desses dois técnicos lá é praticamente nula. Não tem nenhuma utilidade pro associado mesmo. Tem mais: eles não têm prática e nem tempo. Todos eles têm interesses particulares. Além de serem funcionários da Cooperativa, todos têm interesses particulares. Todos são agricultores.

Albino — Nós nesse ponto não podemos nos queixar.

Dionildo — Aqui somos bem atendidos.

Ruy — É, mas para nós é gravíssimo, porque em Dom Pedrito a Cotrijuí está sen-

do testada, sofrendo concorrência e ela precisa conquistar o associado. Não é o caso daqui, onde os senhores são dependentes da Cooperativa. Lá nós não chamamos a Cooperativa. Quem chamou lá a Cooperativa foram grupos interessados. O pessoal da lá, que precisava quem assumisse o problema do Frigorífico. Tem mais: o péssimo negócio que a Cooperativa fez quando arrendou o engenho de arroz, pagando 100 mil por mês, que seria (eu digo isso porque o dono mesmo confessou), o preço que ele venderia o engenho, com tudo. Essa foi a péssima imagem que a Cotrijuí fez até hoje em Dom Pedrito.

Elio — Bem, agora eu quero falar um negócio que antes o senhor já falou sobre o mercado. Eu entrego o leite e compro por mês. Vou lá tenho direito só a um pacote de farinha. Chega alguém que não é associado, leva quatro ou cinco com ele. Eu tenho que fazer quatro viagens por mês pra levar a farinha. Isso não está certo.

Alfredo — Eu acho que tem que voltar a ser como antes. O associado pode comprar. Só ele. E por no cartão o nome de duas pessoas da família que podem comprar.

Até o comerciante compra na Cotrijuí

Daniilo — A questão de mercado e loja é o seguinte. Tem dois aspectos: um que é em relação às compras. Os senhores sabem que a Cooperativa compra produtos para serem revendidos em todas as unidades. Quanto mais vender, maior será o volume de compra e mais barato poderá comprar. Outro aspecto que deve ser considerado é que a Cooperativa quer eliminar o intermediário. Vender para o consumidor o que é produzido. Há uma quantidade de produtos que nossos agricultores produzem, carne, arroz, horti-granjeiros, e alguns industrializados, como o azeite. E os senhores sabem que ninguém vai a um mercado só para comprar isso. Tem que ter de tudo um pouco.

Alfredo — Mas o próprio comércio se abastece na Cotrijuí.

Ruy — Eu vou citar um caso. Lá em Dom Pedrito tinha um óleo lubrificante a Cr\$ 5.300,00. O viajante ofereceu por Cr\$ 6.700,00. Fui na Cooperativa e comprei tudo. A Cooperativa tem que evitar isso.

Cotrijornal — A Cooperativa não trabalha com lucro.

Ruy — É, mas isso vem reverter em prejuízo do associado, porque ela para repor o estoque vai precisar de dinheiro.

Cotrijornal — Então, vocês acham que a Cooperativa deveria cobrar mais?

Elio — Não. Assim está bom.

Ruy — Enquanto a Cooperativa não tiver capital de giro, ela não vai ter condições de vencer a concorrência do comércio.

Guilherme — Mas o capital de giro é a capitalização.

Ruy — Mas a cota de capitalização vem sendo usada para pagar dinheiro comprado que a Cooperativa está usando em investimentos. Ele está sendo capitalizado para esse fim . . . Pra mim saber o que vou comprar eu tenho que saber quanto de dinheiro possuo no banco. Se vou construir

comprando dinheiro, nós vamos viver sempre nesta luta, nunca a Cooperativa terá condições de concorrer com o comércio e de nos desconfiar menos.

Daniilo — Mas onde vamos arrumar este dinheiro?

Ruy — Aí vem o negócio. Vamos fazer com que a Cooperativa continue crescendo ou vamos parar e nos armar pra lutar contra os concorrentes?

Lourivaldo — Acho que seria o caso de parar.

Ruy — A Cooperativa lá em Dom Pedrito está comprando problemas sociais e é o que as firmas procuram evitar. Acontece que a Cooperativa está sempre investindo.

Dionildo — Esses 3% de capitalização é que são o problema.

Daniilo — Bem, mas então como é que a gente faz? Por um lado, os senhores dizem que precisamos parar e nos armar. Por outro lado, que temos que parar de investir.

Correndo atrás da máquina

Elio — Criar uma cota para cada associado, como a Cotricampo tem.

Cotrijornal — Mas existe uma cota.

Elio — Mas o produto fica livre. Pago Cr\$ 10 mil ou Cr\$ 15 mil e não comprometo o produto.

Ruy — Qual a destinação dos 3%?

Cotrijornal — Vamos ver uma coisa. O que a Cooperativa tem investido, passa de muitos bilhões e o que tem de capital integralizado dos associados não chega a 90 milhões. Para cada cruzeiro que uma cooperativa gaúcha possui, em média ela tem Cr\$ 4,50 de dívida. Em cima disso estão correndo juros. E como vamos fazer agora?

Lourivaldo — É fácil. É só parar de investir. Porque se não parar cada vez se torna pior.

Ruy — Porque o investimento em patrimônio é fictício. Vamos dizer que o patrimônio, os prédios, esteja valendo 100 milhões. Se ela precisa vender, quem é que compra? Nós estamos correndo atrás da máquina. A capitalização não chega para pagar o juros dos investimentos e estamos investindo mais.

Elio — No caso da Cotricampo, a gente paga Cr\$ 15 mil ou Cr\$ 20 mil em 5 anos. Só aquilo. Se nós vamos pagar toda a vida para a Cooperativa os 3%, nós vamos pagar Cr\$ 50 mil ou Cr\$ 60 mil.

Guilherme — Na Cotricampo, o pro-

blema surgiu porque ela estava a beira da falência. Então precisava dinheiro imediatamente. Mas assim que resolver esse problema, também vai surgir a questão da capitalização.

Alfredo — Nós não temos que comprar essas paradas meio perdidas, à la Dom Pedrito. Pelo que o senhor me diz, lá estava a zero. Isso a Cooperativa deve deixar. Por que gastar com o aluguel do engenho? Talvez pagasse o dobro, mas seria nosso.

Dionildo — E o negócio da Cooperativa lá no Norte?

Cotrijornal — A Cooperativa achou que agora não está sendo o momento adequado para transferir agricultores daqui para a Amazônia. A Cooperativa está estudando a área, organizando infra-estrutura.

Ruy — São mais investimentos. E aquela usina que a Cooperativa comprou no Mato Grosso?

Cotrijornal — A usina de açúcar a Cooperativa não comprou. Ela assumiu em regime de comodato, por cinco anos. Regime de comodato é concessão de uso: a Cooperativa se responsabiliza em administrar e operar durante esses cinco anos. Esta usina não fica no Mato Grosso e sim no Pará, bem próximo daquela área de 400 mil hectares da Cotrijuí. Com esta usina se terá alguma experiência mais prática do que é realmente a Amazônia, antes de levar as duas mil famílias de agricultores da Região Pioneira.

Ruy — É. São mais investimentos.

Cotrijornal — Então, o negócio é parar de investir e de crescer?

Alfredo — De crescer, acho que não. Mas que pare de comprar coisas. Que sejam feitos investimentos aqui nessa Região, onde nós começamos a Cooperativa.

Lourivaldo — A Cooperativa faria uma grande coisa se entrasse nesse negócio da carne, comprando porco, galinha

Daniilo — Está sendo estudada a possibilidade da criação de uma Cooperativa Central de Carnes, a exemplo do que já existe no leite, na telefonia rural.

Cotrijornal — Se a Cooperativa não tivesse chegado até Dom Pedrito, onde foi trabalhar com carne, com lã, com arroz, será que hoje se poderia pensar em participar de uma Central de Carnes?

Ruy — A parte da lã é o que está dando bom resultado em Dom Pedrito.

Alfredo — Mas se não fosse o nosso trabalho aqui, não se teria chegado até Dom Pedrito e também no Mato Grosso.

Ruy — Olha, esse negócio de capitalização é que está errado. Não adianta tirar 3% do produtor pra comprar dinheiro para investir. Desse jeito a Cooperativa não pode nunca enfrentar a concorrência.

Cotrijornal — Mas aí voltamos novamente a questão de que o comércio só recebe produto sem prestar nenhum serviço.



Carlos Daniels — Ijuí

Guilherme — Essa questão da capitalização é muito importante. A cooperativa precisa desse dinheiro para capital de giro. Mas ela errou num ponto que é fundamental: deveria ter descontado essa capitalização na soja desde o início.

Paulino — Isso é verdade. Aí hoje nós estaríamos aqui sentados pra discutir onde investir esse dinheiro.

Dionildo — E o pior é que começaram a cobrar justamente num ano de frustração. O pessoal sentiu muito mais.

Guilherme — Mas também tem outra questão que temos que considerar. De início talvez não fosse necessário descontar da soja para obter capital de giro próprio porque se conseguia na época dinheiro mais barato dos bancos. As coisas mudam. Hoje está muito caro este dinheiro. E a Cooperativa é nossa. Temos de ajudá-la.

Lourivaldo — E o preço do trigo? A Cooperativa não pode fazer nada?

Alfredo — E quanto está mesmo o preço do trigo?

Cotrijornal — O preço do trigo é de Cr\$ 324,00.

Guilherme — Quem determina o preço do trigo é o Governo Federal.

Cotrijornal — Mais que fazer uma análise dos custos de produção e mostrar que o preço é insuficiente, a Cooperativa não pode fazer, porque é o Governo quem compra todo o trigo do País.

Lourivaldo — Se a gente se unisse e resolvesse não plantar mais, talvez aí pagassem mais. Fazer greve, como todo mundo na cidade está fazendo: professor, motorista . . .

Elio — Então por que a Cooperativa não nos defende lá em cima no Governo e exige um preço melhor?

Guilherme — Mas essa não é a função da Cooperativa. Quem deve reivindicar é o Sindicato.

Edgar — É, mas o Sindicato também



Albino Tizotti — Augusto Pestana



Orélio Pedro Crespão — Tenente Portela

não consegue reivindicar. Quando se organiza, eles dão um jeito de acabar com tudo.

Lourivaldo — Acho que o agricultor é a classe mais desunida que existe.

Cotrijornal — Será que é tão desunida assim? Não foram agricultores que se uniram, se organizaram e fundaram essa Cooperativa?

Alfredo — Mas se tinha 100 associados, 50 entraram só pensando em ganhar alguma vantagem.

Guilherme — Para se conseguir melhorar a situação do agricultor, é necessário que o Sindicato e a Cooperativa se unam. Aí se terá mais força para tentar se mudar essa política agrícola do Governo, que está cada vez mais piorando a nossa situação. Não se pode querer responsabilizar apenas a Cooperativa.

Elio — E também tivemos essas duas frustrações de safras, que não são culpa da Cooperativa. Porque se com a Cooperativa está ruim, muito pior sem ela

Se é Sencor é bom.

Quando planejar o plantio da soja, faça uma coisa muito séria: pense em Sencor.

Depois você vai rir, e rir bem melhor: Sencor é um herbicida que pode ser incorporado, ou aplicado em pré-emergência.

Ele controla ervas daninhas de folhas largas e estreitas, se decompõe rapidamente, e não prejudica a cultura do trigo.

Com Sencor, você descansa enquanto a soja cresce.

Bayer



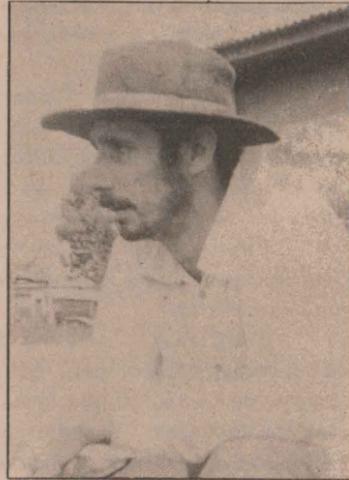
O QUE FAZ SEU SINDICATO?

No mês de julho o Cotrijornal publicou uma mesa redonda com líderes sindicais, onde eles comentavam a realidade deste movimento na área rural. Uma das questões levantadas era a pequena participação dos associados, entendida como um reflexo do esvaziamento que sofreram as entidades nos últimos anos. O verdadeiro papel dos Sindicatos, de atuação a um nível político, de defesa, orientação e reivindicação da classe foi sendo empurrado para um segundo plano. Não por uma opção de seus dirigentes e sim por uma imposição mais de cima. Envolvidos com a assistência social — que é na verdade, uma função do Funrural — muito do papel que os Sindicatos deveriam desenvolver fica prejudicado.

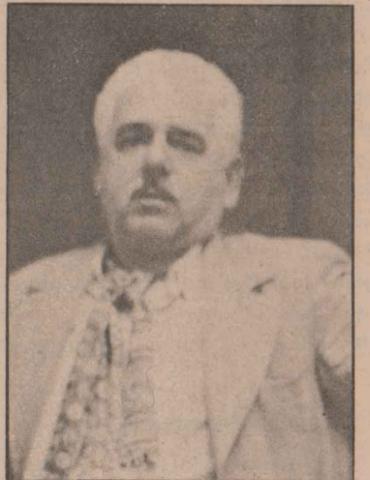
E os associados, como estão vendo seus sindicatos? Esta foi uma das perguntas que fizemos este mês a quase uma dezena de agricultores da área de atuação da Cotrijornal. Aqui eles falam de outras coisas ainda.

Não é dentro do Sindicato que atendem o médico e o dentista? Que se consegue a guia de internação hospitalar? Que se encaminham os papéis para a previdência e assistência social? Então quem dá assistência ao agricultor é o Sindicato. É assim que os associados, de uma maneira geral, enxergam sua entidade, acabando por fazer uma grande confusão entre seu Sindicato e o Funrural. O seu Evaristo Campos Bones, da Linha Bones, em Braga, pensa exatamente desta maneira:

— O Sindicato tem que ajudar na hora da precisão, das doenças, dando assistência médica. Devia também arrumar os documentos que o agricultor precisa. Mais não posso dizer porque sou associado há dois meses e me associei porque sempre ouvi falar que era bom



Evaristo: ajudar na hora da precisão



Urbano: comprar a briga do abigeato

ser sócio do Sindicato porque ele dá ajuda no caso de doença.

Evaristo não é o único. Uma opinião semelhante tem seu Urbano Adolfo Freire, associado do Sindicato Rural de Dom Pedrito:

— O Sindicato deve dar a mais ampla cobertura possível para o associado, principalmente na parte de aposentadoria e de hospital.

Urbano reclama, exatamente por pensar assim, que o Sindicalismo deixa muito a desejar para o empregador:

— Recolho 2,5% para o Funrural em cada operação de soja, lã, carne, etc., e ainda mais 12% sobre o bruto no fim do ano. E que direitos eu tenho? Praticamente apenas o direito de aposentadoria aos 65 anos. Se não fosse a Unimed, que eu pago particularmente, eu não sei o que seria. Para o trabalhador o sindicalismo é muito bom, mas para o produtor...

Acontece que o Sindicato não teria nada a haver, em princípio, com esta história de assistência. O pagamento destes 2,5% vai direto para o Funrural, que é também o responsável pelo atendimento ao agricultor. Mas os sindicatos foram quase obrigados a assumir esta função, fiscalizando convênios com hospitais, contratando médicos e dentistas que atendem, muitas vezes, dentro de suas sedes, encaminhando papéis e assim vai. E a maioria dos sindicatos acabou tão envolvida com isto que não conseguiu ficar atento para as outras coisas que deveriam ser feitas.

Por isto é fácil de entender esta confusão feita pelos associados e, não vamos negar, em alguns casos, até por dirigentes de sindicatos. Esta situação acaba provocando, então, uma visão puramente assistencialista do Sindicato, como

acontece com outro produtor de Dom Pedrito, o José Hagapito Leon Severo, que foi como ele conta, um dos primeiros associados do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município:

— Imagine se a gente adoece: vai ter que pagar uma consulta particular de 400 ou 500 cruzeiros. Se precisa de uma operação, o pobre que vive no campo tem que morrer. Veja que até os ricos recorrem para o INPS em caso de operação e de parto. Agora, imagine a gente se não fosse o Sindicato!

DEFESA DOS INTERESSES

O caráter assistencialista é realmente o primeiro benefício que o pessoal se lembra. Mas, nem por isto, esquecem que alguma coisa a mais também é feita. Este é o caso do Henrique Borges Rodrigues, da Esquina São João, em Coronel Bicaco:

— Na parte de educação para os filhos o Sindicato aqui tem dado uma pequena ajuda, distribuindo material escolar. E ele presta ainda outros serviços para o agricultor, o que é muito importante, como fazer declaração de renda, por exemplo, e cobrar barato.

Lá em São Martinho, o seu Osvaldo Vagi, que mora na Esquina Apel, lembra um trabalho muito mais importante dentro do verdadeiro papel de um Sindicato:

— Ele está se empenhando na defesa dos interesses do pequeno produtor. Tem o caso daquela lei, que torna o filho empregado do próprio pai, que vai complicar a vida de todos. Enquanto tudo está bem, não há problema, mas se houver um desacerto como ficará o pai que é empregador?

Urbano Freire, de Dom Pedrito, fala das feiras e rema-

Basagran ama a soja.

A soja nasce frágil e junto nasce o mato para atrapalhar a sua vida, e tirar o lucro do agricultor.

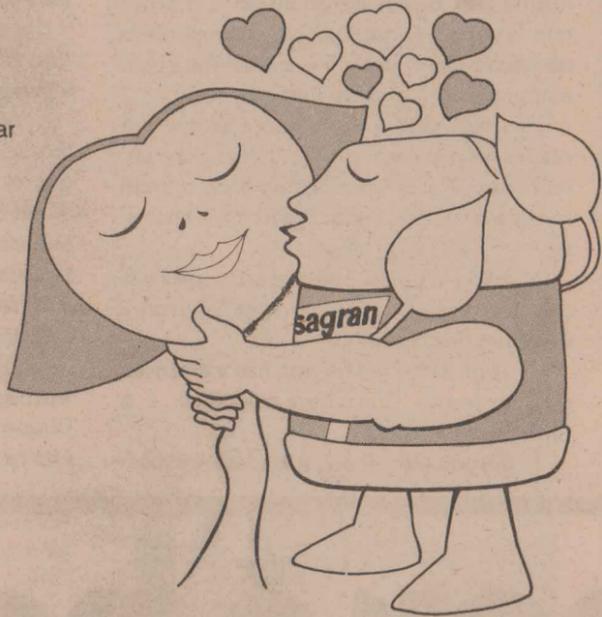
Mas você tem Basagran.

Basagran:

Acaba com as invasoras. Não afeta a germinação. Não afeta culturas subsequentes.

Basagran na soja:

É a única história de amor que dá lucro para o agricultor.



Basagran



Tecnologia BASF
Impulso na produção agrícola

BASF

tes promovidos por seu Sindicato. Ele participa de quase todos leilões, seja como vendedor ou como comprador:

— E prá falar a verdade, eu sempre vendi melhor meus animais nas feiras promovidas pelo Sindicato do que na estância.

Silvio Pelisson Neto, de Tenente Portela, aponta um outro serviço: a elaboração de contratos de arrendamento, que são mais baratos quando feitos no Sindicato. Já Luiz Wildner, de Ponte Branca, em Augusto Pestana, conta que o Sindicato lhe deu a chance de se entrosar mais com os problemas agrícolas, ao organizar, inclusive, cursos para os associados e seus filhos. Mas acha que não é o suficiente:

— O Sindicato, hoje, preocupa-se quase que exclusivamente com a assistência médica e em sanar problemas ocorridos, enquanto deveria prevenir, orientar, para que estes problemas não ocorram. Batalhar para unir a classe agrícola, para que ela seja respeitada como classe, com seus objetivos próprios, e não um mero objeto do Estado.

APROXIMAR O PESSOAL

Em Chiapetta, conta o seu Angelo Gondolo, da Linha São José, o Sindicato tem feito também documentos reivindicatórios:

— Acho que se todos fizerem assim, a gente consegue muita coisa. O nosso Sindicato também tem feito reuniões para esclarecer a gente, por exemplo, sobre o enquadramento sindical.

Este tipo de reuniões é um pedido do seu Henrique, de Coronel Bicaco:

— O Sindicato deve fazer mais reuniões nos núcleos, ficar mais perto dos associados. Ele aqui está sendo bom, mas a diretoria deve ter mais contato, se comunicar mais com todos, explicar mais o que é o Sindicato, porque tem muitos agricultores que não sabem o que ele é.

Já a sugestão de Valdemar Bólico Zimmermann, do Rincão Boa Ventura, em Redentora, é que seu Sindicato fa-



Henrique: explicar o que é o Sindicato



José: imagine se não fosse o Sindicato!

ça reuniões nas localidades do interior a cada 60 dias:

— Se fica sem saber mais o que faz o Sindicato. Eu, por exemplo, só vou lá para pagar a mensalidade. Em reunião não se vai porque sai só lá na cidade e o pessoal do interior, a maioria, não pode ir.

PEDIR PREÇO

Só fazer mais reuniões, porém, ainda não é suficiente. Há quem pense mais longe. O seu Angelo, aquele lá de Chiapetta, é um deles:

— Um Sindicato, como órgão de classe, somado com os demais, pode fazer muita coisa.



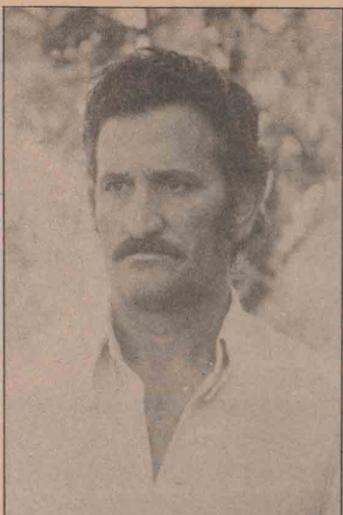
Osvaldo: se empenhar na defesa do produtor

Inclusive fixar os preços mínimos para os nossos produtos. As linhas de crédito, por exemplo, são outra coisa que só favorece os grandes produtores. Os pequenos não se beneficiam. Se fazem o financiamento recebem pouco dinheiro. Mas a dívida é grande e como os preços não são bons, os lucros são poucos. Só que a coisa não é bem assim. Quando chega lá em cima, tudo se modifica.

Esta questão do Sindicato se envolver na fixação dos preços mínimos também é lembrada por mais gente. O seu Osvaldo Vagi, da Esquina Apel, em São Martinho, acha que o Sindicato estaria fazendo uma grande coisa por seus associados se ele conseguisse obter o tabelamento do preço mínimo para o suíno.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Como órgão do agricultor, na opinião de Henrique



Silvio: solucionar a falta de terra

Rodrigues, de Coronel Bicaco, o Sindicato deveria levar aos associados muitas informações a respeito da agricultura.

— No momento quem está fazendo isso é a Cooperativa. Agora o Sindicato deveria assumir junto, através de técnicos formados e que fossem filhos de agricultores.

Esta idéia dos Sindicatos contratarem técnicos agrícolas para prestar o serviço de assistência técnica ao agricultor é uma das proposições que apareceu no 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que foi realizado em maio deste ano em Brasília. O pessoal que estava lá reunido, lembrava a importância de criar um serviço que estivesse voltado para o atendimento das necessidades dos pequenos agricultores, respeitando seus costumes e experiências acumuladas.

Nas regiões onde existem Cooperativas o produtor não sente tanto a falta desta assistência, já que as Cooperativas assumiram também este papel. Mas onde elas não estão instaladas em tão grande quantidade como aqui no Sul do Brasil, a situação é muito mais difícil. Por esta razão, os Sindicatos, que existem na grande maioria dos municípios brasileiros, poderiam também desempenhar esta função, pois ninguém, melhor do que eles, teria condições de orientar um trabalho voltado para os verdadeiros interesses dos agricultores.

O seu Angelo, que havia falado uma coisa semelhante, explica melhor o porquê do Sindicato orientar o produtor sobre as culturas.

— A Cooperativa já está fazendo isto, o que para nós é bom. Mas os Sindicatos deveriam unir mais os agricultores para que as reivindicações sejam ditas de uma só vez.

E AS LIMITAÇÕES?

Lá em Dom Pedrito, o seu Urbano Freire volta a lembrar sua condição de pecuarista. Tanto que, para ele, seria muito importante que o Sindicato "comprasse" a briga do abigeato (que é como na fronteira chamam os roubos de gado):



Luiz: batalhar para unir a classe

— O Sindicato deveria ajudar, pressionar as autoridades, sei lá. Sabe que estão roubando animais de caminhão? Então, para quem mora perto da faixa é um inferno. Eu sei de muitos colegas pecuaristas que estão pagando guardas particulares para cuidar os campos à noite. Isso preocupa muito a classe, pois o roubo aumenta dia a dia.

Mesmo que o pessoal encontre mais uma série de coisas que os Sindicatos não só poderiam, como também deveriam fazer, vêm também a série de limitações que eles sofrem. O seu Angelo, por exemplo, encontrou um responsável por esta situação:

— São as leis que vem de cima.

O Luiz Wildner complementa esta afirmação:

— Não existe apoio suficiente dos demais órgãos responsáveis. Falta ainda uma participação mais ativa dos jovens e, em parte também, a falta de apoio de alguns agricultores. Uma maior atuação dos sindicatos não só é importante como necessária. A classe dos pequenos agricultores está sendo terminada com a má distribuição de renda, o que diminui cada vez mais o número de pessoas que possuem condições de

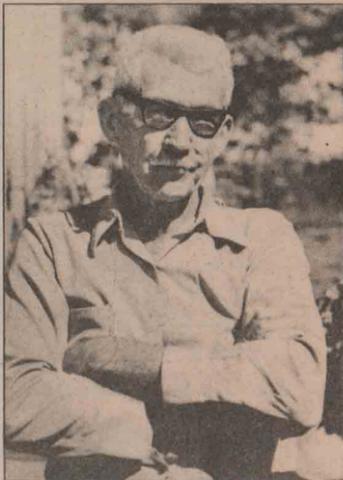


Valdemar: mais reuniões nos núcleos

vida decente. Enquanto isso, aumenta o poder aquisitivo de uma minoria que, no caso, também possui o poder.

O lado financeiro também é lembrado por alguns. O Valdemar, lá de Redentora, por exemplo, diz que falta colaboração do próprio Governo para ajudar os Sindicatos que estão pobres. Falta é dinheiro para o agricultor — e conseqüentemente para sua entidade — por causa de três frustrações de safra.

No final das contas, o que falta é movimentação na área sindical rural, como observa o Silvio Pelisson Netto, de Tenente Portela: uma ampla mobilização na tentativa de solucionar o problema da falta de terra. É a estrutura fundiária a raiz de todos os outros problemas. Lutar contra ela, procurar alterar a situação brasileira da posse e do uso da terra é vital, também no entender dos dirigentes sindicais.



Angelo: alertar os jovens

Esta mobilização em torno do problema terra, inclusive foi uma das primeiras na vida de grande parte dos Sindicatos. Isto há 15, 20 anos atrás. Havia até mesmo uma organização do pessoal em torno desta luta. Só que, aquela vez, ela foi frustrada. Leis e mais leis foram dividindo a população rural, atribuições, mesmo estranhas ao papel dos sindicatos, foram sendo impostas até que muitos agricultores esquecessem das razões que haviam determinado sua união em torno de um Sindicato.

E pode um Sindicato fazer muito mais? É claro que pode, como finaliza o Silvio, ao lembrar que os Sindicatos urbanos são bem mais atuantes, e também o seu Angelo, que da experiência de seus 65 anos, conta que continua lutando pelo seu Sindicato, em parte também para alertar os jovens para os problemas do homem rural.



COTRIEXPORT

CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

GENTE QUE SABE O QUE TEM, PRECISA ESTAR SEGURA DIANTE DO IMPREVISTO.

AS MULHERES E O CONSUMO



O encontro foi a oportunidade de criticar, analisar e fazer sugestões.

O herbicida que respeita a soja e a terra.

Afirmamos isso com a convicção que representam 800.000 ha sem reclamações. Deixe a soja germinar, e somente quando aparecerem as invasoras aplique **Basagran**.

Basagran:
Acaba com as invasoras.
Não afeta a germinação.
Não afeta culturas subseqüentes



Basagran



Tecnologia BASF
Impulso na produção agrícola

BASF

Quem é que decide as compras da casa? Não é a mulher? Não é ela quem melhor sabe o que é preciso buscar nas lojas, mercados e bolichos, para abastecer a cozinha, arrumar a casa, vestir a família, etc.? Então também é a mulher quem sente mais de perto, na família do associado, as falhas que existem na seção de consumo da Cooperativa.

Nas reuniões de núcleos as senhoras vêm colocando há tempos que muita coisa pode mudar para melhor nesta área. Foi buscando assim uma participação mais ativa da família do associado nas decisões da Cooperativa, que organizou-se um encontro, do chamado Conselho de Consumidoras, que aconteceu no dia 29 de agosto, reunindo as representantes dos núcleos de Ijuí com os responsáveis pela seção de consumo.

O 1º Encontro do Conselho de Consumidoras tinha outros objetivos ainda: oferecer condições, a partir de situações reais apresentadas, de criticar, analisar e fazer sugestões que aprofundassem uma discussão envolvendo o consumidor e a seção de consumo da Cotrijuí.

Nove núcleos estiveram presentes no Encontro através de suas representantes: Meta Krampe e Odilce Eickhoff, de Vila Floresta; Marilda Bagolin, de Boa Esperança; Terezinha Coradini e Iracema Fiorin, de Boa Esperança; Marli Eva Francisconi e Altina Bigolin, de Saltinho; Pacifica Massafra e Almannir Costa Beber, de Santa Lúcia; Amabile Grisotti e Santa Dalla Rosa, de Colônia Santo Antônio; Elvira Lausch e Albina Manchini, de Dr. Bozano; Gertrud Commandeur, de Linha 6 Norte Piratini; e Neli Dorn, de Rincão do Tigre-Araci Cerves.

POLITICA DE COMPRAS

O debate sobre o assunto iniciou com uma análise dos relatórios do Departamento de Comunicação e Educação das reuniões de núcleos que aconteceram de março a agosto deste ano. Nestas reuniões as senhoras e filhas de associados apresentavam uma série de problemas que enxergavam na área de consumo (desde o atendimento até a falta de mercadorias) e também faziam sugestões para melhorar este serviço.

Depois, em pequenos grupos, elas selecionaram os problemas que não foram eliminados e apontaram ainda outros encontra-

dos. Na discussão e aprofundamento das conclusões dos grupos, chegou-se ao seguinte: pouco interesse em atender bem os associados; falta de mercadorias (gás, ração, etc); dificuldades nas trocas de mercadorias; esquema de abastecimento das unidades.

Dois aspectos também muito discutidos foram a necessidade da Cooperativa comprar mais produtos diretamente do produtor (como alho, cebola, etc) e também a política de compras. Se analisou as implicâncias de comprar ou não determinados produtos para abastecer a seção e os fatores que devem ser considerados para adquirir determinados produtos, como a utilidade dos mesmos para o produtor. Elas ressaltaram que as compradoras da Cooperativa devem saber exatamente aquilo que o quadro social gostaria de encontrar nas lojas e supermercados. O Waldir Zardin, que é o diretor de Compras e Abastecimento, disse uma coisa muito certa:

— Para realmente podermos estabelecer uma política de compras é preciso estarmos constantemente reunidos com o quadro social, ou seus representantes, para decidirmos junto. Só assim a Seção de Consumo poderá ser uma prestação de serviços cada vez mais eficiente.

AS SUGESTÕES

Depois de se comentar uma série de problemas, começaram a aparecer as sugestões. Para o caso de furtos nas lojas e mercados, uma coisa várias vezes constatada, todos têm a obrigação, como associados, de levarem o ocorrido ao conhecimento dos chefes dos setores. E com os funcionários pouco atenciosos, como é que se faz? Uma solução pode ser o pagamento de comissões sobre as vendas, o que pode motivá-los mais a atender os compradores. Apareceu também a sugestão de que cada funcionário tivesse uma caderneta de anotações para registrar



A seleção dos problemas aconteceu durante o trabalho de grupos.

as mercadorias em falta, tantas vezes quanto elas fossem solicitadas durante o dia. Outra coisa importante é a participação de Conselhos de Senhoras na encomenda de produtos pelas compradoras.

Depois do meio-dia, as representantes fizeram uma rápida visita às instalações da seção de consumo. Este conhecimento de área física foi considerado por elas muito positivo, pois perceberam, o que implica e o que é manter um depósito para o abastecimento de todas as unidades da área de ação da Cotrijuí.

ORGANIZAR PARA CONSUMIR

À tarde, aprofundan-

do os assuntos discutidos pela manhã, os professores Adelar Baggio e Mário Osório Marques, da Fidene, fizeram uma palestra sobre o papel da mulher como consumidora.

É a dona de casa quem decide as compras. Só que a sua decisão é influenciada basicamente pela propaganda, o que força a consumir artigos que interessam para os outros e não aquilo que realmente o consumidor quer e precisa.

Eles falaram da necessidade urgente de nos organizarmos para saber claramente o que vamos produzir e o que vamos consumir. O que importa para as indústrias é vender, tanto

faz como e para quem. Elas chegam a se dar o trabalho de estudar como melhor enganar o consumidor. Somente em embalagens, por exemplo, em caixas bonitas, latas vistosas—o que, de certo modo, o consumidor aprendeu a exigir — estamos pagando um dinheirão:

— Na medida em que é lançado um produto novo, com uma embalagem muito bonita, o consumidor compra aquele produto, pagando mais caro do que por um outro semelhante. E na maioria das vezes o produto é o mesmo, só com uma embalagem diferente.

Nós no meio rural, então, precisamos comprar de uma maneira organizada. Não dá para entender, por exemplo, porque comprar caldo de galinha em tabletes, Q-Suco e outros produtos artificiais, se temos galinha em casa, verduras e frutas. Devemos ter claro o que é melhor para a nossa saúde:

— Existe um ditado que diz: o peixe morre pela boca. E o consumidor também está se matando pela boca.

E como decidir o que consumir? Inicialmente é

preciso nos organizarmos em casa, testando produtos e decidindo o que é melhor para nós, e discutir amplamente o assunto com os consumidores, mas não apenas os do quadro social.

A senhora Gertrud Commandeur fez um comentário sobre isto:

— Temos que discutir para que a decisão venha a ser da maioria. E precisamos também de alguém que faça uma análise química dos alimentos que estamos consumindo.

O grupo foi unânime em afirmar: "estes produtos que fazem mal para a saúde nem deveriam estar nas prateleiras para vender na Cooperativa".

REUNIÕES NOS NÚCLEOS

Como encaminhamento de todos assuntos abordados ficou decidido levar ao conhecimento das participantes das reuniões normais nos núcleos durante o mês de setembro, o que se discutiu neste encontro. Um segundo ponto será organizar uma reunião conjunta dos associados e familiares, com a participação dos núcleos vizinhos,

para discutir basicamente as seguintes perguntas:

— Não associados devem comprar na Cotrijuí? Por que?

— Que tipo de mercadorias devem estar à venda no mercado. Por quê?

Nestas reuniões, com o objetivo de avaliar os serviços prestados pela Cooperativa, haverá a participação da diretoria de compras e abastecimento e também dos professores Adelar Baggio e Mário Osório Marques.

Estas decisões foram basicamente tomadas para a região de Ijuí e serão concretizadas num trabalho a longo prazo. Nos próximos meses acontecerão os encontros dos Conselhos de Consumidoras da região de Augusto Pestana e Vila Jóia, tomando decisões voltadas para as suas unidades.

A participação de todos associados e familiares nestas reuniões é de grande importância para que as decisões venham a ser efetivamente da maioria. Na região de Ijuí, onde elas acontecem inicialmente, sua realização será amplamente divulgada na primeira quinzena de outubro.

O fim de uma etapa

Faltavam cinco dias para completar dois anos de fundação do núcleo de senhoras e filhas de associados da localidade de São Roque, em Tupanciretã, quando aconteceu a formatura de 17 integrantes do núcleo que participaram de um curso de corte e costura.

No encerramento desta atividade prática, coordenado pela professora Maria Varasquini, não deixou de acontecer um gostoso coquetel e a realização de diversas brincadeiras. O ambiente era festivo, o que já é característico do núcleo, e mostrava bem o espírito de amizade e principalmente de cooperação, o que é a razão maior de suas reuniões.

Cem peças confeccionadas pelas formandas ficaram em exposição, atestando o trabalho que elas desenvolveram. As 17 formandas foram: Matildes Angela Mendes, Mariné Terezinha Pedroni, Oracema Menegazzi, Elmerita Ra-

mos Matana, Neusa Terezinha Menegazzi, Marlei Terezinha Bernardi, Tarcila Selle Boff, Janete Fátima Della-Flora, Dirce Maria Sangalli, Vilma Menegassi Lassen, Eliane Maria Menegassi, Fátima Iolanda Ghisleni, Cirlene Denise Menegazzi, Cleci Basso, Otilde Boff, Marlei Maria Boff e Margarete Catarina Mendes.

A formatura não apresentará o final dos encontros mensais que iniciaram no dia 30 de agosto de 1977, com a formação do núcleo a partir da decisão de um grupo de associados que havia participado de um curso de extensão cooperativista realizado um mês antes. Tanto que já para outubro foi marcada a continuidade dos encontros mensais.

Até hoje o núcleo já reuniu-se 20 vezes, com uma média de 24 participantes por encontro, que tiveram e continuarão tendo o objetivo de integrar a família do associado ao

meio Cooperativo.

O setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí coordena estas reuniões, onde o núcleo desenvolve debates e questionamentos sobre a realidade da mulher no meio rural, a importância do seu papel na família e na comunidade, o início de uma educação familiar, etc. Além disso, se procurou proporcionar condições para que as integrantes do núcleo desenvolvessem suas habilidades técnicas de arte culinária, trabalhos manuais e corte e costura, conforme as condições e interesse do núcleo.

Foram organizadas também visitas às instalações da Cooperativa, em Ijuí, encontros com outros núcleos, proporcionando também a discussão de assuntos relacionados à Cooperativa e ao próprio sistema cooperativista. Estas atividades possibilitaram ao núcleo o conhecimento e uma visão maior daquilo que é seu também.

A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.

Chegou Lexone L líquido.
A gota que faltava para acabar com as ervas daninhas da soja.

Lexone L, aplicado em pré-emergência ou pré-plantio incorporado, é a melhor solução para a grande maioria das ervas de folhas largas na soja.

Além disso, você não corre o risco de aguardar o aparecimento das ervas para depois pretender que uma única aplicação de herbicida em pós-emergência resolva a situação.

Você sabe que a soja sofre a concorrência das ervas desde a sua fase inicial e precisa fechar no limpo.

Lexone L. Mistura fácil e líquida as ervas daninhas da soja.

DU PONT
AGROQUÍMICOS

Lexone e marca registrada da Du Pont

NOVAS DIRETORIAS

O início do segundo semestre de 1979 foi marcado por várias alterações na estrutura administrativa da Cotrijuí. A primeira delas foi a criação de uma diretoria regional para o Mato Grosso do Sul, uma antiga reivindicação dos associados daquela área, que pediam uma maior autonomia na tomada de decisões. Por apresentar um sistema de produção bastante diferenciado da Região Pioneira também era necessário, como acabou se concluindo, uma atenção toda especial às características daquela área. A mesma situação fora sentida em Dom Pedrito, onde, no início do ano, foi concretizada a diretoria regional.

Mas quem poderia assumir este cargo? A pergunta não demorou muito em ser respondida: Nelcy Rospide Nunes, que até há pouco respondia pela Diretoria de Recursos Humanos. Com a saída de Nunes ficou vago seu lugar. A decisão do Conselho de Administração foi a de escolher Rui Polidoro Pinto, até o início do ano assessor de Comunicação e Educação e durante alguns meses assessor no Departamento de Compras e Abastecimento. E Rui foi para o

Recursos Humanos, que, ao mesmo tempo, foi alterado na sua estrutura. Hoje ele é o Departamento de Comunicação e Recursos Humanos.

Mas e nas Compras e Abastecimento, cargo que vinha sendo acumulado pelo vice-presidente Arnaldo Oscar Drews? Ninguém melhor do que o Valdir Zardin, que já estava bem entrosado com o setor onde era um assessor da Diretoria.

Além da diretoria do Mato Grosso, duas novas foram criadas. Uma de Comercialização, onde o diretor é o Walter Soliman Duarte, que também já era assessor para estes assuntos. A outra é uma diretoria Regional para Ijuí, cargo ocupado por um antigo associado da Cooperativa e membro do Conselho de Administração: Bruno Eisele.

Isso sem contar que a Diretoria de Administração e Financeira, que vinha sendo acumulada por Oswaldo Meotti, foi dividida em duas. Meotti continua diretor de Administração, enquanto Luis Régis do Amaral, que já prestava uma assessoria independente à Cotrijuí, assumiu a Diretoria Financeira.

Eleição na CCGTel

Nova diretoria na CCGTel (Cooperativa Central Gaúcha de Telecomunicações Rurais), desde o dia 21 de agosto. Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente da Cotrijuí e presidente da CCGTel desde sua fundação em 1976, entregou o cargo a Eduardo Augusto de Menezes, também da Cotrijuí, onde é diretor regional em Dom Pedrito.

A chapa única que concorreu às eleições era composta ainda por Luís Lúcio Izzo, que é diretor técnico da CCGTel como vice-presidente; Silvio Aristeu de Souza, da Cotrisa, Ubirajara Sampaio, da Cotricruz, e Arnaldo Drews (conselheiros efetivos); Nestor Eickhoff, da Cotrimaio, Jaime Zarth, da Coopera e Karl Tang, da Cotripal (conselheiros suplentes); Amândio Alcântara,



O novo presidente

da Cotrisoja, João Sesca, da Cotripal e Adelar Cunha, da Cotrijal (efetivos do Conselho Fiscal); João Carlos Fleck, da Cotribá, Paulo Wairich, da Cotrijuc e Eduardo Bonumá, da Agropan (suplentes do Conselho Fiscal).

Uma indústria comum

Duas cooperativas gaúchas tinham um mesmo plano para o Mato Grosso do Sul, para onde estenderam, há pouco tempo, sua área de ação: construir uma indústria de óleos vegetais. As duas cooperativas são a Cotrijuí e a Cotrisa, que decidiram se unir para implantar e operar uma indústria de esmagamento de soja para a produção de óleo, margarina e farelo.

No início do mês de setembro, exatamente no dia 3, elas assinaram um consórcio e definiram a área onde será instalada a indústria: no Núcleo Industrial de Campo Grande, a capital do Estado.

Tanto a Cotrijuí como a Cotrisa têm sua área de ação englobando alguns municípios sul-mato-grossenses. A Cotrijuí em Maracajú, Rio Brillante, Sídrolândia e Dourados, ao Sul de Campo Grande. A Cotrisa em São Gabriel d'Oeste e, logo em seguida, em Cassilândia, ao Norte da capital. Campo Grande, desta forma, é um ponto

central e ainda o mais adequado para a instalação da indústria por toda infra-estrutura (comunicações, transporte, etc) que oferece.

A unidade industrial terá uma capacidade de esmagamento de 1.500 toneladas de soja por dia, além de permitir a industrialização de 500 toneladas de amendoim, 500 de algodão e também a mesma quantidade de girassol. A fábrica só estará operando daqui a dois anos, empregando diretamente 560 pessoas e indiretamente mais umas 2.260. Por sua capacidade de esmagamento ela será uma das maiores indústrias que operam no setor em todo mundo.

A decisão de implantar apenas uma indústria para beneficiar a produção dos associados de ambas as cooperativas (mais de mil produtores vinculados a cada uma delas) permite viabilizar sua operação economicamente, evitando ainda a duplicidade de investimentos.

Assunto: colonização

O Mato Grosso, o do Norte, está aberto para os migrantes. Essa, em síntese, foi a colocação do secretário da Agricultura daquele Estado, o agrônomo Rômulo Vandoni, que esteve fazendo uma visita à Cotrijuí no início de setembro. Aqui ele conheceu as instalações da Cooperativa e ouviu várias colocações sobre os projetos que ela está desenvolvendo e sua preocupação em resolver, não só a partir da técnica, os problemas diretamente ligados à estrutura fundiária de sua área de atuação.

O Secretário falou sobre os 881 mil quilômetros quadrados que constituem a área de seu Estado e sobre os projetos

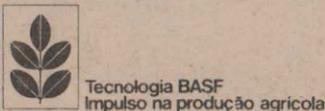
de colonização em implantação pelo Governo. Segundo ele — que afirmou ser particularmente contrário à interferência do Estado em iniciativas desta natureza — a ocupação das áreas disponíveis do Mato Grosso deve acontecer através da iniciativa privada. Ele lembrou que 48% do orçamento do Estado está destinado à abertura de estradas, viabilizando a fixação do homem à terra e também o escoamento de seus produtos. Outra meta prioritária é a intensificação do sistema cooperativo, inclusive em projetos de colonização, "para o qual espera qualquer manifestação da Cotrijuí nesse sentido".

Basagran age sobre a invasora. Não sobre a terra.

Basagran age por contato diretamente sobre a invasora, sem depender do tipo de solo, e com segurança total para a soja, feijão, trigo, arroz e amendoim. E mais, você somente coloca semente, adubo e gramínicida na terra.

Somente quando aparecerem as invasoras. Você aplica Basagran. Como? Muito simples.

1,5 l/ha ou 3,6 l/alq. bico 80.03, 250 l/ha ou 600 l/alq de água da emergência das invasoras até 6 folhas.



BASF

LAVOURA NO MÊS



ALHO

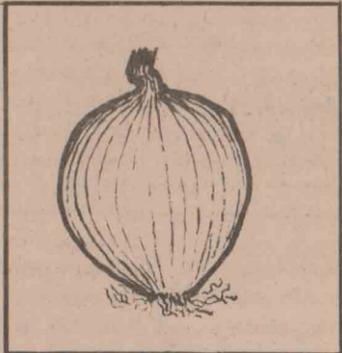
As lavouras de alho continuam apresentando-se bem, apesar do surgimento de algumas moléstias. A alternaria, que se caracteriza pelo secamento das pontas, tem atacado bastante, recomendando-se a aplicação de Difolatan, Benlate, Caligran ou Cycosin, juntando-se ao produto uma parcela de borax para controlar outras deficiências. A ferrugem também tem ocorrido em algumas lavouras, recomendando-se tratamento com Brema, Dithane, Manzate, Fungineb ou outro fungicida de contato. A limpeza da lavoura deve ser observada.

veis ao desenvolvimento de moléstias, principalmente a Antracnose. A doença está aparecendo em todas as lavouras, podendo ser facilmente notada: as plantas apresentam cor amarelada e em seguida morrem. Não se recomenda quaisquer tratamentos pela baixa eficiência dos mesmos. Os pulgões também têm atacado bastante a cultura, tornando-se necessário seu controle com produto de ação sistêmica. Os inços estão aproveitando a umidade e desenvolvendo-se rapidamente. Por isso é bom tomar cuidado, realizando uma capina para evitar prejuízos posteriores.



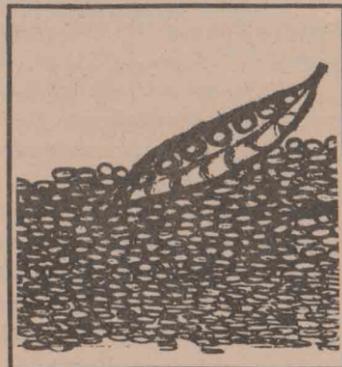
BATATA

Este é o período para fazer o plantio da batata. O solo deve ser bem destorroado para facilitar a germinação. Podem ser escolhidas áreas onde não tenha sido realizada a correção do solo com calcário, pois a planta tolera bem os solos relativamente ácidos. O ciclo do batateiro é de até 120 dias, o que é um período curto. A planta, assim, exige adubo prontamente disponível para dar uma boa produção. O adubo deve ser específico para batata, para que a qualidade do produto não seja prejudicada. Empregando fórmulas convencionais utiliza-se em torno de 800 a 1.000 quilos por hectare. O espaçamento de 65 por 35 centímetros é o mais utilizado, sendo que nos sulcos a profundidade de plantio, quando é rasa, facilita a brotação e o desenvolvimento das plantas.



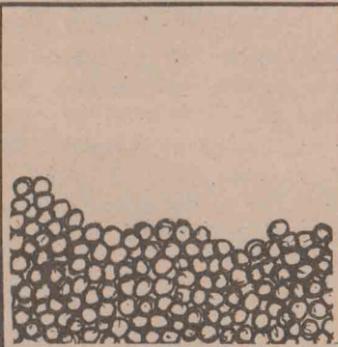
CEBOLA

A orientação do mês anterior, no sentido de observar o surgimento de alternaria, caso fosse um período chuvoso, realmente se concretizou, pois a grande maioria das lavouras está bastante atacada e os tratamentos são pouco eficientes. Neste sentido a única possibilidade é a melhoria do tempo, de tal forma que as folhas novas possam se desenvolver sadias, assegurando a produção. A limpeza da lavoura é condição importante, ainda nesta época, para evitar que os inços usem o adubo destinado à planta.



LENTILHA

As chuvas, alta umidade do ar e calor ocorridos durante o mês de agosto, continuaram oferecendo condições favorá-



ERVILHA

As áreas com ervilha não estão boas, tendo sido muito prejudicadas com as chuvas. A capina é a operação mais importante nesta época para que as plantas possam recuperar-se e ainda produzir razoavelmente.

Recados

Estão à disposição dos associados das unidades de Ijuí, Santo Augusto, Vila Jóia, Tenente Portela e Dom Pedrito, sementes de espécies florestais, que possibilitarão a produção de mudas para seus plantios a um custo bem inferior. Junto com as sementes pode ser obtido material informativo sobre o seu cultivo e características da espécie. Nas demais unidades também brevemente as sementes estarão à disposição dos interessados.

Quem quiser adquirir semente de pipoca para plantio na primavera pode entrar em contato com o Departamento Técnico. As sementes são de variedades de alto valor comercial em função de sua qualidade.

Está funcionando junto ao Centro Administrativo da Cotrijuí em Dom Pedrito o escritório regional do IRGA (Instituto Rio-grandense do Arroz). Esta transferência procura facilitar ao produtor, que já normalmente procura a Cooperativa, o contato com a assistência técnica.

A ligação das bacias dos rios Ibicuí-Jacuí é o tema de um Congresso que acontece de 20 a 23 de setembro na cidade de Itaqui. Os participantes do encontro tentarão formular uma estratégia política e administrativa para a execução deste projeto que possibilitará a navegação fluvial por todo Rio Grande do Sul. A ligação destas duas bacias é uma idéia antiga (vem desde o tempo do Império, há

mais de 100 anos atrás) que não mereceu até agora a devida atenção das autoridades. Apesar do alto investimento (calculado em 10 bilhões de cruzeiros) este custo poderia ser pago em poucos anos, pelo barateamento no transporte, principalmente das safras agrícolas. Antes do Congresso, no dia 16, será aberta uma Exposição Agroindustrial.

O III Concurso de Novilhos Precoces do Rio Grande do Sul, promovido pela Cotrijuí em Dom Pedrito, está marcado para o próximo mês de outubro, com início dia 8. Dia 9 será o julgamento em Pé, dia 10 o abate, dias 11 a 13 o julgamento de Carcaças e dia 20 a apresentação dos resultados e premiação.

Os interessados na construção de açudes para piscicultura deverão solicitar maiores informações ao Departamento Técnico da Cotrijuí, que já está encaminhando financiamento para esse tipo de projeto.

Para a próxima safra de arroz, a Unidade de Ijuí estará fornecendo sementes para o plantio de lavoura irrigada e também herbicidas específicos para esta cultura. Os agricultores interessados poderão entrar em contato com o Departamento Técnico, onde serão orientados sobre projeto, orçamento e financiamento da lavoura de arroz. O produto também será recebido e comercializado para os associados através da Cooperativa.

As lagartas vão entrar numa fria: a Elanco está lançando Piredan.

Finalmente você vai poder usar um inseticida Elanco. Isto significa muito porque você sabe que a Elanco nunca deixa por menos: oferece sempre o melhor para a agricultura. Agora é a vez de PIRENAN, um

lagarticida feito à base de permetrina. Mortal para as lagartas, mesmo as resistentes, mas de baixa toxicidade para o homem e para os animais. Isto significa que você pode acabar com as lagartas do algodão e da soja com eficiência e com muita segurança. PIRENAN é apresentado na forma de concentrado emulsionável, contendo 384 gramas de permetrina por litro. PIRENAN tem efeito comprovado no controle das lagartas da soja e do algodão.

Procure o seu Distribuidor Elanco e descubra todas as vantagens de usar PIRENAN na sua lavoura. Uma delas você pode ver aqui mesmo no anúncio: a Assistência Técnica Elanco.

Campanha do uso correto dos defensivos agrícolas
Use os defensivos corretamente. Retire o folheto de instruções básicas de segurança nos Distribuidores Elanco. PIRENAN é marca registrada da FMC CORP.



ELANCO

Piredan

OS CÁLCULOS DOS COLONOS

Os agricultores planejam as safras e mostram o quanto precisam colher.

Quantos sacos de cada cultura de inverno será preciso colher este ano para empatar os custos da lavoura com a sua renda? E com quantos sacos se chegará a um bom lucro por hectare? Pois estas respostas 39 agricultores participantes do Projeto de Administração Rural Cotri-CeCA (Cotrijuí - Centro de Ciências Agrárias da Fidene) já têm na mão. Eles se basearam em números contabilizados e mais tarde analisados (veja matéria abaixo), estimando os custos de produção e elaborando os orçamentos das safras de inverno/79 e verão 78/79.

Quem plantou trigo, por exemplo, precisará colher uma média de 17,8 sacos por hectare para não ter prejuízo com a lavoura, tomando como base o preço estabelecido pelo Governo de Cr\$ 324,00 o saco de 60 quilos. O agricultor que colher 23 sacos, que é a média que o pessoal que participa do Projeto está calculando, terá um lucro médio de Cr\$ 1.684,00 por hectare.

Nos custos totais de produção estão incluídos os gastos operacionais (fertilizantes, defensivos, mão de obra temporária, fretes, impostos, combustíveis, etc) e também os gastos chamados de estruturais (depreciação e reparos de benfeitorias

e instalações, depreciações de máquinas e equipamentos, etc). Para plantar um hectare de trigo os gastos operacionais foram calculados em Cr\$ 4.096,00 e os gastos estruturais em Cr\$ 1.672,00. Somando estes dois gastos, se chega a um total de Cr\$ 5.768,00 como custo de produção. Não dá para esquecer que esta é uma média obtida pelos agricultores. Tem quem gaste mais e quem gaste menos.

- AS COMPARAÇÕES -

O planejamento das safras não ficou restrito, porém, apenas ao trigo. Eles fizeram cálculos para a aveia, alfafa, linhaça, alho, cevada, centeio, tremoço e colza. Na linhaça, por exemplo, os custos operacionais são inferiores aos do trigo, atingindo Cr\$ 1886,50. Já as despesas estruturais são praticamente as mesmas, o que se pode também observar em outros cultivos, como a cevada, aveia e alfafa, pois as máquinas utilizadas são praticamente as mesmas.

Para cobrir apenas os gastos operacionais do trigo, é preciso colher uma média de 12,6 sacos por hectare, enquanto na linhaça 6,2 sacos já são o suficiente para eliminar os Cr\$ 1.886,50 necessários.

O projeto

Quando em maio de 1977 agricultores de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana inscreveram-se no Projeto Cotri-CeCA, estavam aceitando um desafio e sabiam disso. O Projeto não era um "pacote" pronto de medidas a serem cumpridas. Era simplesmente uma idéia que teria que ser posta em prática, tomando como base a própria experiência do produtor.

Como a política agrícola brasileira está cada vez mais complicada, o agricultor precisa estar consciente dos resultados econômicos de suas atividades. Por isso, o Projeto começou montando um sistema de Contabilidade Agrícola. Durante o primeiro ano os 56 agricultores inscritos, com auxílio dos técnicos, aprenderam a fazer em casa as contas de suas propriedades, registrando todo o dinheiro que entra e o que saía.

Em 1978 eles já se reuniram em grupos. Orientados pelos técnicos da Fidene e da Cotrijuí, passaram a analisar os números, discutindo os custos de produção, trocando experiências. Numa única

folha o produtor tinha todo o resultado de uma safra.

Agora, o grupo pioneiro já está na terceira etapa do Projeto, procurando planejar o que fazer na sua propriedade. Observando as informações que tem em mão, o produtor começa a se sentir capaz de decidir sozinho sobre os custos, diversificação de produção e outros aspectos da administração rural. As coisas difíceis, que ele via os técnicos fazendo e não entendia, passam a ser fáceis e ele entende com mais clareza o nosso atual processo econômico.

Atualmente, o Projeto Cotri-CeCA conta com 390 inscritos, atingindo também os municípios de Chiapetta, Coronel Bicaco e Santo Augusto. Dos novos inscritos, alguns estão na primeira etapa, fazendo Contabilidade, e outros já tentam fazer a análise dos números. Os agricultores interessados em participar do Projeto podem buscar maiores informações junto aos Departamentos Técnicos das Unidades da Cotrijuí.

$$17,8 \text{ sacos} \times \text{Cr\$ } 324,00 = 0$$



O pessoal está esperando uma produtividade média de 22,5 sacos por hectare.

Para a colza a previsão de produtividade fica em 26 sacos por hectare. Calculando ao preço de Cr\$ 250,00 o saco (que na realidade é baixo para aqueles operados no mercado) serão necessários 16 sacos por hectare para cobrir os gastos operacionais, que representam uma despesa de Cr\$ 4.039,00. Se a produtividade for mesmo a esperada, a colza deixará ao produtor uma margem de lucro de Cr\$. . . 2.461,00, razoavelmente mais alta que a do trigo.

No caso da aveia, uma renda média de 16,6 sacos por hectare cobrirá os gastos operacionais (Cr\$ 3.324,00) mas como os agricultores estão esperando colher 37 sacos, em média, por hectare, a margem de renda fica em Cr\$ 4.076,00.

Com uma produção de 6,7 sacos de semente por hectare, cobrem-se os gastos operacionais do tremoço (Cr\$ 1.830,00). E sobra ainda todo benefício que recebe a terra com a incorporação das folhas que caem ao solo. Quando o tremoço é produzido para adubação verde, ele custa em média Cr\$ 936,00 por hectare.

A cevada, além de representar riscos iguais de produção aos do trigo, apresenta ainda problema de classificação, já que não existe uma estrutura preparada na região para o recebimento deste produto. Os gastos operacionais da cultura alcançam, em média, Cr\$ 2.724,00 por hectare. Colhendo os 27,5 sacos esperados pelos produtores, o resultado financeiro pode chegar a Cr\$ 4.976,00.

O centeio, que é outra cultura de

pequena expressão, em volume de produção regional, pode dar ao produtor uma margem de renda de Cr\$ 4.883,00, se for realmente obtida a produtividade média esperada: 20 sacos por hectare. Os gastos operacionais chegam a Cr\$ 3.507,00 por hectare, que podem ser cobertos com a produtividade de apenas 8,3 sacos.

- AS MAIORES RENDAS -

Os agricultores que plantaram alho nem precisam se preocupar em registrar os gastos estruturais, pois esta é uma atividade que dispensa o uso de maquinaria. Ela exige, e isso sim, muita mão de obra. A produção média por hectare deverá ser de aproximadamente Cr\$ 2.866 quilos, o que, o preço de Cr\$ 30,00 quilo, dará uma receita bruta de Cr\$ 85.995,00. Diminuindo deste valor os gastos operacionais (Cr\$ 27.823,00 por hectare), a sobra pode chegar a Cr\$ 58.172,00 por hectare. Só um detalhe: os agricultores não consideraram aqui a despesa com mão de obra familiar.

A alfafa foi um produto que estourou nas contas. A produtividade da semente (colhida com um corte) prevista em 100 quilos por hectare somada aos 12 mil quilos que os produtores calculam obter com 8 cortes para feno representará um lucro de Cr\$ 98.840,00 por hectare. Isto tomando como base o preço de Cr\$ 200,00 o quilo da semente e Cr\$ 8,00 o quilo do feno. Só comercializando a semente o produtor já cobre os gastos operacionais, que são de Cr\$ 17.160,00, e parte dos gastos estruturais. Sobram então, praticamente livres de despesa, os 12 mil quilos de feno.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Política dos 8 aos 80

O homem é um ser político. Esta é uma afirmação muito importante e nós precisamos entendê-la. Vocês sabem que sempre as pessoas possuem idéias diferentes sobre qualquer assunto. Sempre é necessário conversar para se chegar a um acordo. É conversando que a gente se entende, diz o ditado. Então, quando nós queremos realizar alguma atividade, resolver problemas, nós sempre procuramos outras pessoas. É em grupo que encontramos mais facilmente as soluções. É esta convivência entre seres humanos, este choque de pensamentos, idéias, que acontecem a toda hora e em todo o lugar, que fazem do homem um ser político, inteligente, que pensa.

Você já notou uma coisa simples e ao mesmo tempo tão importante:

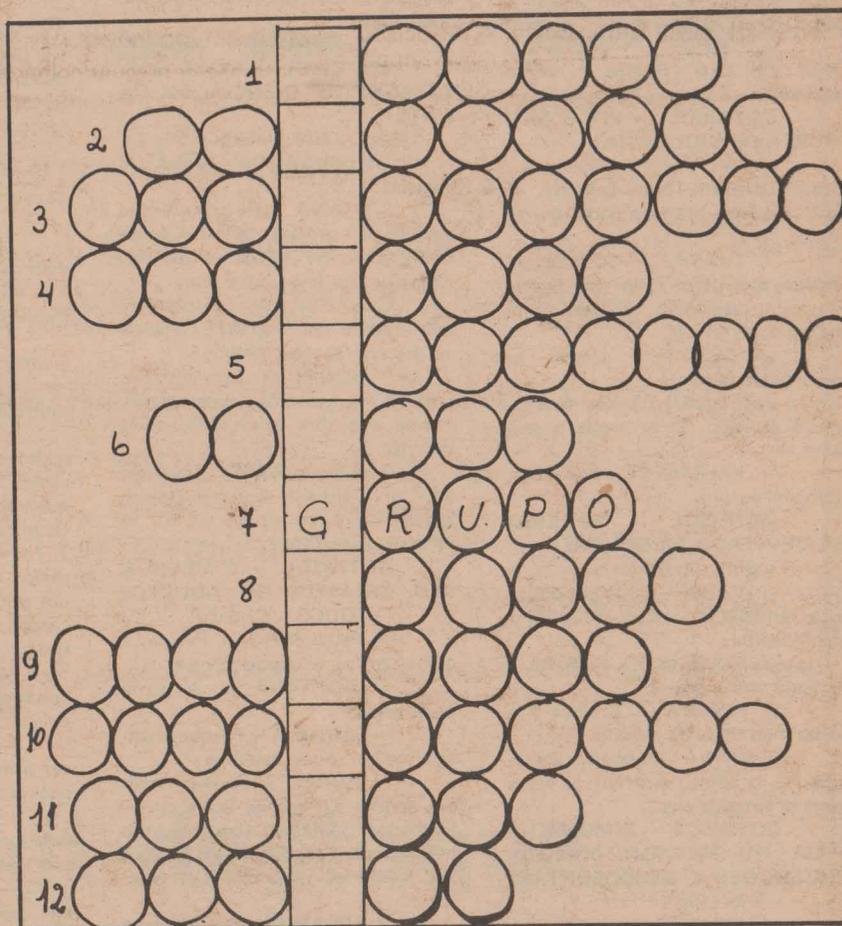
— Que você nasceu, cresceu e só consegue viver em grupo de pessoas? Primeiro foi o grupo da família (pai, mãe, irmãos). Depois você conheceu os parentes, vizinhos, amigos da família. Você cresceu, foi para a escola. Aí, você já formou outro grupo, os seus colegas, a sua turma, que são pessoas que antes você não conhecia. Na escola certamente você encontrou organizado o Grêmio Estudantil, que é forma organizada de grupo. Através do Grêmio, você e seus colegas desenvolvem muitas atividades. Assim também existem muitas organizações onde atuamos em conjunto com outras pessoas. A igreja o clube, o time de futebol, o sindicato, a cooperativa, e assim por diante. Em qualquer lugar em que estivermos participando, estamos transmitindo as nossas idéias, portanto, estamos desenvolvendo uma atividade política, e isto não quer dizer que tenhamos que fazer isto através de um partido político. Ninguém consegue viver isoladamente. Todos nós precisamos um do outro. Precisamos daquele que planta, constrói, ensina, cuida das doenças, fabrica . . . , isto é, ninguém consegue tudo o que precisa sozinho, sempre necessitamos do trabalho de outros. Por isto somos um ser social, político, convivendo em grupos. As organizações de que participamos, devem defender e promover o nosso bem comum.

. . . Mas, o que é bem comum? São todas as condições necessárias para que as pessoas, que formam a sociedade, possam viver de acordo com a dignidade humana. — Direito a casa, roupas, alimentos, atendimento médico, trabalho, salário, liberdade, . . . E se estamos falando em bem comum, isto é para todos os participantes da comunidade.

Mas porque estamos escrevendo isto num jornal para crianças? Alguém talvez vá dizer, que política, bem comum, estas coisas todas, são para adultos pensarem. Porém, nós não pensamos assim. Se estamos afirmando que todas as nossas ações são políticas, que a política é praticada pelas pessoas, porque elas pensam, então as crianças também são políticas, pois também pensam, têm idéias e também organizam os seus grupos.

Por isto tudo, minha gente, é que devemos participar sempre.

O homem e o animal



O QUE DISTINGUE O HOMEM DO ANIMAL?

Você encontrará a resposta escrevendo as palavras do texto abaixo de acordo com a numeração. **Veja o modelo.**

Vimos no texto político dos oito aos oitenta, que o homem é um ser que, desde que nasceu, **vive em grupo (7)**, sendo que o primeiro, foi o da família (11).

Este grupo ele não teve o direito (4) de escolher. O ser em grupo, é a Escola (8) que de certo modo, também lhe é imposto. Mas ali, ele pode optar e escolher seus amigos, onde já coloca suas idéias (1) com confiança (2). No momento em que encontrou amigos, ele começa a animar-se (6), sentir necessidades de se organizar (9) e participar (3) de grupos mais conscientes (10) para conquistar e conversar aquilo que é de mais sagrado para a dignidade humana (12): a liberdade (5).

O mundo, segundo as crianças

A intenção do COTRISOL é ser um jornal todinho prá vocês. Que fala do jeito que vocês falam; das coisas que vocês falam, fazem, gostam, desejam... Outra coisa que o COTRISOL quer, é ser um intermediário, isto é, quer que, através dele, vocês possam se comunicar com outros amiguinhos, mandando recados, criações de vocês, opinião sobre acontecimentos da realidade... Isto ajudará a vocês crescerem e perceberem melhor as coisas que acontecem ao seu redor.

A equipe do COTRISOL conversou com um grupo de crianças de 7 a 9 anos, onde foi levado um papo muito franco, o qual achamos que deveria ser colocado no jornal. Gostaríamos que vocês lessem com atenção, pensassem e dessem suas respostas. São crianças que como vocês, já tem opiniões e preocupações frente à realidade.

COTRISOL - VOCÊS ACHAM QUE DESCOBRIR, CRIAR, É IMPORTANTE?

— É, é! é!

— IVANA — Depois que a gente descobre, pode, usar isso em outras coisas. Pode fazer mais, muito mais...

— BÁRBARA — Ler e escrever, alguém inventou e a gente usa.

— RODRIGO — A gente progride, fica mais sábio, descobre coisas, desenvolve a mente.

— ANDRÉ — Estes dias descobri uma moeda antiga lá em casa.

COTRISOL - SERÁ QUE TUDO ISSO É BOM?

— IVANA — Não! Inventaram coisas más — a poluição, o dinheiro (sempre dá guerra por causa dele). Eu acho que antes era melhor.

— CLÓVIS — Tem guerra. É ruim porque mata as pessoas.

— MARCELO — Pode destruir um país. Guerra é muito violenta.

COTRISOL - VOCÊ NÃO GOSTA DE VIOLÊNCIA?

— Não. Porque alguém que mata também pode morrer. E isso vai indo até que pode morrer todos.

— IVANA — Se a gente tivesse que dizer tudo que tivesse de ruim, essa tarde não dava. Tem muita coisa errada.

— CÉSAR — Cortar as árvores é errado...

— IVANA — Cortar as árvores é tri-ruim. O ar acaba e sem ar já viu, né...

— PAULINHO — Doença, também é ruim.

COTRISOL - PODERIA SER EVITADA A DOENÇA?

— Sim, sim (todos)

— IVANA — O melhor é usar chá, remédio de casa, e só no fim ir pro hospital.

— JOÃOZINHO — Triste é quando morre criança.

— FLÁVIA — Criança é a coisa mais linda do mundo.

— IVANA — A criança é simples. E o adulto é difícil, às vezes nem se entende eles.

COTRISOL - O MUNDO É PIOR OU MELHOR COM AS INVENÇÕES E DESCOBERTAS?

— Pior! Pior!

— ANNA — As coisas que inventaram a maioria é ruim.

— MARCELO C. — Eu moro perto de uma fábrica. Não dá prá aguentar. Eu acho que deviam desviar o cheiro para longe...

— CÉSAR — As armas porque elas matam!

— CLÓVIS — A bomba também é ruim.

— MARCELO M. — Eu acho melhor. Ajudam a nossa vida prática.

COTRISOL - O QUE É PRÁTICA?

— MARCELO M. — É uma coisa que a gente sabe fazer sem fazer muitos erros.

— ANDRÉ — Eu acho que piorou. Eles ficam inventando detergentes, detergentes e ficam poluindo o mar. Eles inventam a propaganda e a gente gasta sempre mais.

— JALUSA — Com isto aumenta o custo de vida.

COTRISOL - O QUE É O PROGRESSO?

— MARCELO M. — Eu acho que uma coisa boa, é a invenção do álcool. Não tem petróleo; tem que usar álcool, é o único jeito de andar.

— ANNA — O progresso deve existir?

— GISLAINE — Sim.

— IVANA — Não sei não!

Com o progresso apareceram os ricos e af esculhambou tudo.

Bom seria se tudo fosse prá todos.

— RODRIGO — Você perguntou o que era progresso... Eu acho que isto é quando se faz um trabalho e sai cada vez melhor.

E a gente vai crescendo.

COTRISOL - EXISTE UMA COISA QUE SE CHAMA CIÊNCIA, NÃO É?

— É, é, é, é...

COTRISOL - VOCÊ GOSTA MAIS DE CIÊNCIA OU DE ARTE?

— De arte, De arte...

— De ciências, De ciências, De ciências...

— IVANA — De arte porque a gente não precisa copiar. A gente faz o desenho da gente mesmo. Nem que seja feio, mas é meu.

— BÁRBARA — O desenho que a gente faz, é arte. E a gente vai sempre fazendo melhor.

— RODRIGO — Eu gosto de ciências. A gente faz experiências, estuda, descobre coisas e fica mais inteligente.

— MARCOS VINÍCIUS — Eu vou ser Cientista. A arte é importante, mas quero estudar a terra, os animais, as plantas...

COTRISOL - É MELHOR SER CRIANÇA OU ADULTO?

— TODOS — Criança!

— PAULINHO — Porque a gente cresce e depois morre...

— ADRIANA — A gente pode brincar.

— FABIÓLA — Porque criança é melhor, pode desenhar.

— IVANA — Pode-se subir em árvores. Os grande ficam envergonhados. Só fazem coisas quando não tem ninguém perto. E a gente faz. Não importa se tem alguém ou não.

— ROSÂNGELA — A pessoa cresce e fica boba, não faz mais o que tem vontade.

— MARCELO M. — Gente grande tem que trabalhar, tem responsabilidade. Ficam muitos sérios.

— ANNA — Criança inventa coisas que os adultos não conseguem fazer.

— LISE — O adulto tá mais perto de morrer.

COTRISOL - VOCÊS ACHAM QUE O MUNDO COMO ESTÁ, ESTÁ BOM?

— JALUSA — Não, porque o salário está diminuindo. A gasolina, o custo de vida, tá aumentando.

— MARCELO M. Colocaram muito veneno nas hortas e lavouras.

— IVANA — A gente podia pescar e hoje não dá.

— CELITO — As águas são sujas.

— MARCOS V. — O mundo não tá bom porque no mundo tem muitos tóxicos, vícios...

COTRISOL - O QUE DEVERIA MUDAR?

— PAULINHO — Fechar as fábricas que poluem o ar.

— IVANA — Tinham que terminar com o dinheiro. Plantar mais árvores.

— ANNA — O dinheiro produz muitos roubos. Quem tem um pouco, sempre quer mais.

— CLÓVIS — A fome é uma droga...

— JOÃOZINHO — É horrível criança ter fome e ter de pedir comida.

— ROSÂNGELA — Criança não deve trabalhar.

— ANNA — Devia ser como no tempo de Jesus: nem ricos, nem pobres.

Criança não tem culpa e não deve passar fome.

As pessoas deveriam se gostar mais.

— LUCIANA — O custo de vida tinha que baixar...

COTRISOL - NO MUNDO HÁ COISAS QUE NÃO AGRADAM VOCÊS?

— FABIÓLA — Roubos.

— ROSÂNGELA — Dinheiro, só dá briga...

— IVANA — Cigarros porque tem gente morrendo. Tem pobres que não compram comida, mas compram cigarros.

— VIRGÍNIA — Doenças.

— JOÃOZINHO — Ladrões.

— FLÁVIA — Brigas.

— PAULINHO — Tem muitos ricos que só se exibem, porque tem mais dinheiro que os outros...

E, às vezes eles roubam prá ter tanto dinheiro.

— CLÓVIS — Muita pobreza.

— MÁRIO — Brigas de facão, dá morte.

— LISE — Cortar árvores.

— ANDRÉA — Cachaça, dá doenças e brigam com a família.

— ADRIANO — Crianças que morrem porque não tem médico.

— CRISTIANE — Prisão, a gente sofre muito.

— BÁRBARA — Guerra, morre muita gente.

— CELITO — Matar os bichos — Os homens é que começaram a matar os bichos, aí eles matam, mas só prá se defender. Os bichos não são ruins.

— CÉSAR — Morte. Não tá certo morrer. Se a gente viveu um pouco, construiu um monte de coisas, não é justo morrer e acabar tudo.

— JALUSA — É muito triste andar pelos bairros e ver as crianças peladas, chorando de fome.

— MARTA — Me desagrada ver o mau entendimento às pessoas pobres nos hospitais.

— LUCIANA — É. Aquela mãe que ganhou trigêmeos e não tinha roupa.

— ANDRÉ — E tem mulheres que abortam, que matam os filhos.

COTRISOL - O QUE É O BRASIL PARA VOCÊS?

— MARCELO M. Tá bom não existe quase guerra.

— CÉSAR — Não tá bem. A inflação tá afundando o Brasil...

— IVANA — Mais ou menos. No Brasil não se prende crianças.

— JOÃOZINHO — A agricultura. Não dá nada. Daqui a pouco não tem o que comer.

— ANNA — Uma coisa boa é que as crianças podem estudar...

— IVANA — É, mas só os que os pais podem pagar. Os outros vão trabalhar.

— FABIÓLA — O Brasil é o nosso lugar. Se tá ruim é os brasileiros que são ruins, não sabem fazer as coisas certo.

— PAULINHO — O governo tá errado. O pai disse que o presidente não sabe governar. Ele é rico não precisa mais dinheiro, tem comida. Não pensa nos pobres.

— CELITO — A seca é ruim. As plantas precisam da água e não nasce nada. Aí o povo passa fome. Tinham que inventar um jeito de ajudar o colono.

— CRISTIANE — Há água, suja, tudo é sujo.

— BÁRBARA — Eu tô vendo o Brasil meio ruim. Assim não dá mais. Acho que tinha que fazer greve.

— ROSÂNGELA — O preço

da gasolina, sobe todos os dias. E tem gente que precisa do carro prá trabalhar.

— VIRGÍNIA — E os pobres que não tem carro? Quando sobe a gasolina, a tia já falou, sobe o preço da comida, da bebida...

— BÁRBARA — No Brasil, todo mundo tem dente estragado...

— ANNA — As crianças não deveriam comer tanta bala e doces. Isso faz mal. E as gentes não têm dinheiro prá ir ao dentista.

— IVANA — É dentista é caro!

— ANNA — Pois é, e daí estraga todos os dentes.

— FABIÓLA — Mas isso é culpa dos pais. Eles que dão bala e chocolates prá gente obedecer e ficar quietos quando eles querem.

— ANTONIO — Brasil é um país de sorte...

COTRISOL - POR QUE?

— ANTONIO — Porque não tem terremoto.

— ANDRÉ — Não tô achando muito boa a situação do Brasil. Ele está devendo pros outros países.

— MARCELO M. — Brasil? É o país onde moramos.

— LEONEL — É a nossa Pátria querida.



Vamos brincar?

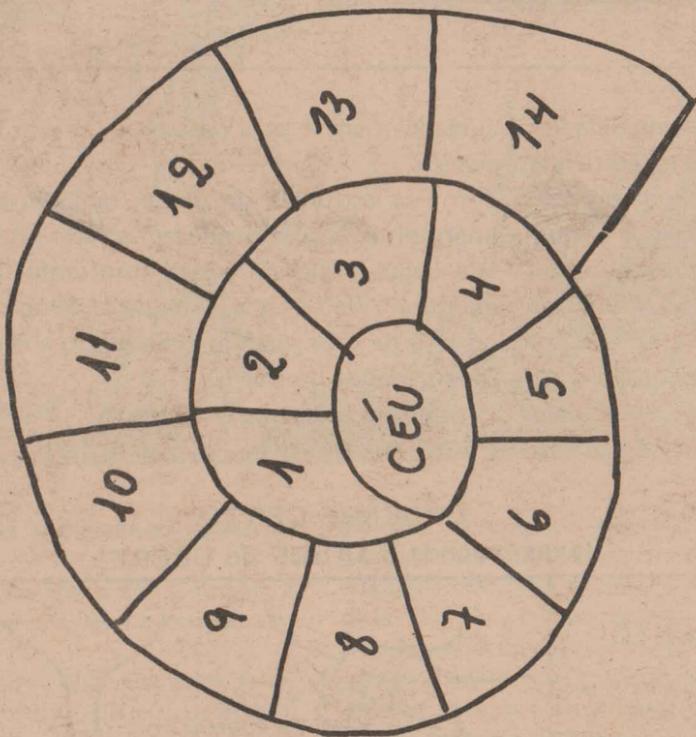
Aos pulos até o céu

Local: ao ar livre.

Desenhar um caracol no chão, com quatorze casas e um céu (ver ilustração).

Desenvolvimento: um sorteio determina a ordem dos jogadores. O 1º sorteado deve seguir pulando num pé só por todos os degraus do caracol, até chegar ao céu, onde pode descansar.

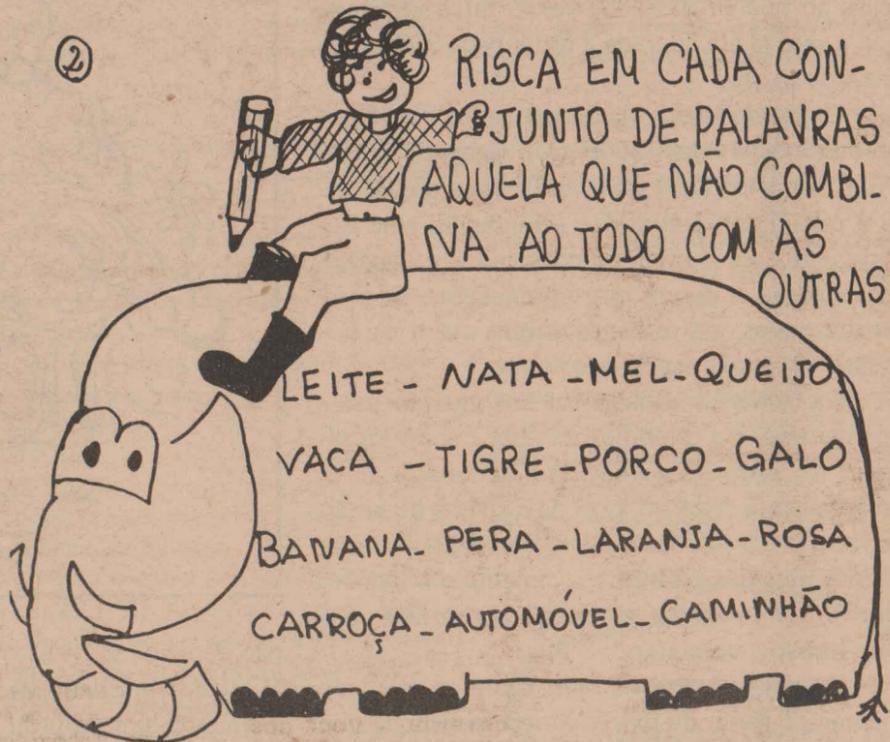
Depois volta, apoiando no outro pé, até o começo. As outras crianças observam se ele comete erros: pisar na risca, apoiar os dois pés no chão (fora do céu), saltar sem tocar um espaço obrigatório, pisar fora do caracol, esquecer no céu de trocar o pé de apoio. Se errar, perde a vez e precisa esperar que todos os outros joguem, antes de tentar de novo. Quem consegue terminar o jogo sem errar, ganha direito de fechar uma casa colocando seu nome na casa que quiser. Dali em diante pode colocar ali os pés. Os outros competidores devem saltar diretamente para o degrau livre seguinte. Fechada todas as casas, o jogo termina com a vitória de quem tiver seu nome num maior número de casas.



① PARA ONDE VAI O FANTASMINHA??
Coloca as letras em ordem e...
saberás!



②



③ Quem sou eu?

Quem sou eu?

Bichinha magra de um olho só,
Pegam-me o rabo e dão-me um nó,
Depois me obrigam a perfurar
100 túneizinhos até cansar.

(Aguilha e linha)

Bom Princípio em destaque

Feito por Sérgio e Edna Madke - Bom Princípio - Augusto Pestana

Bom Princípio não é um lugar muito bonito, mas nós gostamos daí, porque, nós nascemos e vivemos com nossos pais aqui. A gente tem amigos e conhece todo mundo.

Todos aqui são agricultores e bastante são sócios da COTRIJUI. Muitos deixaram de plantar milho, mandioca, prá plantar mais soja. Mas tem gente que ainda planta. Nosso pai planta. Aqui quase todos tem uma vaca pelo menos, cria por-

co, galinha. Meu pai só compra no bolicho, aquelas coisas que a gente não planta.

Uma coisa ruim aqui é que só tem uma Escola que vai até a 4ª série. Alguns param de estudar, outros pelo menos vão prá Eugênio de Castro ou prá Augusto Pestana fazer até a 8ª. série. Bem poucos continuam.

O pai falou que o primeiro morador de Bom Princípio foi o Se-

nhor Augusto Beschorner.

Bom Princípio pertencia a Santo Angelo. Quando Augusto Pestana se emancipou de Ijuí, Bom Princípio passou a pertencer a Augusto Pestana.

Tem uma Igreja Evangélica. Batem o Sino de manhã, meio-dia e as 6 horas da tarde. É a única igreja que tem, só que a maioria é Católica. A gente se encontra na Escola, prá fazer os encontros religiosos.

Os moradores têm um problema com a falta de médico, dentista e lojas. Eles precisam sempre se deslocar. Tem um ônibus 2 vezes por semana que vai prá Ijuí.

Aqui em Bom Princípio não tem gente muito rica e nem muito pobre. Todos têm o que comer e vestir. Mas sobrá dinheiro, isto, não acontece.

Esta é a história de Bom Princípio.

A vaca e o leite

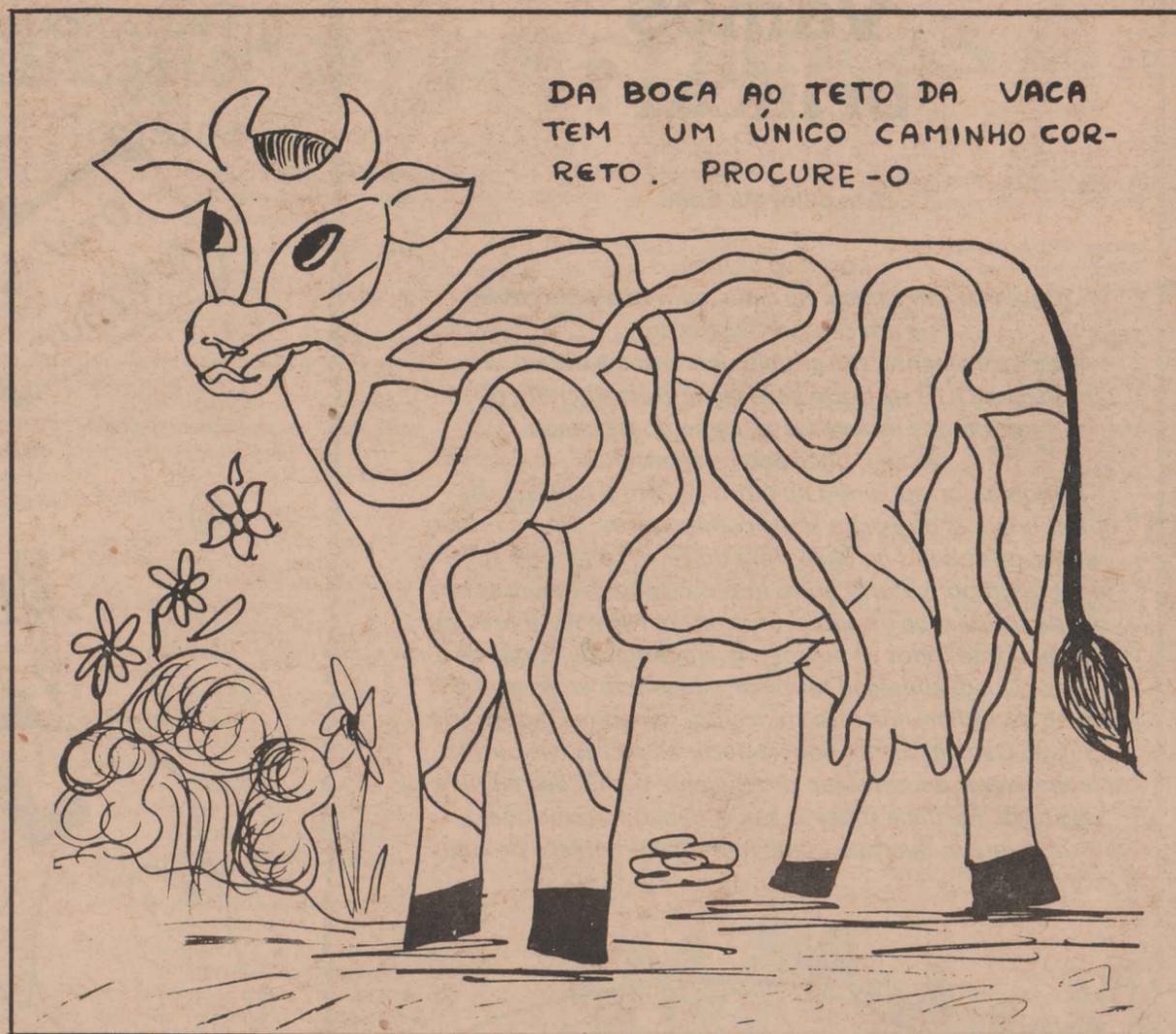
A vaca é um animal consagrado milenarmente. Sabe por quê? Nas mais antigas partes da Bíblia encontram-se referências ao leite, à manteiga, ao queijo. Baseados nesses fatos admite-se que a vaca já era adorada e ordenhada 9000 anos antes de Cristo.

O uso do leite e alguns derivados é conhecido desde os Hindus (2000 a.C.) Gregos (1000 a.C.) e Romanos (750 a.C.) De Roma o uso do leite e queijo como alimento estendeu-se pela Europa, entre os germanos, normandos e ingleses, inicialmente, e depois entre holandeses, suíços e outros povos; os romanos foram assim os primeiros comerciantes de queijo.

Na América o gado foi introduzido pelos portugueses. Os estábulos da época eram localizados nas próprias povoações e os consumidores compravam o leite no local da ordenha ou então as vacas eram levadas à porta do freguês e ordenhadas nas ruas. Com o crescimento das cidades elas foram colocadas em locais apropriados e o leite levado a domicílio.

Apesar do que se sabe sobre o valor alimentar do leite, da extrema necessidade de que dele têm as crianças, ninguém dá valor ao leite e aos que com ele trabalham. O litro de leite custa mais barato do que o litro de refrigerante ou da cerveja e com a vantagem de ainda ser um alimento natural.

O leite, uma bebida tão nutritiva e saborosa



não depende só da vaca para ter estas qualidades. O criador brasileiro de gado leiteiro acredita que o sucesso na produção de leite depende de conseguir para seu rebanho vacas de raça. É importante a escolha de raça adequada mas, se o manejo do rebanho não for correto, os resultados não serão plenamente satisfatórios. É justamente neste aspecto que reside a maior deficiência de nossa exploração pecuária. É preciso ter muitos

cuidados com a vaca para produzir um leite higiênico.

E a estrutura do úbere, também é muito importante. Vocês conhecem aquele ditado que fala "água mole em pedra dura tanto bate até que fura"? Pois é, se a gente pegar sempre errado no teto da vaca quando tira leite, acaba prejudicando a saúde do úbere.

Vejam os exemplos abaixo:

ERRADO	CERTO
	Ter boa saúde e disposição para o trabalho. Ser pontual no cumprimento de suas obrigações. Cuidar bem no asseio corporal, lavando-se diariamente e apresentando-se com cabelos e barba aparados.
	Cuidar bem das mãos, mantendo-as sem feridas, unhas cortadas e sempre limpas.
	Lavar bem as mãos antes de ordenhar cada animal.
	Usar uniforme — macacão, gorro, avental e botas — sempre limpos.
	Ser paciente e zeloso no trato dos animais e utensílios de ordenha.

Fonte: Noticioso Rhodia Merieux n.º 49 1976

ORDENHE CERTO (preservando a SAÚDE do ÚBERE)

CERTO Empunhadura do teto na altura exata (nem baixa, nem alta)		NÃO HÁ DEFORMAÇÃO
ERRADO Empunhadura alta: deforma a base do teto		PRODUZ ESTRANGULAMENTO
ERRADO Empunhadura baixa: deforma a ponta do teto		PRODUZ ESTREITAMENTO
ERRADO Empunhadura por estiramento: alonga o teto		ALONGA O TETO
ERRADO Polegar dobrado: forma calo no teto		CALOSIDADE

Fonte: Noticioso Rhodia Merieux n.º 49



**EDIÇÃO
ESPECIAL**

**Ibicuí-Jacuí,
sonho mais do que
secular**





Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva
Presidente:
Ruben Ilgenfritz da Silva
Vice-Presidente:
Arnaldo Oscar Drews
Superintendente:
Clóvis Adriano Farina
Diretores Contratados:
Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswaldo Olmiro Meotti, Werner Ervin Wagner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo Roverno Roos, Joaquim Stefanello.
Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz Kommers, Ido Marx Weiller, João Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq Umbu (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracaju	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior. Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado da ABERJE



Associado da



EXPEDIENTE:

Redação e Administração
Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549
Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob n° 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 n. 022.775 de 13.11.1973 e figurativa M/C11 n° 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Participação Especial
Raul Quevedo

Composição e Impressão: COOJORNAL

Setembro/79

SISTEMA IBICUÍ-JACUÍ

O posicionamento hidrográfico e lacustre do Rio Grande do Sul é dos mais bem-dotados do centro-sul do Brasil e, talvez, da América do Sul. Basta dizer que, no que se refere ao sistema lacustre, o estado possui as duas maiores lagoas do país — Patos e Mirim. E relativamente a hidrovias ou potencialidades destas, destacam-se os rios Jacuí, Taquari, Gravataí e Sinos que desembocam no canal do Guaíba, que por sua vez comunica com a lagoa dos Patos, indo ao extremo sul pela Mirim, através do conduto natural inter-lagoas, que é o canal do São Gonçalo, em Pelotas.

Esta rede de vias líquidas, com operacionalidades que variam de regular a ótima, retratam nossa realidade atual. A partir da Depressão Central, o escoamento de nossas safras agrícolas pode ser feito através de vários portos de significativa importância, Cachoeira do Sul, no Jacuí; Taquari, Mariante e Estrela no rio Taquari e Porto

Alegre, no Guaíba. Como terminais teremos (ou poderíamos ter), Pelotas, no São Gonçalo (fluvial-lacustre) e Rio Grande, nossos grande porto marítimo, ponto de convergência de quase toda a produção agropecuária destinada à exportação.

Quanto à utilização do mesmo sistema no transporte de cargas no sentido sul-norte, acentuam-se cada vez mais as necessidades de transportes de variados tipos de cargas, aparecendo com primazia fertilizantes, minérios de ferro, sal, etc.

No entanto, o principal de nosso sistema permanece estanque e enquadrado dentro de critérios de mera potencialidade: a ligação Ibicuí-Jacuí. Pois essa potencialidade é evidente há exatamente 130 anos.

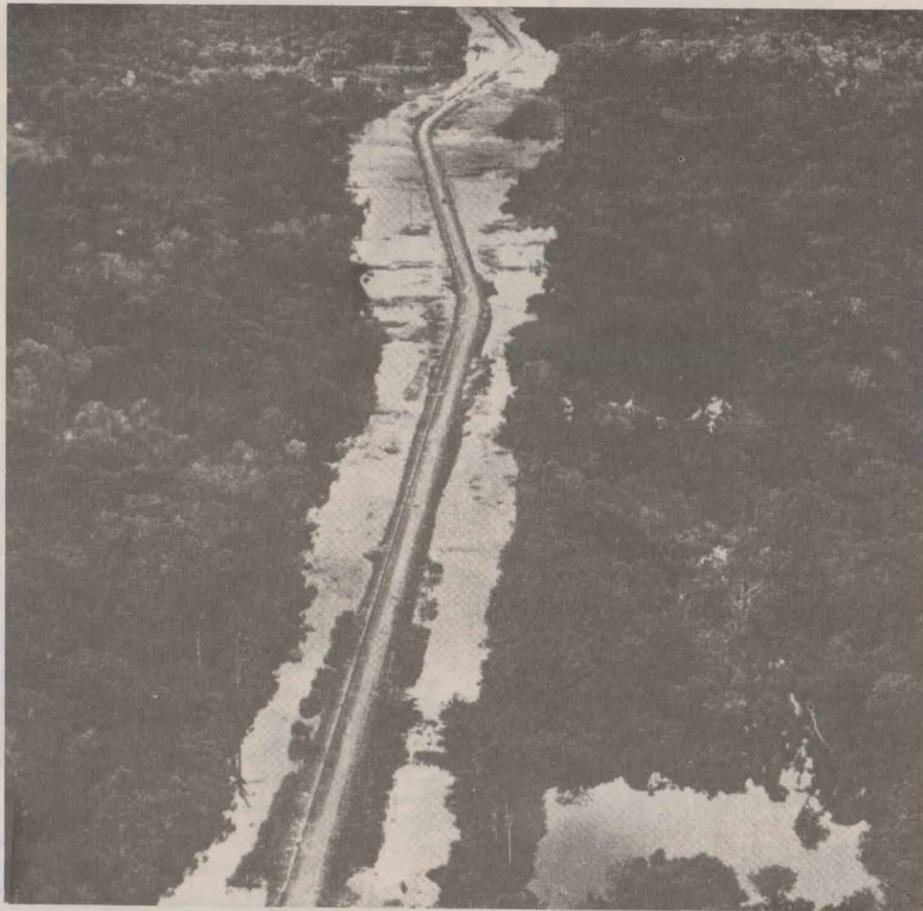
Já no ano de 1855, a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul apelava aos poderes constituídos do Império em prol da comunicação física de ambos os rios. E tão

evidente se lhes apresentava a necessidade da obra na época, que o então vice-presidente da Província, Marechal Câmara, determinou estudos de engenharia a respeito, a expensas do tesouro da Província.

Pensamos que enquanto o Rio Grande do Sul não conquistar a ligação Ibicuí-Jacuí, segundo a reivindicação que vem sendo feita há 130 anos, não teremos explorado sequer 50% de nossas potencialidades fluviais e lacustres. A presente edição do **Cotrijornal**, que é uma reedição de trabalhos publicados entre setembro de 1975 e junho de 1976, acrescida de material novo, é o resultado de exaustiva pesquisa junto a órgãos governamentais e setores privados, na busca de fatos históricos e dados técnicos e estatísticos.

As páginas a seguir, que evidentemente não esgotam o importante assunto, representam a contribuição da Cotrijuí em prol da conscientização para a consecução dessa obra, de vital significação para o nosso estado e para o país. ●

GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS?



Na execução de uma política eminentemente rodoviária que tem impulsionado nossos governos desde há vários anos, temos rasgado montanhas e cortado florestas, aterrado pântanos e subido encostas íngrimes, transposto rios e cruzado vales e planícies em todos os quadrantes deste imenso país, deixando atrás de nós intermináveis fitas de asfalto. Mas nada temos feito para aproveitar as estradas líquidas que herdamos da natureza. Hoje, já pagamos muito caro por essa imprevidência. Mas, amanhã, esse preço será proibitivo para as possibilidades de nossos descendentes.

**NO CAMINHO HÁ MONTES, RIOS, ÁRVORES IMENSAS.
TUDO ESTÁ SENDO DOMINADO, ARRANCADO DO SOLO,
POR HOMENS RUDES E MÁQUINAS PODEROSAS...**

(Trecho de reportagem publicada na extinta revista REALIDADE, da Editora Abril, edição que circulou em outubro de 1971).



COTRIJORNAL

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO



hidrovias ———
ferrovias
rodovias ———

O mapa organizado pelo DEPREC mostra os corredores de exportação.

DESDE O IMPÉRIO QUE SE FALA NA LIGAÇÃO IBICUÍ-JACUÍ

A demanda de produção agropecuária dos últimos anos vem colocando em foco a necessidade, cada vez mais flagrante, da ligação das bacias dos rios Ibicuí-Jacuí. Para a grande maioria, o assunto aparenta ser novo. No entanto, já vamos ver, que o enfoque do problema é bem antigo, pois há mais de 130 anos já preocupava nossos parlamentares e setores empresariais dos primeiros anos do segundo império.

No ano de 1846, segundo relata a revista *Egatea*, órgão da Faculdade de Engenharia de Porto

Alegre, em sua edição correspondente a setembro/outubro de 1914, o deputado João Dias de Castro pedia à Assembléia Provincial que se tratasse desse problema, e a mesma corporação legislativa, em Lei de 10 de março do mesmo ano, autorizava o presidente da então província "a mandar levantar a planta e formar o orçamento de um canal que estabeleça a comunicação dos rios Vacacai e Santa Maria, desde o paço da Lagoa, em São Gabriel, até o passo de São Borja, no rio Santa Maria".

Pela lei de 7 de maio do mesmo

ano, o vice-presidente da província, Patrício Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), mandava fazer o levantamento das despesas necessárias à obra, cuja significação sócio-econômica, na época, já se caracterizara notória. O expediente assinado por Corrêa da Câmara, especificava "projetar o melhoramento dos rios Vacacai e Santa Maria, este, desde o lugar em que há de comunicar com o canal projetado e dali, até o rio Uruguai e o Vacacai, desde o Jacuí até o passo da Lagoa, junto à vila de São Gabriel", conforme texto publicado na

revista *Egatea*.

Segundo artigo de Costa Gama, na mesma revista, não faltou no passado a preocupação de se aproveitar nossos principais cursos de água, com vistas à navegação interior.

Parece que a causa determinante de terem nossos antepassados imperiais desistido da ligação dos referidos cursos de água foi o fato de que o gado, base econômica da então província de São Pedro e no estado atrasado de nossa indústria saladeril (charque), não precisava de transporte para chegar às ta-

guas locais onde se vendia o gado para abate nas charqueadas). Por essa razão, nossa população campesina não sentiu a necessidade de promover a construção da importante via líquida.

As autoridades empenharam-se então, pela estrada de ferro, que surgiu em 1874, com a construção da Porto Alegre-Novo Hamburgo, simultaneamente com a decretação pelo Governo Geral da verba de 40 mil contos de réis para a ligação da ferrovia Porto Alegre-Uruçuiana e depois ao porto de Rio Grande.

No ano de 1908, conforme artigo de Costa Gama na citada revista *Egatea*, surgiu, na Câmara dos Deputados, nova proposição para a ligação Jacuí-Ibicuí, "como medida estratégica de transporte a fim de

passar nossa flotilha armada até o rio Uruguai, evitando a navegação pelo salto do Uruguai que muitas vezes não permite a passagem devido ao baixo calado". No entanto, conforme relata o jornalista, "nem a criação bovina e menos ainda a defesa nacional tiveram forças bastante para dar movimento a tão sedutor empreendimento. A agricultura sim, essa abençoada filha de Ceres, será capaz de seduzir, quando menos se espere, um grande estadista ou uma poderosa empresa que se disponha a executar essa obra grandiosa entre as maiores do Rio Grande do Sul contemporâneo", finaliza Costa Gama.

A revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre dizia que em 1846 pensava-se fazer a menor

despesa com o canal de ligação, "que se julgava alcançar com o traçado indicado de São Gabriel ao passo de São Borja, uns 30 quilômetros, acima de Rosário. Esse traçado poderia atingir uns 35 quilômetros de canal inteiramente executável, porque há uma diferença de nível a vencer no rio Vacacai, entrando pela sanga Funda até uma garganta que há nas vizinhanças do morro do Botovi, de 70 a 80 metros.

A água para alimentação desse canal de partilha pode ser obter ou firmando um grande lago nas cabeceiras do rio Vacacai, alguns quilômetros acima das pontes da estrada de ferro, ou então captando-a nas cabeceiras do rio Jaguari, abaixo da estação Suspiro, esta

porém, mais longe e a menos abundante".

Diz a *Egatea*, na já referida edição: "Atualmente, pela conveniência de implantar no coração do estado o paradigma da cultura dos campos de modo racional, que sirva de apanágio de sua civilização verdadeiramente industrial, impõe-se a irrigação sistemática, aproveitando as cabeceiras dos cursos de água que oferecem para esse mister".

Sem dúvida, a interligação dos rios Ibicuí-Jacuí transcende a importância de conotação econômica para se impor como obra de caráter social. Hoje, passados tantos anos, tem-se absoluta convicção que nossos antepassados já estavam certos dessa realidade. ●



Foto tirada nas proximidades do porto de Rotterdam

A PEQUENINA HOLANDA E SUA PUJANÇA ECONÔMICA

A estabilidade econômica da Europa Central é devida, em grande parte, ao bom aproveitamento de seus rios e lagos para o transporte da produção. A Holanda, por exemplo, dispõe de excelentes e econômicas vias

de comunicação aquática com seu interior. O Reno, o mais intensamente navegado do mundo, forma, graças aos melhoramentos efetuados em seu curso, uma via de comunicação de primeira ordem. Este e outros

grandes rios tais como o Mosa e o Waal, não são apenas belos pela paisagem, mas oferecem também, do ponto de vista econômico, excepcionais oportunidades para o transporte de mercadorias entre a Europa

Occidental e Central e o restante do mundo. Mais da metade do transporte de mercadorias no Reno é feito por navios holandeses. A navegação interna da Holanda dispõe de mais de 5.700 km de rios e canais, com boa navegabilidade. ●

O DUQUE DE CAXIAS E A LIGAÇÃO IBICUÍ-JACUÍ



Em junho de 1976 o diretor-presidente da COTRIJUÍ, eng^o agr^o Ruben Ilgenfritz da Silva, dirigiu correspondência ao Presidente e líderes de ambas as bancadas da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, procurando sensibilizar os parlamentares gaúchos para a importância e necessidade de construção da obra. A correspondência, que foi publicada na seção de editorial do COTRIJORNAL que circulou em junho daquele ano, vai reproduzida no espaço a seguir.

Quando, em 1848, o marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o inclícito Duque de Caxias, teve a sensibilidade de prever a transcendental significação sócio-econômica da ligação das bacias Ibicuí e Jacuí, antecipando detalhes fisiográficos da área que os 128 anos que se seguiram vieram confirmar, ele estava mostrando ao Rio Grande do futuro o caminho certo para o seu desenvolvimento global.

Foi a antevisão do estadista, no cérebro do soldado.

A Província mal saíra do decênio heróico. Pobre, paupérrima em estado de falência. Sua economia — uma economia à base do couro, do sebo e do charque — estava combalida pelos longos anos de guerra.

Caxias, que aliava a estratégia bélica à preocupação com o homem e o meio em que o homem vive — daí a consagração de seu nome no altar da história como o Pacificador — previu para o futuro econômico do Rio Grande o aproveitamento racional de sua navegação interior.

É que ele teve a visão do

gaúcho cultivando os campos; campos que, ainda encharcados pelo sangue de 35, brotariam para o futuro do homem em searas de trigo, de soja, de milho, para alimentar os filhos, os netos e os trinotos dos descendentes de Bento Gonçalves, de Onofre à Pires, de Garibaldi, de Domingos de Almeida e dezenas de outros centauros da epopéia Farrapa. E esse trigo, esse soja e esse milho, precisavam de meios físicos para o transporte até os locais de consumo. E o Duque, que não via estradas mas enxergava excelentes vias aquáticas no interior, pressentiu que o futuro do Rio Grande estava na navegação de seus rios.

Ficou, pois, do espírito de 35, uma mensagem de conotação econômica.

Passaram-se 128 anos da previsão de Caxias. As estradas, que não existiam à época do Duque, foram abertas em todas as direções do Rio Grande, formando a rosa-dos-ventos. O homem andou mais rápido. Os campos se encheram de frutos e as perspectivas indicam que as culturas multiplicar-

graus locais, onde se vendia o se-
do cada vez mais, pois o futuro do próprio homem depende das culturas dos campos.

Mas as estradas construídas, que deram maior velocidade ao homem e passaram a garantir o escoamento dos produtos, também estão encarecendo os alimentos do homem. Por extensão, retiram do homem a possibilidade de competir em termos econômicos.

A conclusão que se chega é que Caxias continua com razão, hoje. O Rio Grande do Sul precisa

conscientizar-se dessa realidade. E ninguém melhor do que seus legítimos representantes para conscientizar o estado de que precisamos arregaçar as mangas e enfrentar o Ibicuí-Jacuí, hoje não somente em prol do Rio Grande do Sul e do Brasil, mas também pela integração sócio-econômica da América do Sul.

A matéria jornalística constante da pasta que temos o prazer de oferecer a V. Excia., coletada do "Cotrijornal" e dos principais jor-

nais de Porto Alegre, simboliza o que pode ser qualificado de conscientização do setor cooperativista em prol da reclamada obra de integração sócio-econômica global do nosso estado.

Tão importante quanto o Pólo Petroquímico, que mereceu o esforço e o prestígio da Casa Legislativa tão brilhantemente presidida por V. Excia., a ligação Ibicuí-Jacuí, já suficientemente entendida e reclamada pelas classes produtoras do estado, principalmente as

que se dedicam a importante setorial da agropecuária, esperam o pronunciamento de adesão desse Legislativo.

Antecipando agradecimentos pela atenção que por certo e para honra nossa — será dedicada a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para subscrever-nos, atenciosamente.

RUBEM ILGENFRITZ DA SILVA
— Presidente COTRIJUI



Nas épocas de cheia o rio Ibicuí sai de seu leito natural e invade os campos ribeirinhos, matando gado e destruindo plantações agrícolas. Mas nos períodos de estiagem a terra ressequida mata as pastagens e o gado sofre fome e sede. Quando se pretende construir a ligação Ibicuí-Jacuí, se quer também regularizar o rio para que seja domado, controlado, no inverno, e aproveitado racionalmente no verão.

OS TRANSPORTES EM FUNÇÃO DA ENERGIA

A crise econômica que se faz sentir nos dias atuais, gerada principalmente pelos problemas energéticos, está a exigir profundas modificações na política da maioria, senão, de todos os países carentes de petróleo. No Brasil, é urgente um planejamento cuidadoso e realista nos campos da energia e transportes, sob pena de perdermos totalmente o controle sobre a economia de produção. O ministro Eliseu Resende, dos Transportes, escreveu extenso artigo para a Revista "Legenda", de São Paulo, estampado na edição que circulou em junho último. Tendo em vista a perfeita conotação com os objetivos defendidos pela COTRIJUI, transcrevemos nesta edição do COTRIJORNAL.



Ministro Eliseu Resende

A adversa conjuntura internacional coloca o Brasil em difícil situação no que se refere à sua economia. Foi, ainda, sobre os reflexos de desfavoráveis perspectivas econômicas que se traçaram, com realismo, as diretrizes básicas do governo João Figueiredo, que já declarou guerra a dois agravantes da situação econômica do país: a inflação e o descontrole do balanço de pagamento.

A crise econômica dos dias atuais, gerada principalmente pelos problemas energéticos, relacionados com a elevação dos preços do petróleo e com a expectativa de exaustão das reservas conhecidas, vem ditando às nações novos parâmetros determinantes da política de desenvolvimento, ajustados às necessidades de contenção dos processos inflacionários, que ocorrem as economias, e de equilíbrio dos balanços de pagamento.

Tais condicionantes impõe, particularmente aos países em desenvolvimento e com forte dependência externa de petróleo, medidas sem precedentes de conservação de energias, de austeridade nos gastos públicos, de rigorosa seletividade nos investimentos governamentais e de procura de máxima eficiência no uso da infra-estrutura existente. Os transportes, essenciais a qualquer processo produtivo, vem sendo diretamente envolvido nessa problemática, pois respondem por mais da metade do conjunto global de derivados do petróleo no país e requerem, para manutenção e ampliação de sua infra-estrutura, substanciais parcelas dos investimentos públicos.

Assim, a política nacional dos transportes, no governo do presidente João Figueiredo, estará intimamente associada à política energética e se fundamentará em critérios rígidos de racionalização de investimentos. ➔

Diante desse quadro energético, é urgente que se tomem medidas para que os meios de transporte de menor consumo de energia se qualifiquem na preferência dos usuários, assim como no sentido de que as formas de energia decorrentes de fontes renováveis, particularmente a energia elétrica, e a bioenergia, sejam utilizadas, sempre que possível, em substituição ao consumo de derivados de petróleo. A maior poupança possível no consumo desses derivados deve ser alcançada, em cada meio de transporte, mediante a reunião de pessoas e cargas a serem deslocadas, de modo a minimizar-se a utilização ociosa e improdutiva dos veículos.

Somente a racionalização dos investimentos, evitando a pulverização dos recursos financeiros disponíveis, aplicados de forma concentrada nos transportes, segundo projetos clarividentes e orientados pelo bom senso, pode mudar os rumos de nossa marcha acelerada em direção ao caos, nesse setor.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

No que diz respeito aos transportes de carga, as prioridades precisam ser relacionadas aos investimentos voltados para os programas de exportação, compreendendo a implantação de estradas vicinais, alimentadoras dos grandes eixos rodoviários, hidroviários e ferroviários, a serem também aperfeiçoados, de modo a obter-se rápida convergência dos fluxos nos portos. A estruturação física dos "corredores de exportação" deve estar associada à estrutura da produção e a uma adequada rede de armazéns, silos e pátios de es-

A ligação Jacuí-Ibicuí pode ser o começo do que se constituiria numa interligação Atlântico-Pacífico a longo prazo, pelo centro da América do Sul, apesar da Cordilheira dos Andes.

tocagem. No planejamento de estradas vicinais, a melhor forma de conseguir bons resultados seria captando, principalmente, os excedentes de produção que já se verificam em áreas desprovidas de meios eficientes de transporte. Deve ser levada em conta, também, a expansão das fronteiras agrícolas, mediante a implantação de estradas vicinais pioneiras, promotoras de acesso a regiões férteis e de grande potencial produtivo.

Os programas de aperfeiçoamento das ferrovias e dos portos, bem como a da Marinha Mercante, precisam ser desenvolvidos de acordo com os objetivos primordiais de incremento de nossas exportações agrícolas. Mas, terão presentes, ainda, a evolução do mercado mundial de minério de ferro, a expansão do parque siderúrgico do país e as crescentes necessidades de transportes dos derivados do petróleo e da indústria de cimento.

É necessário que o Brasil intensifique seu comércio exterior e se prepare, particularmente, para competir no distante mercado do Extremo Oriente. Para isso, é importante, para a redução dos fretes

marítimos, o uso de graneleiros combinados de maior porte, que possam levar dos portos brasileiros muitas toneladas de minério de ferro e grãos agrícolas, voltando com carga de retorno. Esse tipo de operação exige a modernização de trechos ferroviários dos "corredores", a ampliação de sistemas de armazenagem e estocagem, a instalação de terminais para recebimento de carvão e o aumento de calado de alguns portos para carregamento de produtos agrícolas em navios combinados de grande porte.

TRANSPORTE INTERMODAL

Antes de mais nada, para o atendimento aos fluxos de produção, deve-se recorrer, em cada caso, ao meio de transporte mais econômico, em função das distância e da natureza de carga. É imprescindível uma preocupação com a integração das diferentes modalidades, de forma a alcançar o máximo rendimento que todo o sistema seja capaz de propiciar. Esse objetivo não deve desligar-se do estímulo de processo de utilização de cargas gerais e de transferências in-

termodais, nas combinações rodoviárias e rodohidroviárias.

As medidas de valorização da cabotagem e da navegação interior devem prosseguir, através de providências a serem adotadas nos portos e de sua melhor articulação com os outros meios de transporte. Atenção maior não pode deixar de ser dedicada ao estabelecimento da operação integrada da cabotagem com o transporte rodoviário, de forma a alcançar-se a solução mais econômica e flexível para os deslocamentos paralelos ao litoral brasileiro.

Quanto ao transporte de passageiros, as atenções do Ministério devem voltar-se, primordialmente, para o equacionamento dos crescentes programas de circulação urbana e suburbana. Esforços não podem ser poupados no sentido de se incrementar o incentivo ao transporte coletivo, concomitantemente a um gradual desestímulo ao transporte individual em automóveis de passeio. Qualquer programa deve considerar prioritariamente às regiões metropolitanas, mas se estender, também, às cidades de porte médio, a fim de diminuir a concentração nas metrópoles.

MINISTRO DOS TRANSPORTES VÊ IMPORTÂNCIA NA LIGAÇÃO DAS BACIAS IBICUÍ E JACUÍ

O ministro dos Transportes, Eliseu Resende, ouvido em Brasília pelo repórter Ariosto Teixeira, da Agência COOJORNAL, ainda que não arrisque fazer previsões objetivas sobre a obra, diz que a ligação Ibicuí-Jacuí, terá que ser construída. Enfatizou que o país precisa enfrentar essa realidade, e é melhor que seja no mais curto prazo possível.

Disse que o "problema é que nem todos os rios brasileiros acompanham o fluxo da produção. Mas este não é o caso das bacias do Jacuí e do Ibicuí. Eles estão dentro de regiões produtivas, por isso justificam o investimento".

A construção do canal de ligação é importante, na opinião do ministro, na medida em que unirá o rio Uruguai ao porto de Rio Grande e, desta forma, também o interior do estado, principalmente suas áreas de produção agrícola — trigo e soja — e da produção pecuária.

MAIS RIQUEZA PARA OS PRODUTORES

Afirma o ministro Eliseu Resende que o impacto social e econômico para o estado será muito

grande. Segundo ele, quando o canal estiver operando, o custo do frete da produção sofrerá uma redução substancial, gerando, conseqüentemente, mais riqueza para os produtores e fazendo com que essa riqueza chegue a preços mais acessíveis à mesa do consumidor brasileiro ou aos mercados internacionais.

O círculo se fecha na medida em que a geração de mais riqueza proporciona também mais empregos e maiores ganhos para os trabalhadores.

É PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO

A preocupação do Governo, agora, conforme Eliseu Resende, é apressar os estudos sobre o empreendimento e, de imediato, concluir as obras de regularização dos rios Jacuí — até o porto de Cachoeira do Sul — e do Taquari, até o porto de Estrela.

O ministro relatou ainda que a PORTOBRÁS está fazendo estudos mais aprofundados para quantificar as reais necessidades da construção do canal de ligação e identificar o "ano-ótimo", dos investimentos; is-

to é, o momento adequado para se dar início as obras e obter dos investimentos o máximo de benefícios.

O CONGRESSO DE 20 DE SETEMBRO EM ITAQUI

Esses estudos, ainda de forma preliminar, poderão ser apresentados dia 20 de setembro, em Itaqui, durante o Congresso que discutirá a necessidade da ligação, inclusive com a presença do próprio ministro dos Transportes e talvez até do presidente João Baptista Figueiredo.

Os técnicos da PORTOBRÁS, estão fazendo uma série de estudos sobre vias navegáveis, explicou Eliseu Resende, e são esses estudos que vão determinar quanto custará e quando começaremos a obra.

É bom lembrar sempre que a regularização de hidrovias e a feitura de canais exigem investimentos elevados e são sempre projetos que têm maturação a longo prazo. Apenas com a regularização dos rios Jacuí e Taquari, serão gastos cerca de dois bilhões de cruzeiros.

PRECISAMOS CONCRETIZAR A LIGAÇÃO IBICUÍ-JACUÍ

Desde os idos de 1843, através da palavra de Luiz Alves de Lima e Silva — o Duque de Caxias, que se começou a falar na viabilidade de ligação das bacias dos rios Ibicuí e Jacuí. Referida ligação, se concretizada, estabelecerá uma via hídrica de intercomunicação interiorizante da campanha gaúcha com o litoral e vice-versa.

Hoje, mais do que nunca, em face principalmente dos problemas que passamos a enfrentar com os aumentos constantes do preço do petróleo e seus derivados, é chegada a hora de enfrentarmos essa grande obra.

IBICUÍ-JACUÍ E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA URUGUAI-PARANÁ-PARAGUAI

Ao ser resolvida a participação da COTRIJUI, adquirindo o espaço de um estande de amostras no pavilhão do II Congresso de Ligação das Bacias Ibicuí-Jacuí, e decidido que o COTRIJORNAL circularia com uma edição extra em homenagem ao conclave, ficou deliberado que se entrevistaria o senhor governador do Estado, a respeito do importante assunto. A seguir, as declarações do sr. José Augusto Amaral de Souza.

Ao apresentarmos a política de desenvolvimento para o período 1979-82, dedicamos especial atenção ao problema do súbito encarecimento do petróleo e seus derivados. E lembramos, naquela documento, que por dispor o Rio Grande do Sul de fértil dotação de vias naturais, o sistema de transporte hidroviário serviu para apoiar um intenso fluxo de mercadorias para dentro e fora de nossas fronteiras. Nosso potencial hidroviário é estimado em 4.600 km, 1.600 dos quais estão em uso. Esta extensão representa cerca de 28% da rede asfaltada e apenas 9,8% da rede federal e estadual tomada em seu conjunto. O fato de só se estar utilizando 35% do potencial navegável do território rio-grandense encontra boa parte de sua explicação em problemas técnicos e no vulto dos recursos necessários para aumentar essa utilização. Esta é uma questão essencial para abordagem, pois torna obrigatória a análise de alternativas, mesmo considerando os usos múltiplos das obras propostas. E uma das alternativas principais é a concretização da hidrovía Ibicuí-Jacuí e a sua integração ao sistema Uruguai-Paraná-Paraguai. Convém salientar que tal integração começa a se

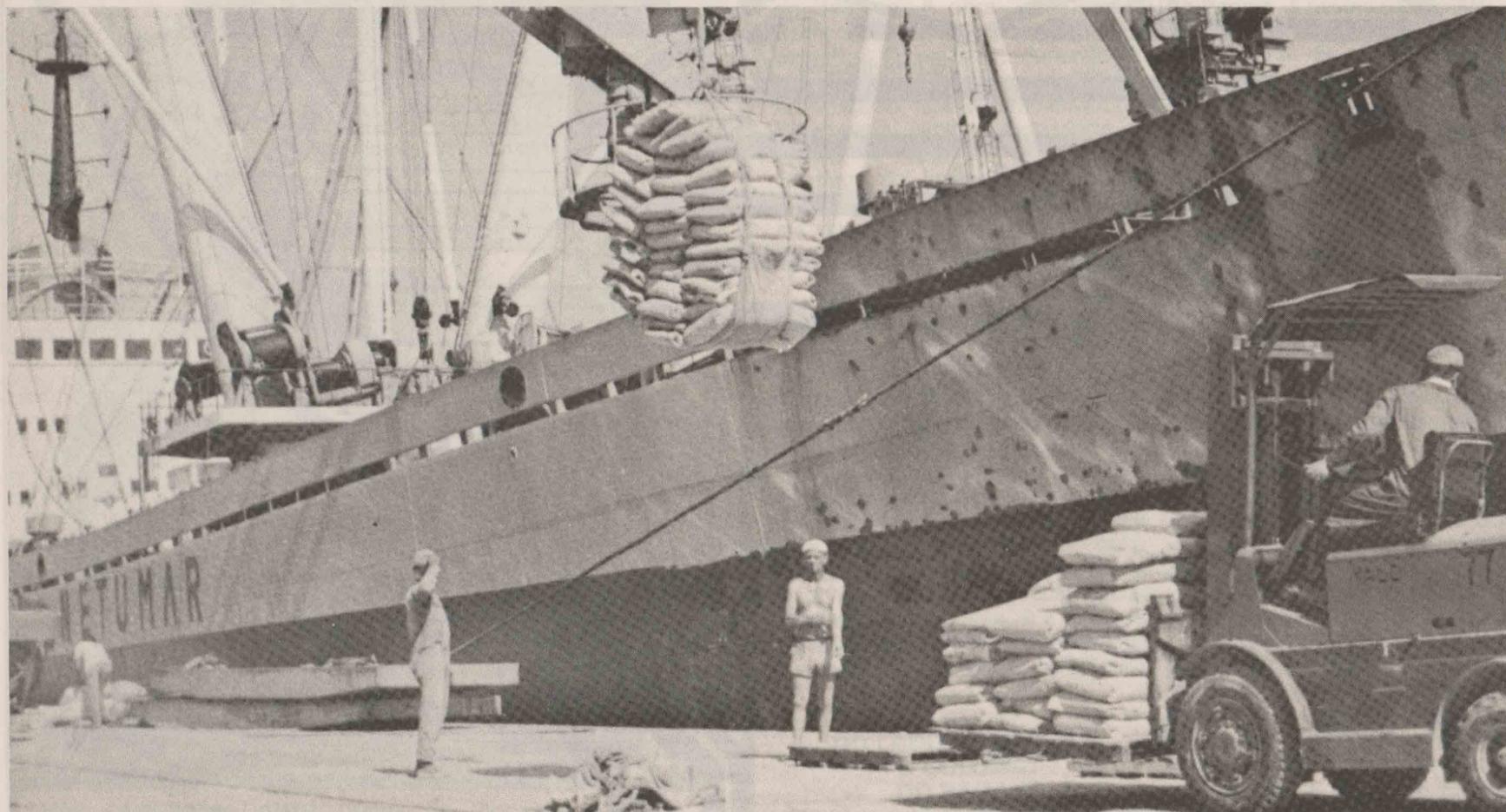
concretizar ainda este ano, quando Argentina e Uruguai, nossos irmãos do Prata, inaugurarem a Barragem de Salto Grande, que está em fase final de construção acima das cidades de Salto e Concórdia. As obras de navegação permitirão que a Região do Vale do Rio Uruguai e a sua zona de influência, que vai da Barra do Quaraí até Iraí, fique ligada ao estuário do Rio da Prata. Daí, pelos rios Paraná e Paraguai, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficarão ligados, por uma via navegável, aos Estados do Paraná (Foz do Iguaçu), Mato Grosso do Sul (Corumbá) e Mato Grosso do Norte (Cáceres e Cuiabá). Diríamos, então, que o II Congresso da Ligação das Bacias dos Rios Ibicuí-Jacuí, a ser realizado neste mês de setembro, em Itaqui, paralelamente ao I Congresso dos Municípios Brasileiros da Região do Rio Uruguai e à I Exposição Agroindustrial dos Municípios Brasileiros da Região do Rio Uruguai e à I Exposição Agroindustrial dos Municípios Brasileiros da Região do Rio Uruguai, cresce em importância na medida em que assuntos de tanta relevância estarão sendo analisados e discutidos à luz de estudos já realizados. Por outro lado, é ine-

gável que, mesmo após 133 anos, continuam atuais as observações do patriota Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, segundo as quais todo o interior da então Província poderia ser navegável se fosse estabelecida a comunicação, por meio de um canal, dos rios Ibicuí e Jacuí.

COTRIJORNAL — Sabe muito bem V. Exa. que nossa produção primária compete, a nível de lavoura, com as produções dos países mais desenvolvidos do mundo em que é transportada. É claro. O problema é o elevado custo de nossos transportes rodoviários. Bastaria dizer que o custo de uma tonelada de soja, por exemplo, desde a região de Ijuí até o porto de Rio Grande, cuja distância é de pouco mais de 500 quilômetros, é igual ao custo da tonelada do produto via marítima, desde Rio Grande até os portos do Mercado Comum Europeu. Essa disparidade nos custos do produto, motivada pela problemática dos transportes, nos coloca cada vez em posição mais difícil em face a nossos concorrentes internacionais. Em vista do exposto, solicitamos a V. Exa. que discorra sobre o assunto.

AMARAL DE SOUZA — O problema existe, realmente, mas

UMA VISÃO RARA EM NOSSA PAISAGEM



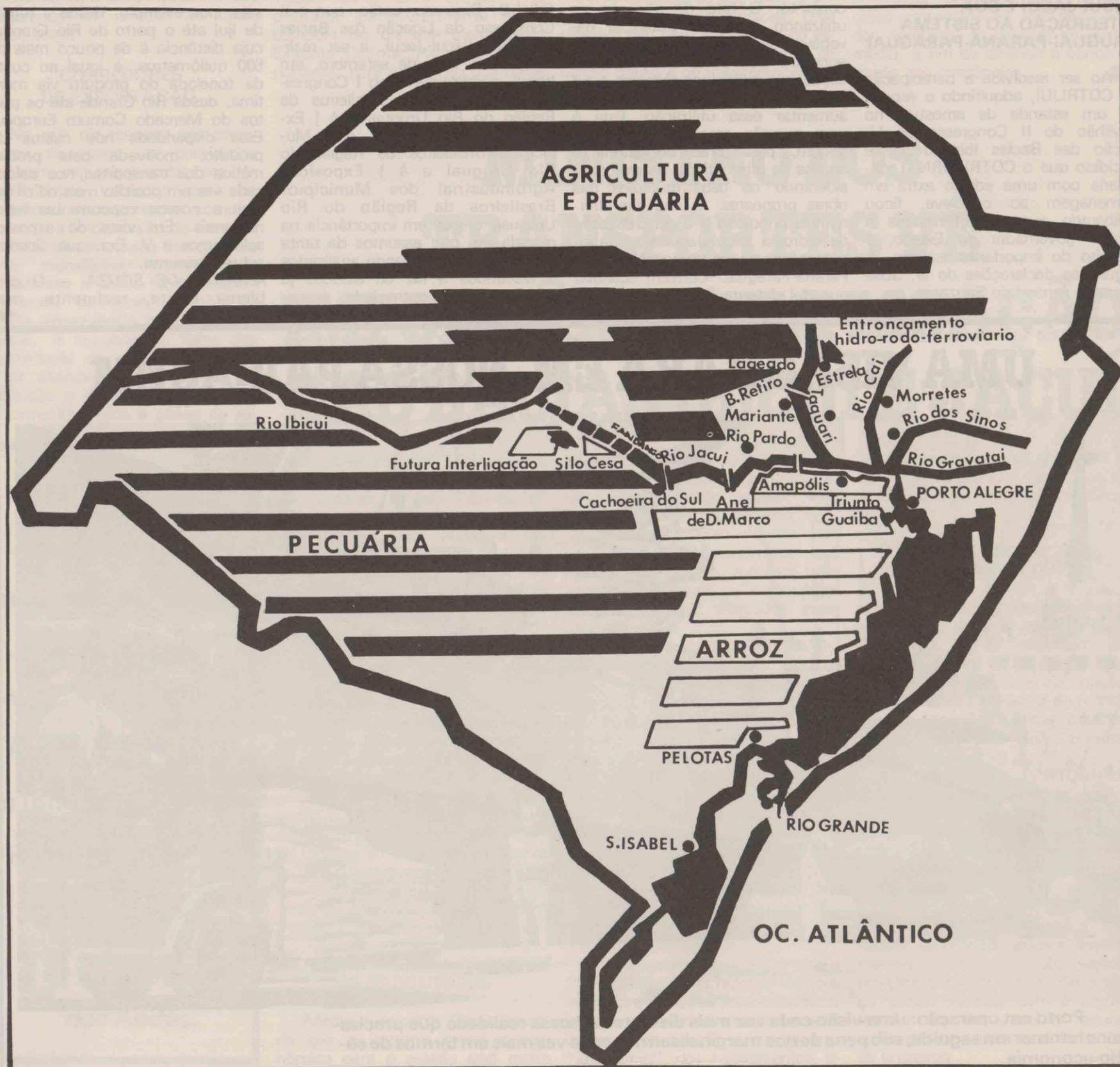
Porto em operação: uma visão cada vez mais distante de nossa realidade que precisamos retomar em seguida, sob pena de nos marginalisarmos cada vez mais em termos de sócio-economia.

preferimos encará-lo com otimismo. Diríamos então que os setores primário, secundário e terciário prosseguem em ritmo de constante expansão, deslançando para novos patamares de produção e produtividade. Por outro lado, tanto em termos de alternativas como em termos de complementaridade, é imprescindível ver nosso sistema de transporte como um todo — como oferta de serviços — em confronto à demanda também como um todo, ou seja, em sua conformação de volumes e tipos de cargas, e de suas origens e destinos. E mesmo com a nova realidade imposta — a do combustível caro — é preciso não esquecer que há especificações a respeitar de cada tipo de transporte. O Rio Grande do Sul conta, atualmente, com cerca de 180 mil km de estradas, dos quais 5.700 são asfaltados. Sobre o transporte hidroviário já nos referimos linhas acima. E sobre o transporte ferroviário, observamos que perdeu posição quanto à extensão e quanto à qualidade dos serviços, parte

por sua defasagem técnica, parte pelos recursos que envolveria sua atualização. Sua extensão de 3.400 km representa 48% da rodovia pavimentada e tão só 21% da rede estadual e federal no Rio Grande do Sul. Para responder com maior abrangência esta pergunta do COTRIJORNAL, então, valemo-nos novamente da política de desenvolvimento do Estado, quando fixamos 13 objetivos a serem perseguidos no quadriênio, ressaltando, a propósito, que em que pese a escassez de recursos e o custo dos investimentos em infra-estrutura de transporte, é preciso o máximo de empenho para dar prosseguimento aos programas em execução, re- vendo aspectos e prioridades que as circunstâncias determinarem. Os objetivos são: 1) aprimorar a visão sistêmica para o setor, vendo-o em sua peculiar condição de prestação de um único tipo de serviço econômico; 2) aprofundar o exame de adequabilidade intermodal para médio e longo prazos, tendo em vista a necessidade de redução dos

custos de transporte; 3) dar prosseguimento ao plano rodoviário do Estado, de 699 km de implantação de novos trechos e de 537 km de pavimentação, beneficiando, diretamente, cerca de 40 municípios; 4) melhorar, através da pavimentação, retificação ou consolidação, as ligações de 42 sedes municipais às malhas rodoviárias federal e estadual; 5) reforçar o sistema de estradas alimentadoras com a construção de 4 mil km de novas rodovias, melhoramento em mais 5 mil km na malha existente e construção de 8 mil metros de obras de arte especiais; 6) continuar os trabalhos de manutenção, balizamento, dragagem, derrocamento das vias navegáveis do Estado; 7) implementar os investimentos necessários para ampliar a capacidade hidroviária, considerando os projetos em andamento, as complementaridades intermodais e as conveniências em termo de sistema de transporte; 8) coadjuvar o Governo Federal quanto ao transporte ferroviário no empenho de

sua modernização e elevação de sua eficiência; 9) concentrar esforços na pavimentação, manutenção e reaparelhamento de aeroportos, de modo a elevar a segurança de seus usuários, com acréscimo de 180 mil m² de pista e área de estacionamento; 10) construir 900 m² de terminais de passageiros em pontos especiais do Estado; 11) proceder a terraplenagem de aeroportos do interior do Estado; 12) investir em aeroportos de centros turísticos; e 13) dar apoio financeiro a entidades aerodesportivas e apoiar a renovação da frota de aeronaves e de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de aeroportos. cremos que com a adoção destas medidas estaremos atacando o problema de frente e minimizando-o, e concluímos — num enfoque otimista, consentâneo com a operosidade do povo gaúcho — que, apesar de alguns fenômenos conjunturais e setoriais desfavoráveis, a economia sul-riograndense ostenta extraordinárias potencialidades de crescimento. ●



INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

O secretário da Administração do Estado, economista Olímpio Tabajara, é estudioso do sistema hídrico brasileiro e sul-americano. A reportagem a seguir foi baseada numa palestra do citado especialista no município de Itaqui, proferida a 19 de março de 1966, no Rotary Clube daquela cidade. Ressaltada a importância sócio-econômica de obra nesse sentido, há ainda a se destacar a significação dessa integração no que se refere à amizade continental, que se solidificaria através de um intercâmbio turístico verdadeiramente interiorizante.

Na palestra, Olímpio Tabajara analisou a interiorização de nossa navegação e sua interconexão com as repúblicas vizinhas — Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia — pela perspectiva do transporte, da energia elétrica, da irrigação, do reflorestamento, da colonização, da disponibilidade de água potável e industrial, da demografia e da recreação e do turismo.

Sem dúvida, a intenção do conferencista foi provar que a dinâmica dos rios não ocorre apenas em relação a sua presença física de estrada que anda, mas que seus

efeitos dinâmicos são sucessivos. E mais: tudo o que se projeta e constrói tendo como elemento o rio, sofre de efeito multiplicador.

IBICUÍ-JACUÍ SERIA APENAS UM COMEÇO

O conjunto de obras que se poderá realizar através de etapas sucessivas, a partir da ligação Ibicuí-Jacuí, prevê o aproveitamento do rio Uruguai para a navegação e geração energética, conforme se pode observar a seguir: a barragem do Salto Grande, a ser construída em Ayuí, a montante de Salto, na República Oriental do Uruguai e Concórdia, na Argentina, poderá se constituir no primeiro elo de uma grande hidrovia transcontinental.

A geração de Salto Grande, segundo Olímpio Tabajara, oferecerá uma média anual de 7,3 milhões de kWh, com o que influenciará a totalidade do território do Uruguai e a região mais densamente povoada da Argentina.

O CANAL DE AGUAPEY E O LAGO IBERÁ

O potencial energético de Salto

Grande, a navegação e utilização do canal do rio Uruguai para a irrigação e demais fins industriais, agrícolas e pastoris, deixarão de sofrer os efeitos das estiagens. As obras construídas retificariam os cursos dos rios, regulando as correntes.

Um exemplo claro é mostrado pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai. Enquanto este último se encontra em águas médias ou mínimas, de novembro a março, aquele outro detém seu nível com águas médias ou máximas. Assim, para o melhor aproveitamento de Salto Grande, e do rio Uruguai, se poderá desviar parte do caudal do Paraná para o leito do Uruguai através do canal do Aguapey ou de um lago regulador em Iberá. Isso seria possível pela canalização do rio Aguapey e a construção de barragem em Apipé, no rio Paraná, com potencial de 3.200.000 KW.

O canal de Aguapey teria dupla e importante atribuição. Ligaria diretamente a região sul do continente, interligando por via líquida todos os países como também a vasta região do Esteros do Iberá, entre as províncias argentinas de Corrientes e Misiones.

CANAL DO RIO BERMEJO

Outra obra hidrográfica de real significação no que tange a integração sul-americana é o canal do rio Bermejo. A obra compreende dois canais de múltiplo aproveitamento. O primeiro, denominado lateral del rio Bermejo, com 730 km de extensão, ligando Embarcación a Resistencia, capital da província do Chaco. O segundo, denominado Santiago del Estero, com a extensão de 1.100 km, desemboca ao sul da cidade de Santa Fé, no rio Paraná.

As obras do rio Bermejo, sem considerar os diques internacionais projetados no alto Bermejo e no Tarifa, produzirão 3.074.000.000 de KW/ano; permitirão a irrigação de 1 milhão e quinhentos mil hectares, incrementarão a exploração das riquezas minerais influenciando diretamente as províncias argentinas de Formosa, Chaco, Jujuy, Salta, Santa Fé e Santiago del Estero, abrangendo 648 mil quilômetros quadrados de áreas férteis para a agricultura e pecuária, cujo problema maior, hoje, é a escassez de água no verão e as enchentes destruidoras nas épocas de inverno.

DO LADO BRASILEIRO, O COLOSSO DO PARANÁ

No que se refere ao Brasil, a situação é a seguinte: a hoje extinta Comissão Interestadual das

Bacias Paraná-Uruguai (CIBPU), órgão que tinha a finalidade de planejamento de sete estados brasileiros, realizou estudos múltiplos de aproveitamento da Bacia do Paraná e sua transposição para as Bacias do Paraguai e do Amazonas.

O problema fundamental para a transposição do Baixo e Médio ao Alto Paraná, reside no Salto das Sete Quedas. Mas a solução dar-se-á através das obras já em fase de execução do complexo Itaipu, já em andamento e a barragem de Paranayara, situada a 90 quilômetros a montante de Sete Quedas.

Paranayara terá volume acumulado de 223 bilhões de metros cúbicos, inundará 14.800 quilômetros quadrados, permitindo a plena navegação em 390 quilômetros do rio Paraná, 250 quilômetros do rio Ivaí, 240 quilômetros do rio Ivinhema, 210 quilômetros do rio Paranapanema e 74 quilômetros do rio Pardo.

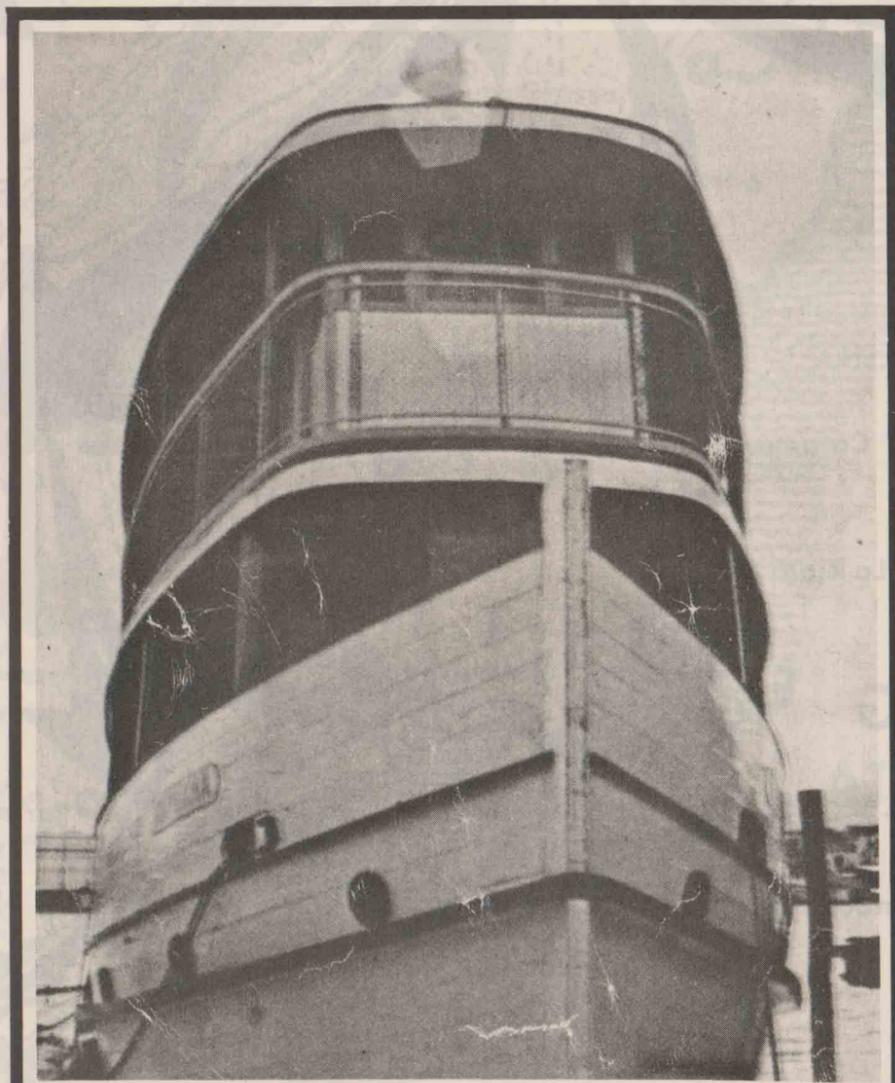
USINA DE ITAIPU

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, está sendo construída a 14 quilômetros da ponte internacional Brasil-Paraguai. Com um desenvolvimento total de 8,5 quilômetros ao longo de seu eixo, o projeto constitui-se de barragens e diques, no que se constituirá em importante impulso à regularização do Paraná à navegação fluvial.

Os projetos de Paranayara, Jupia, Ilha Solteira (estes dois formando o complexo do Urubupungá, já concluídos), Canal de São Simão, no Parnaíba, e mais Itaipu, foram orientados no sentido da formação de Patamares sucessivos, permitindo, através de eclusas e da Barragem da Cachoeira Dourada (no Parnaíba); um estirão navegável desde Guaíra, em Sete Quedas, até Itumbiara, a apenas 350 quilômetros de Brasília, numa extensão contínua de 1.200 quilômetros.

Concluída essa fase de interconexão, segundo a tese do economista Olímpio Tabajara, teremos interligadas as capitais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai por hidrovias e mais a Bolívia e o Chile, através de coordenação ferroviária, no que se constituirá numa verdadeira comunhão física sul-americana.

Com a conclusão das obras de retificação do Tietê, capital de São Paulo ficará ligada ao rio Paraná. Com as obras (algumas já em execução) dos rios, Paranapanema, Ivaí, Pequeri Grande e Parnaíba, completar-se-á outro elo da gigantesca hidrovia, corrigindo assim as regularizações das descargas do rio Paraná e permitindo as obras, já em execução, do maior



Uma casa-barco num porto do Tapajós. Graças ao aproveitamento dos rios, a pobreza do norte-nordeste não alcança os limites da desgraça.

Projeto energético do mundo, na atualidade, que é Itaipu.

BACIA AMAZÔNICA

A ligação das Bacias do Paraguai e do Amazonas será um passo fundamental na interligação sul-americana, pela ligação direta de todos os países do Continente. Para esse objetivo, diversas ligações podem ser propostas, a saber:

Ligação Jauru-Guaporé: rio Paraguai — rio Jauru, rio Aguapey — Canal Intermediário — rio Alegre — rio Guaporé e rio Mamoré — rio Amazonas, numa extensão de 3.390 km até a foz deste.

Ligação Jauru—Guaporé—Juruema: rio Paraguai—Superior—rio Santana—Canal Intermediário—rio Preto, rio Arinos, rio Tapajós, rio

Amazonas, com 2.120 km de extensão.

Ligação Cuiabá—Arinos: rio Paraguai, rio cuiabá, ribeirão da Serragem, (ribeirão dos Nobres); Canal Intermediário. Ribeirão do Estivado, rio Arinos, rio Tapajós, rio Amazonas, com 2.420 km de extensão.

Ligações São Lourenço—Mortes: rio Paraguai, rio Cuiabá, rio São Lourenço, Canal Intermediário—rio

Manso (ou das Mortes). Rio das Mortes, rio Araguaia, rio Tocantins, foz do Amazonas, com 2.660 km de extensão.

Ligação São Lourenço—rio das Garças: rio Paraguai, rio Cuiabá, rio Lourenço, rio Poguba, rio Cogueian — Canal Intermediário — rio das Garças, rio Araguaia, rio Tocantins, rio Amazonas, com 3.060 km de extensão.

Ligação Taquari—Araguaia: rio Paraguai, rio Taquari, córrego do Totó — Canal Intermediário — (águas emendadas), ribeirão do Sapó, rio Araguaia, rio Tocantins, foz do Amazonas, com 2.930 km de extensão.

As ligações primeira, segunda e sexta, constam do Plano Nacional de Viação, em tramitação pela Câmara dos Deputados. As ligações terceira,

quarta e quinta são clássicas e foram utilizadas no passado. E a ligação oitava foi estudada pela Comissão Interestadual das Bacias Paraná-Uruguaí.

O mar de referência, as distâncias entre Corumbá, no Mato Grosso, junto à fronteira com o Paraguai e o porto de Belém do Pará, com as ligações citadas serão: Jauru—Guaporé, 4.500 km; Jauru-Guaporé-Juruema, 3.340

km; Paraguai-Arinos, 3.400 km; Cuiabá-Arinos, 3.400 km; São Lourenço-Arinos, 2.850 km; São Lourenço-Garças, 3.290 km; Taquari-Araguaia, 2.950 km.

De Corumbá ao estuário do Prata, distam 2.400 km. Com exceção da ligação Taquari-Araguaia, praticamente todas as demais necessitam de mais amplo levantamento hidrológico, topográfico, etc.

A conquista das imensas regiões banhadas pela Bacia Amazônica e as riquezas do solo e subsolo, conhecidas e desconhecidas, existentes na mesma, justifica plenamente sob o aspecto econômico, seu múltiplo aproveitamento. Basta ver o que seria a calha coletora de riquezas do Paraná-Pardo-Coxim-Taquari-Tocantins-Paraguai-Araguaia, ao porto de Belém do Pará, e vice-versa.

A ligação do rio Tocantins-Sono Preto-São Francisco, poderia estabelecer, por outro lado, outro elo da região Centro-Sul e Nordeste do Brasil com a Bacia Amazônica e os demais países sul-americanos.

Através do rio Negro, pelo canal natural de Cassiquiri, a Bacia ficaria ligada à do Orinoco, numa extensão navegável de 3.000 km da foz do Amazonas ao mar das Antilhas, integrando assim a Venezuela e a Colômbia.

A Bolívia, com seus 19.312 km de rios e lagos navegáveis, com seus portos nos rios Acre, Madeira e Paraguai, através de coordenação rodoferroviária, atingiria o lago Titicaca, dando por sua vez ao Peru, uma outra via de comunicação. Além do mais, com a recuperação da imensa e riquíssima região dos Pantanais, poderia obter condições excepcionais para a agropecuária. Só a drenagem de Otúquis lhe proporcionaria mais de 100 mil hectares de terras férteis.

O Peru, já integrado à Bacia Amazônica através do Marañón, Ucayal, Urubunba e outros, formam uma rede navegável de 5.805 km, dos quais faz parte o Madre de Dios, que se interna na Bolívia, Iquitos — porto fluvial do rio Marañón — dista 3.700 km da foz do Amazonas.

O Paraguai, bem como a Bolívia, encontrariam no porto de Belém, um novo escoadouro de suas riquezas, e as possibilidades de mais amplo intercâmbio com o Atlântico.

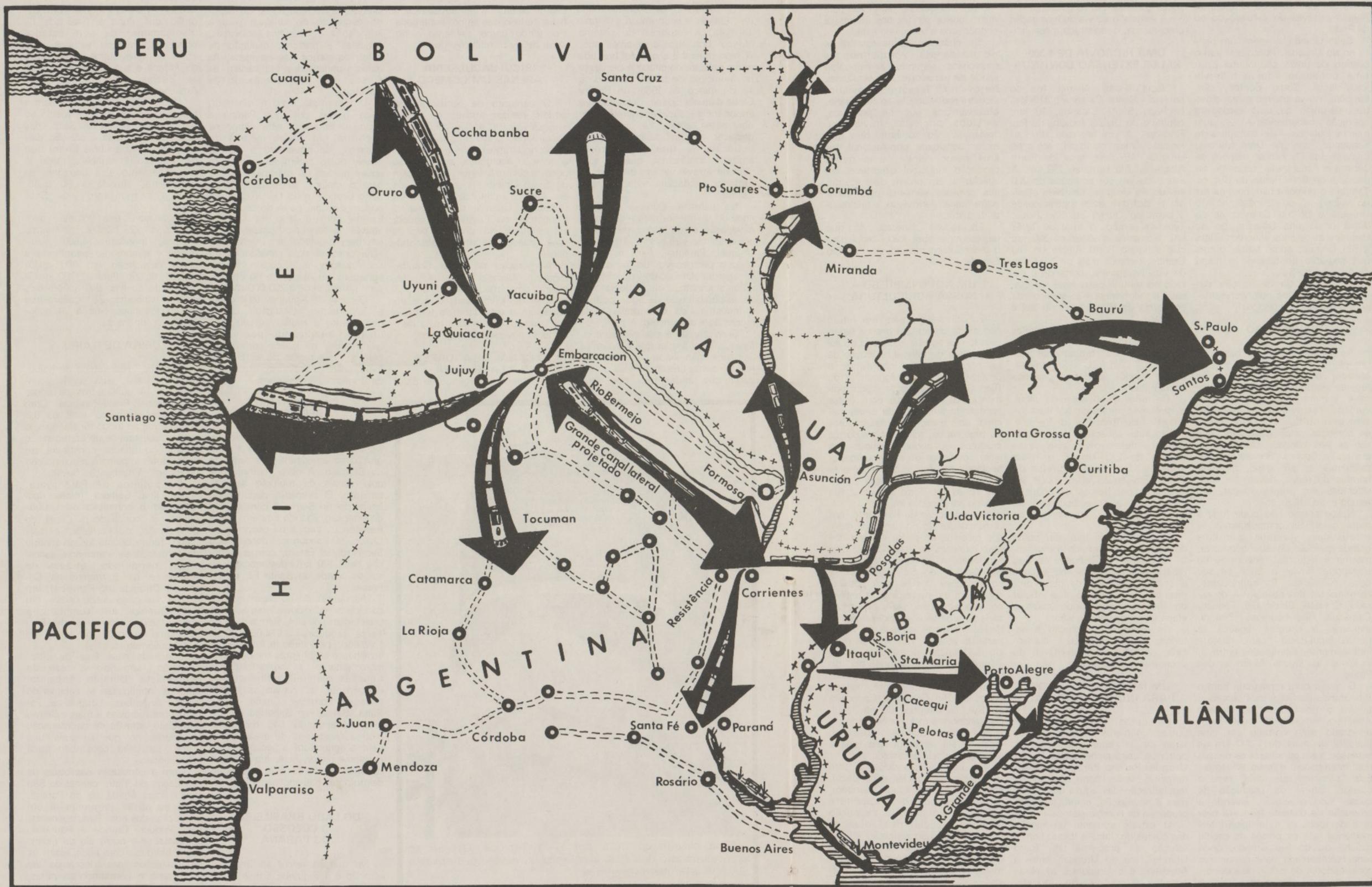
Na drenagem de suas regiões inundadas, como na Bolívia e no Brasil, encontraria uma prodigiosa perspectiva agropastoril, capaz de acelerar o ritmo de seu desenvolvimento.

A BACIA DO ORINOCO

A Bacia do Orinoco, através do Meta, do Arguça, do Apure, completaria com o Negro e o Canal de Cassiquiri, o último elo dessa grande hidrovia sul-americana.

As riquezas minerais dos Andes desceriam, desta maneira, através das imensas artérias desses rios para as planícies e planaltos da Sul-América; concretizar-se-ia a simbiose perfeita da economia continental, através das trocas de produtos manufaturados, matérias-primas e agropastoris, permitindo-se, através da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento de cada região, dentro do mais alto padrão de produtividade e bem-estar.

Lago-Mirim-Patos-Jacuí-Ibicuí-Salto Grande-Aguapey-Vermelho-Paraná-Paraguai-Amazonas-Cassiquiri-Orinoco, são pontos isolados. Mas, em conjunto, são traços de união, estáveis e permanentes, de uma vastíssima e grandiosa operação da Sul-América, que deverão, irremediavelmente, pontilhar o mapa do Continente, traduzindo os perenes e fortes laços que integrarão os povos americanos, cimentados pelo ideal comum.



NOVA ERA PARA O DESENVOLVIMENTO

A matéria a seguir é uma síntese de diversos trabalhos sobre a significação da ligação Ibicuí-Jacuí, fornecidos ao COTRIJORNAL pelo engenheiro Homero Molina, superintendente da HSUL, no estado.

Um dos maiores problemas brasileiros e sul-americanos, é a ligação fluvial do Uruguai, ao Guaíba, através da ligação do rio Ibicuí ao Jacuí. Esta ligação diz respeito ao Rio Grande do Sul, em especial. Entretanto, através de uma visão global, vê-se a interconexão que a mesma apresenta num sentido nacional e continental.

O objetivo não é só assegurar uma via navegável plena, mas estabelecer as bases de aproveitamento de múltiplas finalidades, visando obter o máximo rendimento do empreendimento, através da geração de energia elétrica, navegação interior, irrigação, abastecimento de água às populações ribeirinhas, controle de cheias, recuperação de áreas alagadas para a agricultura e pecuária; piscicultura e recreação. Para tal, é necessário regularizar os rios.

Regularizar os rios é administrar em termos grandes, com sentido de clareza. Norte-americanos e canadenses se uniram e domaram o rio São Lourenço. Oito nações firmaram o pacto para regularizar o rio Índus, na Índia e no Paquistão, para servir a política de elevação dos padrões econômicos e sociais das áreas ribeiras. A Alemanha, a França, Holanda, a Rússia, estão sempre executando novos planos de retificação de rios e lagos, de união de bacias e de abertura de novos canais.

Regularizar o Ibicuí, o Vacacai e o Jacuí, posteriormente o Uruguai, será o capítulo inicial de uma nova era de desenvolvimento para o Brasil e da grande revolução econômica e social do Rio Grande do Sul, especialmente da fronteira oeste do estado, um marco de integração americana, o fator de recuperação do homem, fixando-o à terra, valorizando seu trabalho, elevando seu padrão de vida, possibilitando uma justa distribuição de riquezas e de rendas, através de uma maior produção, um melhor rendimento, uma mais alta produtividade e igualdade de oportunidades e de direitos. Será a total integração em sentido nacional, muito além das fronteiras do Rio Grande do Sul.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

O sentido nacional dar-se-á, tendo como traço-de-união, a ligação dos rios Uruguai, ao Paraná-Paraguai. A obra de Salto Grande, entre a cidade argentina de Concordia e de Salto, no Uruguai, é o ponto fundamental, imediato, cuja concretização removerá o único

obstáculo da união do Uruguai ao Paraná, através do estuário do rio da Prata.

Salto Grande, é assim, um ponto no rio Uruguai. Ponto que tem o sentido de união continental e íntima conexão com a hidrovia Ibicuí-Jacuí. Como pontos, são, também, no vastíssimo e grandioso traço-de-união de uma verdadeira operação panamericana — com marcos isolados — as barragens do Fandango, anel de Dom Marcos, Itaipava dos Carvalhos, Itaipava da Jacinta e Amarópolis, todos no rio Jacuí; a de Bom Retiro do Sul, no Taquari; a primeira barragem na foz do Ibicuí; a do estreito do rio Uruguai e do rio Canoas; as da Jupia e da Ilha Solteira, no rio Paraná e as de seus afluentes, Tietê e Rio Grande, como tantas outras que seguirão pontilhando o mapa da América do Sul.

A importância da ligação das bacias dos citados rios, apresenta-se sob múltiplos aspectos:

NAVEGAÇÃO

Ao estabelecer-se as bases de um plano de viação, para melhor atender o desenvolvimento de regiões interiores, não se deve encarar somente um dos tipos de viação: ferroviário, rodoviário, aeroviário ou fluvial-lacustre. Deve-se começar pelos existentes, que são as vias baratas, isto é, as lacustres e fluviais. Por serem pré-existentes e, em geral, as mais baratas de todas, devem ser consideradas em primeiro lugar, em tempo e em utilização.

Nosso estado não pode fugir à regra geral. Se compulsarmos as estatísticas, veremos que uma grande parcela de sua economia, mesmo a industrial, encontrou no transporte fluvial o fator de seu desenvolvimento. E, interessante, os principais rios navegáveis do estado, Gravataí, Sinos, Caí, Taquari, Camaquã, São Lourenço, Piratini, Jaguarão e Uruguai, ligados às bacias Jacuí-Ibicuí, ficarão direta e indiretamente, interligados entre si, inclusive as lagoas Mirim e dos Patos.

O que a obra representa para o Rio Grande do Sul é fácil perceber: unidos o rio Uruguai ao Oceano Atlântico, no sentido oeste-leste, o estado seria cortado por uma hidrovia de mais de 1.300 km de extensão, sem considerar os demais rios interligados e seus afluentes. Este "caminho que anda" seria o coletor natural da produção de quase todo o estado, levando a produção da distante fronteira oeste e de todos os municípios intermediários, até os portos da capital gaúcha ou do Rio Grande, onde seria reembarcada para os centros consumidores do país e do exterior. É a grande revolução econômica e

social que esperam os gaúchos.

A extensão da via de navegação preconizada, é registrada a seguir:

UMA HIDROVIA DE 1.300 KM DE EXTENSÃO CONTÍNUA

Jacuí (Porto Alegre, foz do banhado Santa Catarina); 310 km, banhado Santa Catarina, 10 km; banhado do Divisor (coxilha do Pau Fincado), 2 km; banhado do Pau Fincado, 3 km; rio Ibicuí, até o rio Uruguai, 467 km; total de Porto Alegre ao Rio Uruguai, 792 km. A estes, devem ser somados os 250 km do rio Uruguai, passíveis atualmente de navegação regular desde a barra do Quaraí até São Borja. Teremos, então, o total de 1.042 km. Somados a estes os 300 km que separam Porto Alegre do Rio Grande, teremos mais de 1.300 km de vias navegáveis, cortando o estado no sentido oeste-leste e nortel-sul, e vice-versa, a serviço da economia do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A este total devem ser somados os correspondentes aos afluentes navegáveis, ou futuramente navegáveis, além dos rios indiretamente ligados às bacias dos rios Jacuí e Ibicuí.

De todos os afluentes do Jacuí, o que mais interessa à futura hidrovia Jacuí-Ibicuí, é o Vacacai. Tendo suas cabeceiras na serra do Botovi, desenvolve seu curso através de 275 km. É o maior afluente da margem direita do Jacuí. Em águas altas, pode ser navegado por barcos de pequeno calado até a desembocadura do São Sepé, a 22 km da foz do Jacuí.

O remanso da barragem-ponte do Fandango, concluída a montante da cidade de Cachoeira do Sul, ultrapassa a foz do Vacacai, situada a cerca de 40 km da obra, produzindo a elevação do nível inferior do mesmo, constituindo assim a etapa inicial da ligação viária.

As obras em execução e estudos, adiante referidas, aumentarão a extensão navegável do Jacuí e seus afluentes.

UM IMPORTANTE FATOR PARA INDUSTRIALIZAÇÃO

As obras citadas, além de outras inúmeras barragens que terão de ser construídas em decorrência das ligações Ibicuí-Jacuí e Uruguai-Paraná-Paraguai, futuramente, serão fator não só de regularização das águas das bacias para a navegação, como, também, produção de energia elétrica.

O estudo conjunto da ligação das bacias do Jacuí e Ibicuí, com a solução do problema do "Salto Grande", no rio Uruguai, entre a Argentina e o Uruguai e as obras que lhe dizem respeito, indireta-

mente, terá que ser defendido para quem quiser ser fiel aos interesses econômicos e sociais do estado.

Se observarmos as estatísticas rio-grandenses, agruparmos os municípios segundo a disponibilidade de transporte, seja ele fluvial-ferroviário, lacustre-ferroviário, lacustre-rodoviário, e só ferroviário, observaremos que os primeiros, servidos por vias fluviais-ferroviárias, não somente têm uma maior densidade populacional por km² como, ainda, uma maior produção industrial exportável em relação, e em ordem decrescente, aos servidos somente pelo transporte fluvial, ferroviário, e finalmente, lacustre.

Eis alguns aspectos do que representa a obra Ibicuí-Jacuí para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul.

UM NOVO IMPULSO À NOSSA AGRICULTURA

É fácil prever, para um futuro não muito distante, a grande repercussão que terá na economia do sul e do oeste do país, a realização de tal obra. Ninguém ignora que o desenvolvimento da agricultura do Rio Grande, depende, principalmente, de transporte com fretes baixos, de adubos e de pedra calcária, pois a expansão das culturas do trigo, arroz, milho, soja e outros produtos, só poderá continuar em altas condições de rendimento por hectare, se for economicamente possível o transporte desse adubo das zonas de Porto Alegre e Rio Grande para todo o interior.

No município de Rio Pardo, nas proximidades do rio Jacuí, há grandes reservas de pedra calcária das mais extensas do estado, onde hoje funcionam as maiores calheiras do Rio Grande do Sul. Utilizando-se embarcações fluviais será possível levar para os municípios da região, por preços baixos, cal e pedra calcária para diminuir a acidez do solo, demasiadamente elevada na maior parte do estado. Também, as principais fábricas de adubos estão situadas nas margens do rio Gravataí, do Guaíba; nas proximidades de Porto Alegre, nas cidades de Rio Grande e Cachoeira do Sul, às margens do rio Jacuí. Os transportes rodoviários ou ferroviários oneram demais o custo, no local de seu emprego em toda a vastidão agrícola do estado.

Por essas várias razões a obra de ligação das bacias Ibicuí-Jacuí, está intimamente ligada, também, sob esse aspecto de transporte e produção agrícola, à redenção econômico-social das zonas agrícolas. Sua concretização influirá no desenvolvimento da agricultura e pecuária. As pastagens artificiais, melhoramento de pastagens na-



Rio, a estrada que anda. Uma dádiva da natureza que não estamos sabendo aproveitar.

tivas, associação da pecuária com a agricultura, são medidas que se impõe para alcançar a racionalização da atividade pastoril e que estão na dependência da obtenção de adubos e fertilizantes a preços baixos nas zonas produtoras.

IRRIGAÇÃO, INUNDAÇÕES SECAS: RACIONALIZAÇÃO

É sabido que uma grande via navegável é, ao mesmo tempo, adutora de águas para irrigação agrícola. Na região sudoeste do estado a precipitação de chuvas é irregular. Em face disso, há insegurança na produção agrícola. Nas margens do rio Ibicuí, por exemplo, encontram-se grandes áreas de solo fértil, apropriadas para agricultura e produção de arroz. Contudo, até hoje essa agricultura não pode ser desenvolvida porque nos períodos mais críticos do verão, o Ibicuí se reduz a um curso de água insignificante. Paradoxalmente, o grande volume de água desse rio, no inverno, é completamente perdido

por falta de barragens que retenham as águas para posterior aproveitamento pela agricultura, na irrigação de culturas durante o verão.

Outro grande problema é o das inundações. Este flagelo tem ocasionado tantos prejuízos à economia regional, que podemos afirmar que o vulto desses prejuízos já é suficiente para sensibilizar os poderes públicos no sentido de se construir a obra.

Em grandes extensões, os rios Jacuí, Ibicuí, Uruguai, Sinos, Caí, Gravataí, Santa Maria e outros, correm entre várzeas que estão em nível pouco superior aos dos rios. Por ocasião das cheias essas várzeas ficam submersas. Isto ocasiona grandes prejuízos em gado que morre e em lavouras que desaparecem, apesar de serem estas raras, justamente pelo receio das enchentes. São enormes áreas praticamente perdidas para a agricultura e pecuária. Daí a importância de defesa das várzeas ribeirinhas contra as cheias. O remédio natural é oferecer obstáculos

às águas que invadem as terras, ora vindas do lado do rio, ora das próprias várzeas, em razão das chuvas.

ECLUSAS, DIQUES, CANAIS E DESVIOS

A ligação das bacias Jacuí-Ibicuí, ao exigir as barragens com eclusas, para corrigir as margens alagadas, vai requerer a construção de diques longitudinais. O obstáculo mais barato será o dique de terra, que as modernas escavadoras de estradas podem construir, barato e com rapidez. Estes diques, elevados à beira-rio, ao encontrarem arrojos, subirão por ambas as margens destes até atingirem cotas superiores as cheias fluviais.

Entre o dique fluvial e dos arroios contínuos, formar-se-á, em decorrência, vasta bacia, onde se depositará a água das chuvas. Corrije-se isso, colocando junto ao dique principal, bombas de recalque que servirão nos dois sentidos: das

águas das chuvas para o canal do rio, deste para as terras marginais destinadas às culturas irrigáveis do arroz, milho, pastagens, etc. A eletricidade gerada pelas barragens acionará as bombas de recalque e irrigação. Estas são as soluções estudadas nos lugares em que os rios invadem profundamente as terras marginais.

Sobre estes diques poderão circular rodovias ou ferrovias que auxiliarão muito o transporte. Assim teremos, não apenas a solução do problema das inundações. Também ficará solucionado o drama das secas que têm danificado as culturas do arroz, de feijão e de milho e, sobretudo, na pecuária da zona sudoeste, prejuízos imensos.

Instituído um programa de conservação dessas águas, que devem ser medidas, distribuídas e governadas racional e tecnicamente, acabar-se-á com o flagelo das estiagens. É assim que fazem todos os países adiantados. A Alemanha do carvão e do aço, a Alemanha prodigiosa do Ruhr, não funcionaria sem seus rios. ●

A PROJEÇÃO DA ECONOMIA GERADA PELO PROJETO

Há uma forte corrente de engenheiros — de gabinete ou não — tanto na área federal quanto na estadual, que se manifestam contra a ligação das bacias Ibicuí-Jacuí, pelo argumento simplista de que não temos uma demanda de produtos a transportar que justifique a grandeza e o custo da obra. E são tanto mais simplistas quando tentam convencer o interlocutor apresentando a tonelagem produzida hoje na área para uma obra que na melhor das hipóteses — e se começássemos agora — somente viria a operar daqui a uns seis ou oito anos. São bons profissionais em suas respectivas atividades, a engenharia, mas evidentemente não entendem de economia. Por outro lado, além de ser versado em economia, para se entender a Ibicuí-Jacuí e aceitá-la integralmente sob o ângulo da viabilidade econômica, é preciso que se tenha um pouco de imaginação.

Para suprir essas lacunas que afetam muitos de nossos engenheiros (ser versado em Economia e ter imaginação), vamos passar a palavra ao atual secretário de Administração do Rio Grande do Sul, economista Olímpio Tabajara, há muito tempo estudioso da obra, defensor de teses e agora membro da Comissão Técnica do II Congresso da Ligação das bacias dos rios Ibicuí-Jacuí.

ECONOMIA DE ESCALA

Vejamos, na opinião daquele estudioso, o que representará, a nível de economia de escala, a integração de um eixo de polarização ligando as bacias do rio Uruguai e Ibicuí-Jacuí às nossas lagoas (Patos e Mirim) e conseqüente saída para o mar, através da barra do Rio Grande.

Diz o economista Olímpio Tabajara que as obras hidráulicas em execução, em projeto e previstas, nos trechos internacionais (inferior e médio) e nacional (superior) do rio Uruguai, vão gerar condições de economia externa e de escala capazes de modificar profundamente a fisionomia física, econômica e social dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Irá surgir um novo eixo de desenvolvimento e polarização, à semelhança do que ocorre em projetos idênticos em outras nações. Serão verdadeiras avenidas industriais e centros agropastoris que impulsionarão os atuais e novos centros urbanos ao longo de mais de 1.000 km das margens brasileiras do rio Uruguai e 740 km de ambas as margens da hidrovia Ibicuí-Jacuí.

ARGENTINA NA FRENTE

Essas perspectivas começam a concretizar-se a partir deste ano, quando a Argentina e o Uruguai inaugurarem a Barragem de Salto Grande, em fase final de construção, a montante das cidades de

Salto e Concórdia. As obras de navegação permitirão que a região do Vale do Uruguai e sua zona de influência, que vai da Barra do Quaraí até Iraí, fique ligada ao estuário do rio da Prata. Daí, pelos rios Paraná e Paraguai, os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficarão ligados por via navegável aos estados do Paraná (Foz do Iguaçu); Mato Grosso do Sul (Corumbá) e Mato Grosso do Norte (Cáceres e Cuiabá).

Tais possibilidades se fortalecem com a concretização das obras previstas pelo Brasil e a Argentina, de construção das barragens de São Pedro, Garabi e Roncador, além da ligação Ibicuí-Jacuí, esta de exclusiva responsabilidade brasileira.

Prosseguindo no raciocínio de Olímpio Tabajara, vejamos o que a concretização desta última obra poderá gerar: aproveitamento total da energia hidráulica, possibilitados pelos caudais e perfis, nos trechos nacionais e internacionais. A canalização dos trechos atualmente intransponíveis das quedas, através de obras de pequeno porte, criando uma imensa hidrovia de integração do litoral Atlântico às regiões interiores do Brasil e da América do Sul, unindo todos os centros urbanos.

A formação dessas barragens gerarão grandes reservatórios de água doce para aproveitamento doméstico, industrial, agropecuário, à criação de peixes e à recreação pública.

A recuperação, pela drenagem e regularização das vazões dos rios, de grandes áreas de terras marginais — nobres, porém, inaproveitadas hoje, para a agropecuária.

Acesso à disponibilidade de recursos naturais do solo e subsolo,

com a capacidade de transporte fluvial de grandes massas, elevada densidade e baixo preço, com substancial economia de custos e combustíveis, considerando-se que tais recursos, nas condições atuais, não podem ser explorados ou são mal-explorados.

É evidente que a melhoria das condições urbanas dos núcleos atuais e a implantação de "avenidas industriais" e "núcleos agropecuários" ao longo dos canais e rios adjacentes, teriam o efeito de fixar o homem ao interior, fazendo com que diminuisse a pressão demográfica sobre as regiões metropolitanas.

MUDANÇA DE ESTRUTURAS

Tais condições infra-estruturais de energia, transportes e recursos hídricos, caracterizam-se como fatores básicos capazes de fazer desencadear um processo acelerado de desenvolvimento econômico e social, mudando as estruturas. Esse novo processo sócio-econômico dar-se-ia pelo aumento da produtividade do setor agropecuário, com elevação da renda regional; concentração geográfica industrial dentro de um raio polarizador de regiões nacionais e internacionais de alta concentração demográfica: centro-sul do Brasil, Argentina e Uruguai, com acentuada proximidade à Bolívia e Chile, conforme mapa nesta edição e nos painéis que decoram o estande.

Mercado regional (Alalce e Ultra-Marino), com variadas alternativas para a escolha de setores que permitam a distribuição de investimentos industriais com excelentes taxas de crescimento, pois as condições ambientais e de infraestrutura são excelentes.

Tudo isso redundará numa economia externa de escala, pois teremos a integração das regiões

fronteiras e de outras, marginalizadas (vazios econômicos do Brasil, Bolívia e Paraguai), que passariam a ter melhores perspectivas de uma vida mais justa no concerto social.

QUANTO CUSTA A OBRA?

A nós que temos fé, fitamos o horizonte com a profundidade do longo alcance e mensuramos o futuro com a visão do porvir, não achamos que seja válido quantificar custos. O custo de qualquer empreendimento de característica social deve ser medido pelo bem-estar e pelas riquezas que proporcionar à nação. Tudo pode ser muito caro ou pode ser barato, dependendo do que produzir.

A ligação Ibicuí-Jacuí, cujo custo hoje é calculado em 10 bilhões de cruzeiros (um quinto da dívida externa do país), pode ser considerado elevado se nos fixarmos apenas em questão de cifras em relação ao trecho (em quilômetros) a ser aberto. Mas se acrescentarmos os 200 do canal projetado aos 300 que se ganhará no Ibicuí, os 200 já em uso no Jacuí e mais o delta do Guaíba e as lagoas Patos e Mirim, mais a saída para o Atlântico através da Barra do Rio Grande, já temos mais de mil quilômetros. E se incluirmos os demais rios já analisados nesta reportagem então a projeção ultrapassa os dois mil quilômetros. E ainda, numa projeção mais remota em relação aos países andinos e ligados à região Amazônica, então a perspectiva torna-se infinita.

Mas é claro: para pensar e entender a ligação Ibicuí-Jacuí segundo estes parâmetros de desenvolvimento e retorno de riquezas em escala progressiva, além de se entender de economia, é indispensável que se tenha, também, um pouco de imaginação...

A ESTATÍSTICA DE GEILE NO TRANSPORTE HÍDRICO

Todos sabemos que a navegação interior pode oferecer transportes a fretes sensivelmente mais baixos que os outros meios. Mas em que proporções?

No Brasil não há dados estatísticos relacionados com o setor. Experiências anteriores com a navegação interior não foram favoráveis, não pela navegação em si, que sem dúvida é a solução, mas por outros fatores que não vêm ao caso analisar agora. Como não possuímos experiência nem estatística nacional própria, vamos apresentar a opinião de W. Geile, que presidiu o Comitê Central da Navegação Interior Alemã, sobre peso morto para transporte de uma tonelada:

Caminhão desloca peso morto de 700 kg
Ferrovia desloca peso morto de 800 kg
Barco desloca peso morto de 350 kg
Relativamente à força de tração. Um cavalo/vapor pode deslocar aproximadamente:
Na rodovia 150 kg
Na ferrovia 500 kg
Na hidrovia 4.000 kg
Sobre energia consumida na tração. Calcula o referido técnico que, em média,

a energia produzida por um quilo de carvão permite transportar:

Sobre rodovia 6,5 t em um km
Sobre ferrovia 20,0 t em um km
Sobre hidrovia 40,0 t em um km

O custo relativo da navegação interior é menos custoso do que os dos outros meios de transportes, além de ser infinitamente mais durável. Daí, o menor investimento de capital. Para o transporte de mil toneladas úteis:

Na rodovia exige-se 50 caminhões com reboque, vida útil de 10 anos; na ferrovia, 50 vagões e uma locomotiva, com duração de 30 anos e na hidrovia, um barco automotor com vida de 50 anos.

A mão-de-obra: tomando por base os dados de 1962 da navegação alemã, incluídos os serviços portuários e de administração das hidrovias, verificou-se que nas ferrovias, com 300 mil empregados, foram transportadas 603 milhões de toneladas/km. Nas hidrovias, com 50 mil empregados apenas, foram transportadas 40 bilhões de toneladas/km. O resultado final é de 200 mil toneladas/km

por empregados na ferrovia e 800 mil toneladas/km, por empregado, na hidrovia.

Como resultado desses números, W. Geile chegou aos seguintes custos nos transportes:

Ferrovário 2,14 Pfg p/t km
Hidroviário 0,48 Pfg p/t km

Nesta última comparação não foi levado em conta o custo do transporte rodoviário, por desnecessário, tal a sua desvantagem.

Finalizando, pode-se dizer que por causas físicas globais, em números médios, o transporte por hidrovia é quatro vezes mais econômico que o ferroviário e 10 vezes que o rodoviário.

Infelizmente, no Brasil, na maior parte de suas regiões econômicas, o grosso do transporte é feito pela rodovia. E enquanto tal realidade persistir, por mais econômica que seja nossa produção agrícola a nível de lavoura, será difícil competir com os Estados Unidos e países europeus, que têm sua infra-estrutura baseada nas hidrovias e no bom transporte ferroviário.

DO PRATA AO ORINOCO EM BOTAS DE 7 LÉGUAS

Desde a desembocadura do rio da Prata até a nascente do Orinoco, mede-se uma distância de 11 mil quilômetros. Mas se desejássemos construir um canal para tornar navegável a totalidade dessa extensão, bastaria que trabalhássemos apenas 4 mil quilômetros, de hidrovias.

Com isso queremos dizer que é tal a riqueza hídrica desta região do mundo para a navegação interior, que cada um quilômetro linear construído, mede-se pela distância de 3.000 metros. É a verdadeira bota de sete léguas, de que fala a lenda.

Sabemos que a Cordilheira dos Andes, devido a sua relativa proximidade com a costa do Pacífico, é seca, árida, quase desértica. Em compensação, a mesma cadeia de montanhas, pelo seu lado oeste, é retalhada por massa líquida, cuja soma de cursos d'água

se expressa pelos milhares, alguns deles de expressão marítima, conforme ocorre com o Amazonas e o Prata, principalmente.

A vertente atlântica dessa cordilheira sul-americana, tem uma singular expressão fluvial em perspectiva. Desde a baixada amazônica às planícies do Orinoco; dos chacos bolivianos ao pampa argentino, os rios e os lagos são uma constante na paisagem.

Os especialistas internacionais mais abalizados insistem na possibilidade de criar-se um extenso canal navegável, partindo do rio da Prata (união dos rios Paraná e Uruguai), no Atlântico Sul, até o Atlântico Norte, isto é, na embocadura do rio Orinoco.

Esse projeto, cujo efeito será a união física da América do Sul, através de seus rios mais expres-

sivos, proporcionará o desenvolvimento em cadeia de outras intercomunicações hídricas de excepcional significação social e econômica, para esta parte do mundo.

Um traçado do sistema fluvial Prata-Orinoco, com as sucessivas ramificações, pode ser conseguido através das seguintes etapas: abertura de canal ligando os rios Ibicuí e Jacuí, no Rio Grande do Sul, tornando navegável o estado de Leste a Oeste, com saída direta para o mar (Rio Grande), e intercomunicação fluvial e marítima com o Uruguai e a Argentina, ou seja, Montevideú e Buenos Aires.

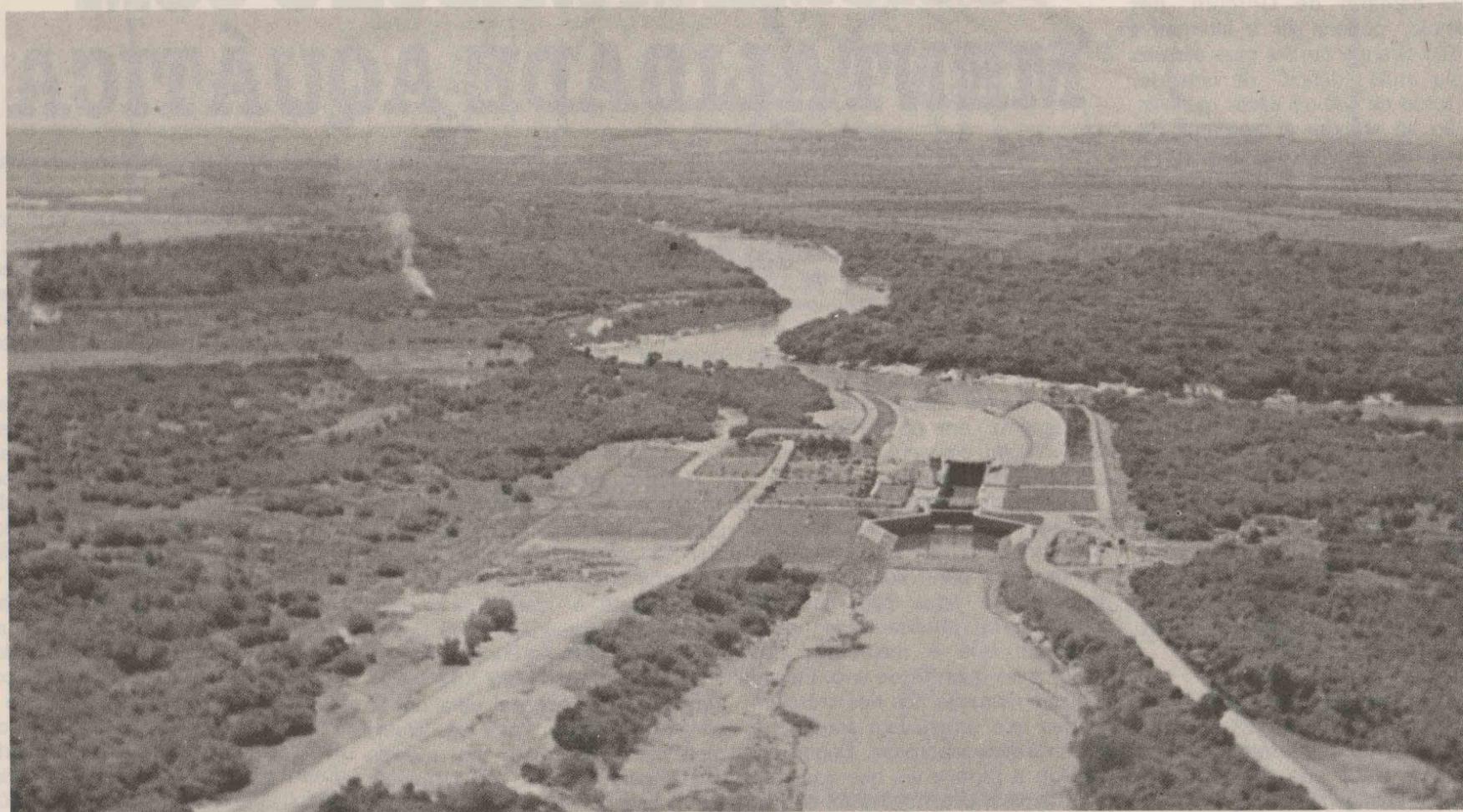
A Argentina projeta interligar os rios Uruguai e Paraná, através da província de Misiones, ligando estes ao Paraguai e, sucessivamente, ao Juru e Aguapey, chegando ao rio Alegre, já em território brasileiro. Por este até ao Guaporé, que

segue até sua desembocadura no Mamoré, por este ao Madeira e depois ao Amazonas. Do Amazonas ao rio Negro, depois o Casiquiri e, finalmente, o Orinoco, até sua desembocadura no Atlântico Norte.

Com isso, ter-se-á a navegação fluvial em todo o Continente. Conforme os geógrafos, a construção de canais eclusados não passa de 3.000 km para um total de 11.000. É claro que no restante do percurso, serão necessárias obras de retificação e aprofundamento de canais, mas naturalmente a um custo amortizado pela diluição custo-quilômetro da totalidade da extensão.

Tornado realidade esse sonho, teremos a América unida pelos rios a passo de gigante, conforme a lenda das botas de sete léguas. ●

RIO 'DOMADO' É ÁGUA QUE ANDA A SERVIÇO DO HOMEM



Como se pode ver em vários trechos desta edição, um rio tanto pode ser fonte geradora do progresso como também elemento causador de destruição. A foto mostra uma barragem eclusada construída no rio Jacuí, hidrovía já concluída e em operação até a cidade de

Cachoeira do Sul, e que fará parte do grande complexo hídrico Ibicuí-Jacuí, que ligará o Atlântico até o rio Uruguai, no ponto em que este recebe as águas do Ibicuí no município gaúcho de Itaqui. Realmente, conforme dizem os europeus, rio domado é água que anda a serviço do homem...

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Trabalho de pesquisa elaborado há tempos pelo economista Olimpio Tabajara diz que os recursos minerais do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e da Bacia Amazônica (já conhecidos e em identificação pelo Projeto RADAM), ficarão à disposição do Rio Grande do Sul e do centro polarizador Uruguiana — São Borja, somados aos recursos do Rio Grande (xisto, carvão, cobre, calcário, etc.). Particularmente, pela proximidade e o que representam para a indústria básica do estado, imediatamente disponíveis, via fluvial, após a construção de Salto Grande (prevista para o corrente ano): manganês, ferro e calcário das jazidas de Urucum, em Corumbá, a uma distância de 3.153 Km de Itaqui, centro do eixo Uruguiana—São Borja, que se reduzirá para 1.485 Km pelo canal Uruguai-Lagoa-Iberá-Paraná.

O calcário de Urucum, por exemplo, poderá ser a alternativa do Rio Grande do Sul para atender o seu atual "déficit" de cimento, em torno de 600 mil sacas mensais, e não só atender a crescente demanda da construção civil do estado, mas também suprir o enorme acréscimo decorrente das grandes barragens do Rio Uruguai e ligação Ibicuí-Jacuí. Dependendo, ainda, da viabilidade econômica, numa primeira etapa, através da coordenação fluvial-rodoviária, ou fluvial-ferroviária, antes da construção de Salto Grande, poderia o mesmo ser transportado de Urucum, via fluvial, até Possadas, no Paraná, e dali por ferrovia ou rodovia para São Borja ou Itaqui, ou Uruguiana, respectivamente, a 150, 240 e 320 Km. Construída a barragem de Salto Grande o transporte seria totalmente hidroviário, reduzindo-se conforme o quadro das distâncias referidas, pelo futuro Canal, Uruguai—Iberá-Paraná.

MATÉRIAS-PRIMAS

Outro dado importante a considerar é o de que o minério de ferro e manganês chegará diretamente de Urucum à Aços Finos Piratini, em Charqueadas, através da hidrovía Ibicuí-Jacuí, percorrendo pelo estuário do Prata 3.990 Km e pelo canal Uruguai-Iberá-Paraná, 2.385, com grande economia de

custo de transportes e transbordo.

Além desses minérios e do potencial energético da bacia do Uruguai, estariam amanhã à disposição do eixo Uruguiana — São Borja—Porto Alegre—Rio Grande, a cassiterita, a bauxita, o cobre, o zinco, o chumbo, o níquel, o mármore, o amianto, o cromo, a prata, o urânio, o berílio, o titânio, a pirita, a magnesita, o cobalto, a platina, etc., a custos compatíveis de transportes.

Esta ampla perspectiva, inexistente nas condições atuais é que precisa ser visualizada pela capacidade política e criadora do governo, identificando suas técnicas e toda a gama de possibilidades e viabilidades econômicas,

técnicas e sociais. Por outro lado, se nós não tivermos no Rio Grande do Sul a capacidade para devassar tais perspectivas, reduzi-las a projetos e executá-las, antecipando-nos, a Argentina e o Uruguai o farão no plano internacional, junto às fronteiras gaúchas, ou então perderemos para São Paulo e Paraná, no plano nacional.

O momento é oportuno. Antes que as grandes obras do rio Uruguai estejam com os projetos definidos, ou prontas, a partir do corrente ano.

Ao governo do estado cabe, assim, a imensa responsabilidade, a par da oportunidade ímpar na história política, administrativa e econômica do Rio Grande do Sul,

de lançar os lineamentos básicos da transformação da estrutura produtiva do estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Todas as condições infra-estruturais de energia, transportes e recursos hídricos que surgirão com o aproveitamento global da bacia do Prata, e mais precisamente com o da bacia do rio Uruguai, caracterizam-se como fatores básicos capazes de desencadear no estado, mais particularmente no centro geográfico Uruguiana-São Borja, um processo acelerado de desenvolvimento econômico, com a modificação da estrutura produtiva

O HOMEM NASCEU COM MENTALIDADE AQUÁTICA

O aproveitamento da água como meio de transporte é quase tão antigo como a humanidade. Um tronco de árvore levado ao sabor da correnteza no grande rio ou uma simples casca de noz carregada celeremente pela vazante de uma enxurrada, podem ter inspirado o homem do passado mais remoto a construção de uma balsa primitiva, uma canoa, que de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, de evolução em evolução, chegou aos navios de hoje.

O homem do passado observou também que os rios são estradas que andam e em cujas margens manteve-se, para sobreviver. Ele precisava de água para saciar a sede e para refrescar-se do calor sufocante que o maltratava nos meses mais quentes do ano. Ele viu que nas margens dos rios cresciam árvores que projetavam sombras e davam frutos saborosos. Depois ele cultivou a terra e viu que somente nas margens dos rios, onde a terra se conservava úmida as sementes germinavam e a agricultura era produtiva. Por isso as civilizações se sucederam no litoral dos mares e nas regiões próximas aos rios.

Assim, como passou a haver

uma consciência da elevada importância da água e seus cursos naturais, em seguida o homem procurou interferir na condução da água, em seu proveito. Foi como nasceu a engenharia hidráulica para a feitura dos primeiros canais.

Os egípcios e os sumerianos, parecem terem sido os primeiros a construir canais artificiais, primeiro para irrigação e depois para as navegações fluvial e lacustre. Seguiram-se os romanos.

Canais foram construídos na Itália e na África do Norte, em Cartago, principalmente. Mas apesar dos inegáveis benefícios proporcionados pelas estradas líquidas interiores, até a Idade Média essa técnica de engenharia teve pouco desenvolvimento na Europa.

A China, no século XIII, construiu um grande canal para unir o rio-Pei-ho ao rio Yang-tse. Outro canal foi construído na mesma época para ligar o mar Amarelo com o mar da China.

É evidente que estes precursores da engenharia fluvial uniam pontos de níveis pouco diferentes. A baixa tecnologia do setor aliava-se a quase inexistência de equipamentos de porte, transformando

quase impossível os trabalhos dessa espécie.

Coube aos holandeses, segundo os registros históricos disponíveis, a honra de serem os primeiros a vencer desníveis acentuados de dreno. O sistema de comportas para navegação em desníveis, também foi criado por estes.

Nos dias atuais, a Europa e parte da Ásia, principalmente a Rússia asiática e a China, concentram elevados índices de navegação, por canais artificiais. O mesmo já não ocorre com as Américas. A América do Norte, que possui um rico sistema de navegação interior — fluvial e lacustre — graças ao Mississippi, verdadeira bênção dos céus, que corta o país desde os Grandes Lagos até ao Golfo do México, acrescido da outra dádiva, que é o Missouri, não teve necessidade de abrir canais artificiais. Segundo dizem os norte-americanos o Mississippi, (tem a extensão de 6.000 km), foi aberto por Deus.

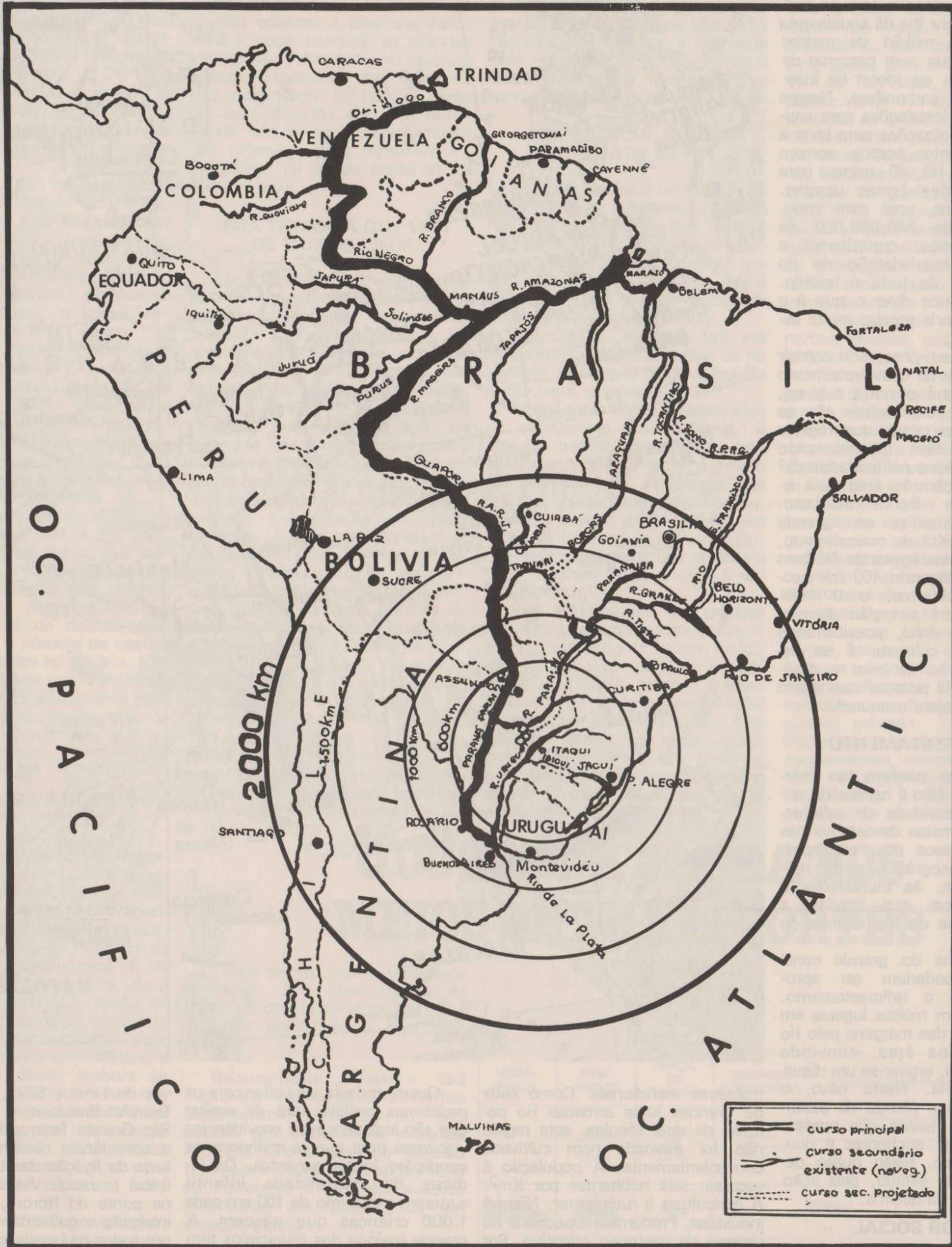
Nas Américas Central e do Sul é diferente. Há exuberante riqueza hídrica, mas para uma plena navegação existe necessidade de interligação e barragens eclusadas. ●

da área pelo aumento da produtividade do setor agropecuário e, por consequência, da elevação da renda regional global. Outro fator importante a ser considerado é o que se relaciona com a concentração geográfica industrial, dentro de um raio polarizador de regiões nacionais e internacionais de alta concentração demográfica e industrial (centro-sul, Argentina, grande litoral de Buenos Aires, Chile e Uruguai), beneficiando-se dos

fatores locacionais adquiridos, básicos à industrialização, como:
 — Mercado regional, nacional e internacional (ALALC e Ultramarino), com inúmeras alternativas para a escolha de setores que permitam a distribuição de investimentos industriais com a maximização da taxa de crescimento; seleção de outros que apresentem os melhores resultados em termos de custo/benefícios e atenuação de disparidades regionais decorrentes

das grandes concentrações da Grande São Paulo e Grande Buenos Aires, com baixos custos de transportes para os produtos primários e industrializados.
 — Economias externas, economias de escala; — integração de regiões fronteiriças e de regiões subdesenvolvidas ("vazios econômicos" do Brasil: Mato Grosso, bacia Amazônica; Bolívia e Paraguai), pela diversificação das atividades econômicas e conse-

quente intensificação do comércio regional.
 — Criação de economias externas possibilitando o mais rápido retorno aos investimentos industriais.
 — Descongestionamento dos grandes centros populacionais.
 — Indução de maior consumo de energia junto às fontes geradoras.
 — Controle de urbanização e da poluição do meio ambiente. ●



Lado a lado com os grandes rios deste País temos rasgado florestas para implantar rodovias, caracterizando verdadeiro desperdício de recursos financeiros e agressão a natureza.

A ALEMANHA, A FRANÇA E OS SEUS VÁRIOS RIOS

A Alemanha do carvão e do aço, a Alemanha prodigiosa do Ruhr, não funcionaria sem os rios. O pequeno Ruhr lhe dá anualmente cerca de um milhão de metros cúbicos de água num percurso de apenas 70 km ao longo de inesgotável bacia carbonífera. Nesses 70 Km há 50 instalações para captação. As canalizações para levar a água a diferentes pontos, somam 15 mil Km. Há 40 usinas para decantação das águas usadas. Duas barragens, uma com armazenamento de 340.000.000 de metros cúbicos, constituem a garantia de regularização do rio mais domado de todo o mundo. E, se fôssemos dizer o que é o Reno, então seria preciso muito espaço de jornal.

A França tem procurado corrigir a desigualdade de desenvolvimento que existe entre o norte e o sul, pois as áreas setentrionais são as mais ricas, ao passo que regiões meridionais têm permanecido pobres. Qual foi a política adotada? A transformação da área pela irrigação. No Baixo Ródano-Languedoc, abriu-se um grande canal de 175 Km de comprimento, alimentado pelas águas do Ródano e que está irrigando 100 mil hectares. Dessa forma, o governo francês libertará a região da monocultura da vinha, possibilitando várias outras culturas. E as estiagens deixarão de levar o desânimo a 600 mil pessoas que vivem na zona do projeto executado.

REFLORESTAMENTO

As florestas nascem nas margens dos rios. Não é necessário enfatizar a necessidade de reflorestamento das matas devastadas nas bacias de nossos rios, cujo problema é biogeográfico e diz respeito, também, às inundações e secas periódicas que assolam a região sudoeste do Rio Grande do Sul.

As margens do grande canal Ibicuí-Jacuí poderiam ser aproveitadas para o reflorestamento. Pelo menos em muitos lugares em que a invasão das margens pelo rio é em pequena área, convindo pouco ou nada, erguer-se um dique para defendê-la. Neste caso, o aconselhado é o plantio de essenciais florestais nossas, que possam suportar longas enchentes e que, como o angico, estão quase desaparecendo do estado, pela ação do machado e da queima.

FATOR SOCIAL

As fronteiras sul e oeste do Rio Grande do Sul é região subdesenvolvida do País. É zona historicamente sacrificada pela função heróica e guerreira que lhe coube desempenhar na fixação de nossas



fronteiras meridionais. Como sede de grandes lutas armadas no período de dois séculos, esta região não foi povoada nem cultivada convenientemente. A população é escassa: seis habitantes por Km². A agricultura é rudimentar. Não há indústrias. Predomina a pecuária no sistema de pastoreio primitivo. Por outro lado, é região de imensas possibilidades latentes e imediatas, capazes de responder a qualquer investimento oficial, mais talvez, que outras regiões subdesenvolvidas do Brasil.

Quem, todavia, se voltar para os problemas sociais, terá de aceitar que são indispensáveis providências vigorosas para que se melhorem as condições locais reinantes. Os índices de mortalidade infantil superam o máximo de 100 em cada 1.000 crianças que nascem. A grande maioria dos municípios tem um índice acima de 200, além do elevado número de nascimento ilegítimo, o que significa desajustamento social, abandono e delinquência do menor.

Há mais de um século, Luiz Al-

ves de Lima e Silva, o patrono do Exército Brasileiro, o pacificador do Rio Grande farroupilha, convocara a consciência nacional para o estudo da ligação das bacias dos rios Ibicuí e Jacuí. Vinte anos depois, na ponte do Iitororó, ele avançava intrépida e galhardamente, seguido por todos os brasileiros. Esta ordem todos cumpriram. A de 1846, entretanto, continua desobedecida. É uma indisciplina desenvolvimentista que tem de ser corrigida, sob pena de continuarmos sendo subdesenvolvidos.

BACIAS IBICUÍ-JACUÍ E O VALE DO TENNESSEE

Na edição de outubro de 1975, quando estava no auge o levantamento de opinião sobre a reclamada obra, o COTRIJORNAL entrevistou o engenheiro Olavo Kramer da Luz, na época, diretor-geral do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — DEPREC. Por ter a referida entrevista se caracterizado pela ponderação do bom senso, transcrevemos no espaço a seguir, um trecho da reportagem.

Respondendo as perguntas feitas pela Editoria do COTRIJORNAL, divididas em três questões (necessidade e importância, equiparação com o pólo petroquímico e semelhança com o projeto norte-americano do Vale do Tennessee), disse o engenheiro Olavo Kramer da Luz:

"De certa forma, os extensos e excelentes trabalhos já publicados pelo COTRIJORNAL, nº 23, de setembro de 1975, demonstram através das informações dos engenheiros Homero Telmo Molima e Affonso Henrique Portugal, quais as vantagens que poderão advir para a economia do estado.

Pretendemos apenas aduzir um aspecto de ordem social que complementa as expectativas que servem de alento aos planejadores. Em regime de economia não dirigida, onde não haja coerção, um elemento essencial de decisão relaciona-se com o número de opções que são oferecidas ao usuário. Não é suficiente falar-se que o transporte fluvial é incomparavelmente mais econômico se ao usuário não se oferece a via pronta para que ele confirme, na prática."

SISTEMAS BÁSICOS DE TRANSPORTES

Tal observação cresce de importância se observar-se que a quase totalidade de produtos que venham a fazer uso da via fluvial corresponde ao transporte de grandes massas e muitas vezes de produtos de baixa densidade econômica. É de ser repetida ainda mais uma vez a tabela de economicidade média de três sistemas básicos de transporte — 10:04:01, respectivamente, para os sistemas rodoviário, ferroviário e fluvial-lacustre. Muito embora se possa afirmar de início ser uma relação ainda teórica, válida para outros países e não inteiramente aplicável ao Brasil, pelo menos quanto a seus valores básicos, nem por isso deixa de ter o seu valor qualitativo.

Assim, nossa idéia complementar é a de apontar a criação de mais uma opção capaz de suportar os eventuais congestionamentos ou dificuldades dos demais sistemas. Fique, porém, bem clara nossa idéia de que não há competição em termos de luta, mas sim, em resul-

tados econômicos. Este, ao final, virá em benefício de todos.

Não há dúvida que uma união de esforços conscientizando a opinião pública, é algo que favorece e pode conduzir as grandes realizações. Felizmente, no caso em análise, superou-se uma etapa de profunda inércia. De fato, há cerca de duas décadas era uma temeridade falar-se no desenvolvimento das hidrovias, bem como em interligações de bacias como as do Ibicuí e Jacuí.

UMA TEIMOSIA QUE VEM DE MUITOS ANOS

Os interesses nacionais voltavam-se para outros setores e só por teimosia poderia se observar a presença de alguns técnicos hidroviários mantendo em plano de discussão o real significado das hidrovias. No papel aqui apontado, foi grande a tarefa realizada pelo DEPREC, pois graças à ação da autarquia estadual, dando continuidade a trabalhos que já vinham sendo realizados por outros setores da organização, como os chamados serviços hidrográficos e melhoramentos fluviais, divisão de vias fluviais, da antiga Secretaria das Obras Públicas, poderão ser compulsados e elaborados os levantamentos hidrográficos e coleta de dados preliminares que, transferidos ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (atual Portobrás), puderam dar andamento ao estabelecimento do sistema de navegabilidade dos rios Jacuí e Taquari.

Hoje, o consenso geral, quer de autoridades federais como de estaduais, é de que há uma imperiosa necessidade de estabelecer-se um

adequado sistema de transporte fluvial, criando-se desse modo as vias adequadas para tal, sem o que os meios internos de transportes aos portos exportadores não terão condições de atender a demanda cada vez maior, a par de propiciar uma estrutura de transporte que conduza aos custos baixos.

IBICUÍ-JACUÍ JÁ FOI PRIORIDADE DE Nº1

O Plano Nacional de Viação, na parte que toca a hidrovias, calcado nos estudos realizados pelo consórcio LASA-SGTE, através de contrato com o DNPVN, concluiu por estabelecer como prioritário, entre diferentes obras a serem realizadas em todo o país, as seguintes:

Rio Jacuí, de sua foz até Amarópolis e daqui até a foz do rio Vacacai, prioridade nº 1, e ligação Ibicuí-Jacuí, prioridade nº 1.

Essas obras foram consideradas de excepcional potencialidade. E convém que se destaque tal fato para que o público tenha o devido conhecimento do significado das grandes obras que serão executadas, a maioria delas situadas em locais de difícil acesso e que estão, por assim dizer, foradas vistas do povo, que em última análise, é seu grande fiscal.

Este é, aliás, um dos grandes entraves para a realização rápida de grande número de obras hidroviárias. Elas não aparecem e mesmo muitas delas, como é o caso dos serviços de dragagens, estão permanentemente submersas. Elas só são sentidas e reconhecidas pelos efeitos diretos ou indiretos que venham produzir sobre a economia geral. Só aí passa-se a dar às mesmas o justo valor.

BACIA IBICUÍ-JACUÍ E O VALE DO TENNESSEE

Sobre a possibilidade de se criar uma empresa de economia mista, talvez, no estilo cooperativo, a exemplo do que fizeram os norte-americanos, para a recuperação do Vale do Tennessee, a primeira vista parece viável. No entanto, convém ponderar as extremas diferenças de estrutura econômica entre um país e o outro. De fato, um dos elementos fundamentais que garantem o sucesso de qualquer iniciativa do tipo TVA, mesmo levando-se em conta a maximização do uso da água para as diferentes finalidades da produção, está em garantir receita a curto prazo proveniente de venda de energia elétrica.

Como exemplo similar a TVA norte-americana, podemos citar experiência ocorrida no rio Ródano, na França. Foi criada uma companhia de capitais mistos. A empresa recebeu a concessão para gerar e distribuir eletricidade para aproveitamento hidráulico no curso do rio. Mas a companhia obrigou-se a garantir o fornecimento, a custos módicos, para a irrigação de lavouras na região, bem como, de garantir um canal navegável para uso dos interessados.

Assim, várias são as alternativas, dependendo dos regimes administrativos sob os quais se dispõe os recursos básicos. Não nos parece, portanto, que no Brasil pudesse vingar de modo simples empreendimento desse tipo. É evidente que, ficando fora a iniciativa privada, mesma aquela iniciativa congregada a nível cooperativista, competirá ao governo a realização de tais obras, pois estas, dada a sua importância, precisam ser concretizadas. ●

O CUSTO DA CARGA NOS MEIOS DE TRANSPORTES

Todos sabem que o transporte hidroviário é o mais barato de todos. A dúvida consiste em saber até que ponto chega essa economia.

Recentemente a Saer — Sul Aquática de Empreendimentos Submarinos, publicou em seu boletim um trabalho de pesquisa realizado pelo engenheiro Affonso Henrique Portugal, hoje aposentado da Portobrás, e uma das maiores autoridades em assuntos de navegação interior.

Neste trabalho, cujo quadro estampamos aqui, pode-se verificar realmente, pelo quadro comparativo, a importância do transporte hidroviário sobre todos os demais, inclusive o ferroviário.

HISTÓRICOS	PESO MORTO	FORÇA DE TRAÇÃO	ENERGIA CONSUMIDA	CUSTO EQUIPAMENTO			ECONOMICIDADE TRADUZIDA EM RELAÇÃO DE CUSTOS TOTAIS
				N.	Valor Cr\$	anos úteis	
sistemas	para transporte de 1 tonelada	força de 1HP desloca aproxim.	1 litro de diesel permite o transp.	para transporte de 1.000 toneladas úteis			
		180 Kg	12t/Km	30	15.000.000,00	10	10
		500Kg	123t/Km	20 vagões	3.000.000,00 5.200.000,00 8.200.000,00	30	04
		4.400 Kg	180t/Km	20	6.500.000,00	50	01

AS PERSPECTIVAS E CUSTOS DO PROJETO

Afinal, em que consiste a ligação das bacias Ibicuí-Jacuí?

Um estudo preliminar realizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS e a Agua y Energia Elétrica — AYE — da Argentina, que estudou o projeto visando sua integração posterior à rede hidroviária, considerou que a obra em estudos consistirá em um canal com oito eclusas e uma barragem com eclusa numa extensão total de 213,256 km, correspondentes ao banhado de Santa Catarina, em uma das extremidades, e no qual deverá ser construído a barragem com eclusa.

O calado da hidrovía será de 2,50m e suas larguras variando entre 33,50 e 38,50m e 28,50, respectivamente.

O desnível de 20 metros na vertente da bacia do Ibicuí de 82 metros e na vertente do Jacuí, por mais sete eclusas. A alimentação do estirão de partilha exigirá uma barragem no rio Ibicuí-Mirim.

O canal liga-se à bacia do Ibicuí através do rio Santa Maria, sendo a conexão pouco acima de sua foz. A ligação com a bacia do Jacuí será feita diretamente neste rio, logo abaixo da foz do rio Vacacai.

As dimensões úteis previstas para todas as eclusas são de 120 metros de comprimento por nove metros de largura.

CUSTO DO PROJETO

O custo previsto para a construção do canal eclusado, num orçamento inicial de julho de 1976, era de cerca de 2,700 bilhões de cruzeiros, o que representava um custo unitário/km de cerca de 12,5 milhões de cruzeiros. A preços de março de 1979, no entanto, o valor era de pouco mais de 6,8 bilhões

de cruzeiros e a um custo unitário/km de cerca de 32 milhões de cruzeiros.

É muito importante ressaltar que o custo/km analisado aqui é de trecho/obra, sem que se considerasse os estirões navegáveis já prontos para navegação. Pois neste caso, o custo/km baixa a valores insignificantes.

A ligação Ibicuí-Jacuí foi prevista para um comboio tipo empurrado com 118 metros de comprimento, 8 metros de boca e 2,50 de calado, constituído de um empurrador de 18 metros e duas chatas de 50m em linha. ●



Ao desaguar no rio Uruguai, o Ibicuí é um mundo de água perdida. Um dia temos que aproveitar essa força hídrica para transportar riquezas, para irrigar nossos campos e lavouras e para produzir energia.

NÃO TEMOS COMPARATIVOS DE CUSTOS ENTRE OS DIFERENTES TRANSPORTES

Fala-se muito em termos de custos entre os diferentes meios de transporte. A rodovia, a ferrovia, a hidrovia: qual o mais conveniente? Qual o mais barato? Nos países desenvolvidos da Europa, Estados Unidos e Ásia, claro, as hidrovias foram a solução encontrada para os grandes deslocamentos de massa a custos insignificantes. No Brasil, há quem tenha dúvidas a respeito, não propriamente dos custos em si, nos transportes, pois isso revelaria excesso de incapacidade mental, mas as dúvidas se revelam em termos de saber até que montante é possível investir com segurança de retorno.

Mas aí começa a surgir um novo ângulo da questão. Formação de infra-estrutura básica deve depender de retorno? Um argumento que tem sido usado com frequência é de que não existe carga para justificar um investimento na proporção do necessário para construir a ligação Ibicuí-Jacuí. Então, penetramos naquele círculo vicioso: não tem produção porque os custos do transporte extrapolam o valor intrínseco dos produtos, e não tem transporte pela já mencionada razão.

CUSTOS COMPARATIVOS NOS TRANSPORTES

Nossa intenção era apresentar neste espaço uma estatística comparativa dos custos nos transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário. Infelizmente, não há no país trabalho nesse sentido. Há tantos anos dedicados quase que exclusivamente ao transporte rodoviário, que nem ao menos temos nos dado ao trabalho de acompanhar com preocupação sócio-econômica, os custos revelados pelos transportes ferroidroviários.

Segundo técnicos da Comissão de Financiamento da Produção, comparar custos de fretes de diferentes cargas em diferentes meios de transportes é tarefa extremamente difícil e complicada, para não dizer impossível. Conforme aqueles técnicos, isso se analisarmos de um ponto de vista brasileiro. Agora, se a comparação tentar envolver outros países, então a coisa fica ainda mais complicada.

De todo o modo, a equipe de técnicos da CFP tem se preocupado bastante com o problema. Procurados pela reportagem para falar sobre o tema (nossa intenção era ouvir o Dr. Paulo Vianna, diretor daquele organismo, mas estava viajando), eles argumentaram da seguinte forma:

No Brasil, por exemplo, é possível dizer que é mais barato se um caminhão transporta soja no sul ou



uma barca puxa arroz no Amazonas. A geografia física do país, mais o comportamento instável do clima prejudicam qualquer tentativa de se fazer chegar a um critério que satisfaça e responda todas as questões.

Sabe-se, porém, algumas coisas: em termos ferroviários os americanos tiveram a maior colher de chá da natureza. E, por planícies e planícies, estenderam uma teia ferroviária que hoje torna viável o transporte de carga por essas vias. Aqui, não deu para fazer isso, entre outras coisas, porque tem montanhas demais, estrategicamente colocadas no meio das rotas de produção. Como orientamos nossa colonização e montamos nosso sistema econômico e político tendo o

litoral como eixo central, levamos chumbo em relação aos norte-americanos, que deitam e rolam nas facilidades do faroeste.

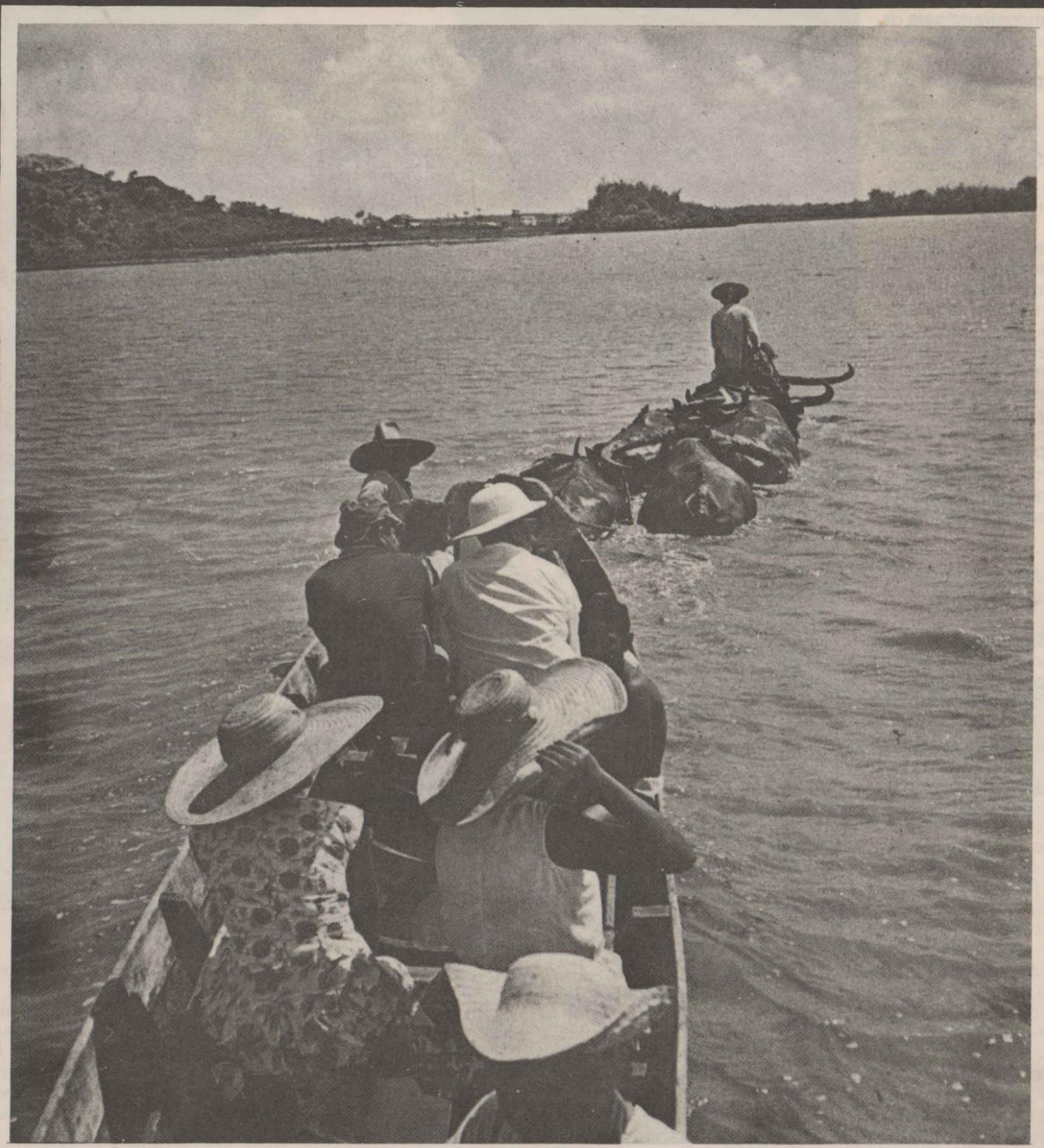
No transporte hidroviário, a cena se repete. Enquanto temos mil e uma dificuldades para a ligação de nossas bacias, os norte-americanos contam com sistema privilegiado de rios em plenas condições de navegabilidade. Paulo Roberto Vianna, diretor-executivo da CFP, fez recentemente uma brincadeira que ilustra bem a diferença: tomou um mapa hidroviário dos Estados Unidos e estendeu sobre ele um cordão, acompanhando uma carga imaginária, levando-a por vias navegáveis de Nova Orleans, no sul, até Minneapolis, seis mil quilômetros dali.

A carga chegou tranquilamente por ótimas vias. No Brasil, isso representaria uma viagem de Belém do Pará até Santos ou de algum lugar do norte do Mato Grosso até Paranaguá. Sentiram a diferença?

Toda essa conversa é para dizer que, se for possível e houver um jeito de que uma região tenha um bom esquema hidroviário, o custo do transporte tende a ser mais baixo, sempre, do que qualquer outro. Nesse raciocínio, a ligação Ibicuí-Jacuí pode ser uma importante alternativa para o Rio Grande do Sul. O transporte por balsas, afirmam os técnicos, é muito mais barato do que qualquer outro. Sair para essa solução pode ser muito bom, principalmente nos dias de hoje. ●



Antes de perguntar se um país é rico ou pobre , devemos questionar a forma como ele transporta a sua gente e as suas riquezas.



(Foto tirada num afluente do Amazonas)



A COTRIJUI se congratula com os promotores, autoridades e povo do município de Itaquí, pela realização do II Congresso de Ligação das Bacias dos Rios Ibicuí-Jacuí